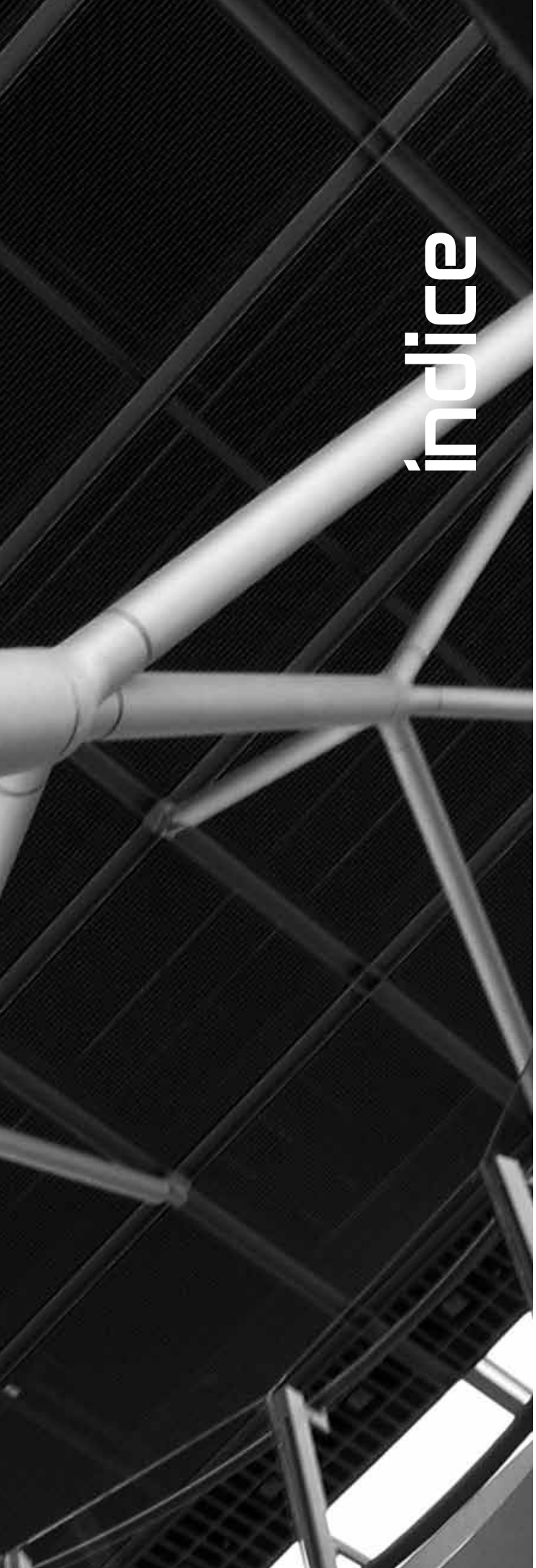
a.obra.nasce

revista.de.arquitectura.da.universidade.fernando.pessoa

00

a.obra.nasce

revista.de.arquitectura.da.universidade.fernando.pessoa



índice

7
POR UMA DEFESA DA COMPREENSÃO DA PAISAGEM
Angélica da Rocha

15
EQUILÍBRIO IMPOSSÍVEL:
A NECESSIDADE DO ARTIFÍCIO E O MITO DA NATUREZA
Francesco Cancelliere

27
O BRANDING TERRITORIAL:
UMA ABORDAGEM MERCADOLÓGICA À CIDADE
Sofia Gaio e Luís Borges Gouveia

39
A IGREJA DE ÁGUAS SANTAS – CONTRIBUIÇÃO PARA O
ESTUDO DA HISTÓRIA E CRONOLOGIA DA SUA CONSTRUÇÃO
Manuel Joaquim Pinto Coelho

57
CRESCIMENTO, DECRESCIMENTO SUSTENTÁVEL
E DESENVOLVIMENTO ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL.
Jacinto Rodrigues

75
UM CASO DE REUTILIZAÇÃO DE PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO INDUSTRIAL. O MUSEU DA INDÚSTRIA
DE CHAPELARIA DE S. JOÃO DA MADEIRA
Sérgio Lira

85
EDIFÍCIO TRANSPARENTE
Raquel Silva

editorial

Perseguindo os objectivos traçados ao tempo do seu lançamento, **A OBRA NASCE** continua a dar visibilidade à produção académica de docentes e de investigadores que, directa e indirectamente, se associam à Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa e, bem assim, a divulgar os trabalhos produzidos, com autonomia e validade, pelos discentes. Desta feita, são publicados sete artigos de grande pertinência que, simplificando como a circunstância impõe, se podem dividir em duas áreas fundamentais:

1. A que trata questões de espaço público. Estão aqui muito presentes as questões ecológicas e, com elas, manifestas as sensibilidades de quem, como os arquitectos, intervém sobre o território edificando para benefício social que, cada vez mais, tem que ajustar e harmonizar os interesses dos Homem com a Natureza, nos artigos de Angélica Rocha, de Francesco Cancelliere, de Jacinto Rodrigues; mas também muito presentes as preocupações do espaço como um todo a dar visibilidade aos que dele fazem parte e aos que a ele se quer atrair e fixar, no artigo de Sofia Gaio e de Luís Borges Gouveia, ou de enquadramento do edifício público no espaço envolvente, no artigo de Raquel Silva.
2. A que trata questões de património histórico. Edifícios com história: um que é considerado através da releitura documental e interpretativa de fontes, no artigo de Manuel Joaquim Pinto Coelho, e outro que corresponde a um caso de reconversão arquitectónica, passando de espaço privado e fabril a espaço público e museológico, no artigo de Sérgio Lira.

Para além do público versado em questões de arquitectura e de urbanismo, como revista de divulgação, **A OBRA NASCE** quer cultivar e expandir a cumplicidade com o público em geral a quem as temáticas que no seu seio são tratadas despertam interesse. Não fosse esse um dos desideratos que a fez associar à Rede Pública de Bibliotecas através do excelente serviço prestado pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas do Ministério da Cultura. É por aí, pela ligação ao grande público, que a sua existência se quer cada vez mais consolidar.

Conselho de Redacção
Rui Leandro Maia
Luís Pinto de Faria

Por uma defesa da compreensão da paisagem

Angélica da Rocha

Arquitecta Paisagista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Fernando Pessoa

angelica@ufp.pt

RESUMO

É premente a compreensão de todas as estruturas de composição da paisagem, desde a rural à urbana, por parte de todos aqueles que nela operam, desde quem a planeia até a quem a utiliza directa ou indirectamente. A par da estrutura rodoviária, que ninguém nega a importância de continuidade, surgem outras estruturas que necessitam de continuidade, no intuito de permitir o fluxo e regeneração de água, ar, solo, sementes, fauna, flora silvestre e do Homem. Desta forma a Estrutura Ecológica é o suporte garantido da continuidade pretendida, desde a escala nacional à escala local, assegurando e concretizando o *Continuum Naturale e o Continuum Culturale*, passando pela defesa das áreas de máxima sensibilidade previstas pela REN, principalmente em meio rural, até aos espaços verdes urbanos contínuos, confrontados na actualidade pela urgência de vias verdes.

PALAVRAS-CHAVE

Continuum Naturale, *Continuum Culturale*, Estrutura Ecológica, Periferia–Urbana, Paisagem.

ABSTRACT

The understanding of all the structures that make up a landscape by the people who work in it is essential, from the rural to the urban elements, from those who plan it, to those who use it directly or indirectly.

Apart from the motorway structure, whose importance in terms of continuity cannot be denied, there are other structures that emerge needing continuity with the objective of allowing the flow and regeneration of water, soil, seeds, fauna, wild flora and Man. This way, the Ecological Structure is the guaranteed support of the desired continuity, from a national to a local level, assuring and rendering concrete the *Continuum Naturale*, and the *Continuum Culturale*, to the defence of the areas of maximum sensitivity foreseen by REN, mainly in a rural environment, and in to the continuous urban green spaces, today confronted by the urgency of the greenways.

KEY WORDS

Continuum Naturale, *Continuum Culturale*, Ecological Structure, Urban–Periphery, Landscape.

8

PROTEGER A PAISAGEM / COMPREENDER A PAISAGEM

O crescimento demográfico que desde os meados do século passado se fez sentir e que se prevê continuar a aumentar até 2010 (Partidário, 2002:87–88) na Europa e, a concentração das populações nas áreas metropolitanas, assim como o incremento de estudos na área da ecologia, nomeadamente da ecologia da paisagem, motivaram a necessidade de se protegerem sistemas da paisagem que, até então, não estavam a ser colocados em risco e, que desde sempre, formaram elementos essenciais à própria vivência humana, tanto urbana como rural.

Até ao *boom* da explosão demográfica, a periferia urbana encerrava áreas complementares da própria cidade. Estas, viviam totalmente dependentes uma da outra. É exemplo, Atenas democrática com 14000 votantes que dependiam inteiramente de 100000 escravos agricultores que trabalhavam no exterior. Ao longo da história da cidade, sempre se verificou esta relação entre o núcleo e a periferia. A conexão perfeita de interdependência entre a cidade e o campo garantia a vida da paisagem rural, uma vez que a cidade adquiria os bens que esta mesma paisagem produzia.[1] "Mais tarde, em Lisboa, no Porto…apareceram, como simbiose, entre a cidade e o exterior, as quintas – um fenómeno tão urbano como rural, até mais urbano do que rural. Geralmente, as quintas de veraneio, que pertenciam a pessoas com possibilidades económicas, constituíam como que uma cintura envolvente, um subúrbio verde especial à volta de cidade" (Telles, 1996:8).

"Não existiam na cidade tradicional mais espaços verdes de uso público do que na cidade actual. No entanto, a pequena dimensão do núcleo urbano permitia aos seus habitantes chegarem ou verem a paisagem rural sem grande esforço, mantendo–se física e psicologicamente acessível" (Marques; 2004:70–71).

Depois da revolução industrial, a desmedida e rápida concentração de pessoas nas áreas péri–urbanas, conduziu, por um lado, ao progressivo abandono das áreas rurais e, por outro, à acelerada edificação destas áreas. A par desta realidade, o papel de promotor imobiliário[2] que a cidade tem vindo a desempenhar na sua política de planeamento urbanístico, abreviou velozmente a ocupação de superfícies do território que até então exerciam funções específicas de suporte à vida de própria da cidade – principalmente através da oferta de frescos.

Com o fomento de uma consciência ecológica por volta dos anos 60–70 de século XX, assomam–se as iniciativas de travagem a este crescimento desmedido, com reflexos inadequados relativamente aos objectivos pretendidos "Conferência Mundial do Meio Ambiente, Estocolmo, 1972 e, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992, duas conjunturas que, do ponto de vista do desenvolvimento económico e social, delimitaram um processo que vai do que, talvez um tanto impropriamente, foi então considerado um apelo ao *crescimento zero*, até ao que hoje em dia aparece consignado como uma exigência de *desenvolvimento sustentável*" (Ferreira, 2004:103). Também, A Comissão para o Ambiente e o Desenvolvimento em 1987, através do Relatório Brundtland (1991), aplica o termo de *desenvolvimento sustentável*[3]*, e não o de crescimento*. Tal desenvolvimento deve garantir a manutenção dos processos ecológicos fundamentais e dos sistemas essenciais à vida humana, a preservação da diversidade genética dos recursos vivos e a utilização de forma perene das espécies e dos ecossistemas[4]. Será a falta desta prática, inerente ao conceito, que prevalece na ordem do dia, fruto de um mau entendimento do próprio conceito? Serão só as prevalências económicas as geradoras de uma falta de adequação dos recursos territoriais à realidade? Ou, por outro lado, será a falta de ligação ao passado e à sua compreensão, que impedem a conformidade entre as potencialidades convenientes ao território e ao desenvolvimento económico, tendo em vista o *futuro*? A continuidade da preservação da paisagem e manutenção de potencial genético sempre foi preocupação do homem sob a forma de protecção consciente dos recursos ao seu dispor, pois este coabitava, conhecia e apurava o conhecimento da dinâmica da própria natureza. Hoje, a política de protecção dos recursos naturais e sistemas da paisagem impõe–se ao Homem sem que este a compreenda. "Como é que podemos dar valor ao que não sabemos que o tem?" (Amado, 2001:60). Será sempre difícil impor uma política de protecção da paisagem sem que os seus intervenientes a compreendam, sem que se façam

distanciar os desfasamentos entre a realidade da dinâmica da paisagem e a dinâmica de aproveitamento dos recursos por parte do Homem. "A disponibilização de informação é indispensável, num panorama de grande défice informativo vigente, ou mesmo *iliteracia ambiental*. Relembre-se que em 1997, cerca de 75% das pessoas não sabiam o que era um PDM, num momento em que já estavam quase todos aprovados, e supostamente com discussão pública. Há instrumentos legais que continuam muito distantes da percepção das pessoas, e, no entanto, interferem directamente com o seu quotidiano, como são os casos dos referidos PDM, mas também da Reserva Ecológica Nacional (REN). Isto para além da política de fechamento das instituições que arrolham a informação e dificultam o acesso aos dossiers mantendo um sistema de desinformação sistemática claramente intencional." (SCHMIDT, 2001:25-26).

ELEMENTOS DA ESTRUTURA DA PAISAGEM

"Paisagem é a figuração da biosfera e resulta da acção complexa do homem e de todos os seres vivos – plantas e animais – em equilíbrio com os factores físicos do ambiente"(CABRAL, 1973, s.p.)

A paisagem constitui um sistema de interdependências entre os factores físicos do ambiente – clima, pedologia, litologia, hidrologia e os seres vivos – plantas, animais e o Homem, todos em equilíbrio. Através da compreensão das suas correlações entendemos indubitavelmente como é que ela opera e de que modo pode ser ajustada às necessidades do Homem. Estas correlações compõem estruturas na paisagem que impõem "continuidade", de modo a que os elementos que as integram não se façam perder ao longo do seu fluxo. "A intervenção em qualquer parcela territorial terá que ter em atenção que se trata de um sistema complexo, com interrelações e fluxos constantes que anulam qualquer fronteira artificialmente considerada". Cancela d'Abreu (1995:s.p.).

Desde o final do Século XIX, Portugal passou a dispor de legislação relativamente à protecção dos seus recursos naturais nomeadamente a água (Domínio Público Hídrico) e algumas espécies vegetais autóctones, o Sobreiro e a Azinheira. Mais tarde, em 1975, surgem 2 diplomas, defesa dos melhores solos agrícolas[5], defesa do coberto vegetal e do relevo natural e defesa da paisagem rural[6], que seguidamente originaram a Reserva Agrícola Nacional – RAN[7]. Em 1976, classificam-se as áreas adstritas à conservação da natureza e da paisagem[8], originando posteriormente a Reserva Ecológica Nacional – REN[9]. A aplicação desta última lei assume-se através da regulação de restrição[10] à edificação e não como regulação do potencial que a estrutura encerra. Acrescentando este facto, ao de uma falta de compreensão da própria lei, na medida em que esta poderá apresentar várias leituras, provoca, desde especialistas, a técnicos e, à população em geral, contestação perante os instrumentos reguladores da paisagem e perante a própria paisagem. Também o nome, "Reserva", implica uma "salvaguarda" e uma "protecção", que colabora no processo de objecção à própria Lei.

Se, como anteriormente foi referido, a paisagem resulta das correlações entre os seus componentes, estes não actuam isoladamente, mas sim através se uma dinâmica de interacções. Desta forma, também as figuras jurídicas, que salvaguardam estes vários componentes, deveriam actuar em parceria. A competência de delimitação destes componentes e a sua gestão dispersam-se por vários organismos, pertencentes a dois Ministérios: a Reserva Agrícola Nacional, ao Ministério da Agricultura; o Domínio Público Hídrico, ao INAG; a Reserva Ecológica Nacional, A Rede Nacional de Áreas Protegidas e a Rede Natura 2000, ao Instituto de Conservação das Natureza, ou seja, ao Ministério do Ambiente. A par do distanciamento da gestão destas figuras jurídicas acontece também a incongruência na definição de algumas áreas, como é o exemplo das áreas adjacentes às linhas de água: que através do Domínio Público Hídrico são formuladas diferentemente às previstas pela Reserva Ecológica Nacional, permitindo a edificação em áreas de protecção da REN.

Com o panorama apresentado, tornou-se de grande importância a implementação de uma figura que compreendesse todas as figuras anteriormente apresentadas. Já há alguns anos se tem feito este apelo no sentido de simplificar, integrar e dar a conhecer mais facilmente todas as bases de suporte físico real, ao conceito de *Continuum Naturale*[11], previsto na Lei de Bases do Ambiente.

"Deveria ser criada uma Estrutura Ecológica Nacional, que reunisse os objectivos da Reserva Ecológica Nacional, da Reserva Agrícola Nacional, do Domínio Público Hídrico e da Rede Natura 2000 numa só figura legislativa, com a força de lei." (Magalhães, 2001:418).

Em 1999 é integrada, no âmbito dos conteúdos materiais, respectivamente do Plano Director Municipal e do Plano de Urbanização, a Estrutura Ecológica[12].

Sendo a Estrutura Ecológica a agregação transversal das figuras jurídicas de suporte ao *Continuum Naturale*, torna-se indispensável a concretização de um instrumento que garanta este mesmo contínuo, agregando novamente a cidade, "*urbe*", ao campo, "*ager*", dispensando, ou remetendo para segundo plano, a noção de espaço público urbano segundo um modelo *pontilhista* de jardins, parques, praças, entre outras tipologias isoladas e carenciadas de uma manutenção exagerada, imposta pelo isolamento que apresentam e pela memória de um passado, ainda demasiado presente do Jardim Romântico. Pretende-se desta forma que os espaços manifestem características de continuidade de forma a garantir, segundo Magalhães (2001:106): "A Continuidade – assegurada pela circulação da água e do ar, do solo e da vegetação que, por suas vez, constituem *habitats* que permitem a circulação da fauna; A Elasticidade – significa a capacidade do sistema de se adaptar à variabilidade dos seus elementos, dos quais o mais evidente é a água, tanto mais, quanto maior for a amplitude dos valores registado; A Meandrização – amento das interfaces entre diferentes elementos da paisagem, ou seja, aumentado o efeito de orla entre meios diferentes, onde são maiores os gradientes entre os parâmetros físicos e biológicos; A Intensificação – de modo a garantir uma optimização daqueles mesmos parâmetros, compensando o empobrecimento ecológico das áreas mais artificializadas."[13] Ao impor-se a necessidade de compatibilização do *Continuum Naturale*, principalmente em meio urbano, com as práticas culturais, desportivas e de lazer, indispensáveis à manutenção da vivência humana, bem como do seu desenvolvimento, assoma-se a indispensável concretização da integração do *Continuum Culturale*[14], que compreende a introdução do conceito de corredor verde: "O conceito de corredor verde tem sido proposto como uma estratégia de ordenamento do território e de desenho da paisagem, a qual se baseia na salvaguarda dos valores existentes e na definição de áreas prioritárias de recuperação no sentido da definição de uma rede de áreas e corredores de elevada qualidade paisagística."[15]

"...Se acrescentarmos às funções ecológicas desta estrutura, algumas funções de uso ligadas ao lazer e ao recreio, mas também à circulação de peões e bicicletas e à fruição de equipamento cultural, temos o que mais recentemente se tem designado por Corredores Verdes. Estes constituem novas entidades urbanas com as suas funções associadas..." (Magalhães, 1996: s.p.)

Compete a todos aqueles que têm por objecto de trabalho a Paisagem e outros que têm por objecto de trabalho outras entidades que influem directamente na transformação da mesma, reflectir sobre a importância destas estruturas contínuas – vias verdes – que se pretendem assumir como um instrumento de unificação e valorização das acções artificiais compreendidas pelo homem, em constante dinâmica com os processos de circulação, movimentação e regeneração dos elementos que a encerram.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

AMADO; Ana (2001): *Ambiente, Cultura e Desenvolvimento*, Porto, ADECAP – Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular.

AMADO, Miguel Pires (2005): *Planeamento Urbano Sustentável*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

BRANDÃO, Pedro; REMESER, A. (2000): *Espaço Público e Interdisciplinaridade*, Lisboa, Centro Português de Design.

BRUNDTLAND, G., H. *et all* (1991): *Nosso Futuro Comum*, Lisboa, Meribérica-Liber

CABRAL, Francisco Caldeira (1973): *"Paisagem", in Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol.14, Verbo

CABRAL, Francisco Caldeira (1980): *O Continuum Naturale e a Conservação da Natureza, in Conservação da Natureza*, Lisboa, Serviços de Estudos do Ambiente.

CABRAL, Francisco Caldeira (1993): *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza.

CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, Gonçalo Ribeiro (1999): *A Árvore em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim e Autores.

CANCELA D'ABREU, Alexandre d´Orey (1995): *Desordenar ou Ordenar o Desordenado, in Conferência Planear para o Virar do Século,* Aveiro, Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro.

CARVALHO, João Manuel (2005): *Planeamento Urbanístico e Valor Imobiliário. As parcerias público-privado: teorias, metodologia, potencial,* Cascais, Principia.

COSTA, Alexandre Alves; SCHMIDT, Luísa; JORGE, Vítor Oliveira (Coords) (2001): *Ambiente, Cultura e Desenvolvimento*, Porto, ADECAP.

FERREIRA, Victor Matias (2004): *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais e Ler Devagar.

JELLICOE, Geoffrey, JELLICOE, Susan (1995): *The Landscape of Man,* United Kingdom, Thames & Hudson Ltd.

MAGALHÃES, Manuela Raposo (1996): *Morfologia da Paisagem. Modelos de usos preferenciais para o solo;* Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

MAGALHÃES, Manuela Raposo (2001): *A Arquitectura Paisagista. Morfologia e Complexidade;* Lisboa, Editorial Estampa.

MARQUES, Paulo Farinha (2004): *Estrutura ecológica fundamental ao nível do perímetro urbano. Vias verdes na cidade, in* Revista Arquitectura e Vida, Agosto-Setembro.

PARTIDÁRIO, Rosário Partidário (2002): *Contributo para uma Política de Sustentabilidade Urbana – A Problemática do Ambiente Urbano, in* Revista Sociedade e Território, nº33.

PAMOLO, Pedro J. Salvador (2003): *La Planificación Verde en las Ciudades*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, S.A.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João (2003): *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades,* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SARAIVA, António Manuel de Paula (2005): *Princípios de Arquitectura Paisagista e de Ordenamento do Território,* Mirandela, João Azevedo Editor.

TELLES, Gonçalo Ribeiro (1996): *Conferências de Matosinhos: Um Novo Conceito de Cidade: A Paisagem Global*, Matosinhos, Contemporânea Editora, Lda.

TELLES, Gonçalo Ribeiro (2001): *Plano Verde. Estruturas Ecológicas e Componentes Ambientais, in* Revista Lisboa – Urbanismo, Boletim da Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística. Maio /Junho

TELLES, Gonçalo Ribeiro (2003): *A Utopia e os Pés na Terra*, Instituto Português de Museus (Catálogo de Exposição).

NOTAS DE RODAPÉ

1 Segundo Telles (1996:8) " A cidade criou um espaço envolvente suburbano muito importante para a própria cidade: a cidade não vivia de si própria , não podia viver sem o exterior, o subúrbio..."

2 Segundo Carvalho (2005:7) "A cidade tem assumido de forma crescente o papel de um agente económico, nomeadamente o de um produtor com uma função específica, denominada pela produção e espaço. Nisto a Cidade – enquanto agente económico – aproxima-se do promotor imobiliário."

3 (Brundtland, 1991) "desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades"

4 Na formulação expressa na Estratégia Mundial de Conservação. IUCN, 1980.

5 Decreto-Lei n.º 356/75

6 Decreto-Lei n.º 357/75

7 Decreto-Lei n.º 451/83

8 Decreto-Lei n.º 613/76

9 Decreto-Lei nº 321/83 "...constituí uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a protecção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas."

10 Note-se o uso do termo: "condicionamento", na definição apresentada em nota n.º 9.

11 "O Continuum Naturale é o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território". Lei de Bases do Ambiente, Lei 11/87 de 7 de Abril. Segundo Telles (2003:334)"Continuum Naturale: sistema contínuo que permite o funcionamento e desenvolvimento dos ecossistemas naturais e dos agrossistemas, através de estruturas que garantem a presença da Natureza e da vida silvestre, a diversidade e o potencial genético (biodiversidade), a circulação da água, do ar, a regulação das brisas, a protecção do vento e a estabilidade física do território."

12 Decreto-Lei n.º 180/99 (revisto do DL n.º 310/2003) Artigo 14.º – 1 – Os instrumentos de gestão territorial identificam as áreas, valores e sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, designadamente as áreas de reserva ecológica.

13 Interpretação da autora face aos conceitos de Continuidade, Elasticidade, Meandreização e Intensificação apresentados por Cabral (1980:41-43)

14 Segundo Telles (2001) entende-se Continuum Culturale "um sistema contínuode espaços edificados e seus vazios"

15 Ver Associação Portuguesa de Corredores Verdes em: www.isegi.unl.pt/labnt/cverdes/pages/default.htm

Equilíbrio impossível: a necessidade do artifício e o mito da natureza

Francesco Cancelliere

Arquitecto, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Fernando Pessoa
francesc@ufp.pt

RESUMO

Reflectir sobre o conceito de equilíbrio no âmbito das disciplinas da arquitectura e do urbanismo remete necessariamente a considerações sobre o carácter de artifício dos fenomenos urbano e arquitectónico analisados: construir casas ou cidades, actividade especificamente humana enquanto transcende a simples urgência de protecção e de abrigo para entrar no domínio das associações semânticas, configura-se inevitavelmente como uma intervenção perturbadora de estados anteriores supostamente "equilibrados".

A história das cidades, de acordo com os dados que as descobertas arqueológicas colocam hoje à disposição da nossa capacidade interpretativa, coincide com o aparecimento de outro fenómeno especificamente humano, o da escrita, e confunde-se portanto com a história cultural da humanidade, dos seus mítos e das suas narrativas.

A modificação artificial do meio-ambiente, no sentido de adaptá-lo a exigências humanas de diferente ordem, prática ou simbólica, ou ambas, acompanha-se com o desenvolvimento de conceitos e teorías sobre o próprio significado da intervenção humana no mundo físico e sobre a avaliação de todas as suas consequências.

ABSTRACT

A reflection about the idea of equilibrium in architecture and urbanism involves necessarily some considerations about relationship between artifice and nature: building houses and cities, a specifically human activity when thought not only as a simple response to the urgency of protection, but as a significant activity, is an action that influences and perturb existing, equilibrated situations.

In urban history, according to archaeological studies, the development of stable settlements corresponds to both agricultural development and invention of writing; urban history thus corresponds to the possibility of transmitting and fixing cultural history, with its myths and narrations, as well as with the development of organized strategy of modification and controlling of nature for economic purposes.

Artificial modification of the environment, for both practical and symbolic purposes, appears to be a necessary principle for architecture and urbanism and is accompanied by a development of theories and concepts about the deep signification of the human intervention on the physical world and a reflection about its impact and consequences.

16

Os diferentes aspectos e conotações da relação entre "artifício", entendido como resultado consciente da manipulação de recursos naturais por parte do homem no sentido de satisfazer exigências materias e simbólicas, e "natureza", embora este conceito possa assumir conotações variáveis e, em alguns casos, até opostas, de acordo com o período histórico e a localização geográfica, apresentam-se portanto como categorias críticas recorrentes, quase inevitaveis, em grande parte da produção teórica ocidental sobre a arquitectura e a cidade.

Uma reflexão actualizada sobre as possiveis conotações da relação, harmónica ou conflitual, entre artifício e natureza, devería portanto constituir uma premissa indispensável para orientar as actividades de projecto arquitectónico e urbano.

PALAVRAS CHAVE
arquitectura – urbanismo – história – natureza – ambiente

All the distinct aspects of the relationship between artifice, as intentional modification of natural environment through the human action for both symbolic and practical purposes, and nature, though this concept should be object of a deeper reflection according to the different and variable value it had along cultural history, appear to be fundamental critical categories in western theoretical architectonic literature.

A contemporary evaluation of the possible connotation and consequences of the relationship, either harmonic or conflictive, between artifice and nature, should therefore be considered an unavoidable starting point in order to rethink the principles of architectonic and urban design.

KEY WORDS
architecture – urbanism – history – nature – environment

"Vós já não existis. Sois do passado, uma fantasia que nós recordamos. Já não sois vós quem marca a data. Apagastes todas as perspectivas. Gastastes todos os cartuxos."
(Grass, 2003)

1. Este artigo retoma e amplia algumas reflexões apresentadas no âmbito do simpósio "Equilíbria", realizado em Março de 2006 na Universidade Fernando Pessoa e dedicado ao tema do equilíbrio em diferentes perspectivas disciplinares.

No âmbito das disciplinas relacionadas com a arquitectura e o urbanismo, a questão da avaliação da relevância do conceito de "equilíbrio"apresenta-se como um tema muito amplo, que dificilmente podería ser resumido sem correr o risco de simplificações arbitrárias e redutoras.

Será suficiente, por exemplo, lembrar que o próprio termo apresenta, na utilização corrente, diferentes significados e que esta multiplicidade de matizes reflete-se na linguagem específica das disciplinas arquitectónicas.

Uma rápida análise das significações do termo "equilíbrio" na linguagem corrente remete o termo, em primeiro lugar, para um conceito físico, mais precisamente da mecânica, correspondente ao «estado de um corpo em que as forças sobre ele aplicadas contrabalançam mutuamente os seus efeitos» (Costa, Sampaio e Melo, 1998: 643). Um dos aspectos mais relevantes da arquitectura entendida como arte de construir, a capacidade do edifício de resistir às forças sobre ele activas – o que Vitrúvio definía como *firmitas* – permitiría então interpretar o significado de "equilíbrio" em termos de resposta construtiva às exigências de solidez e estabilidade, requisitos essenciais para a própria concretização e existência material de uma construção.

Num significado figurado, o termo aparece associado às idias de «igualdade; harmonia» (Costa, Sampaio e Melo, 1998: 643) que, no âmbito do discurso sobre a arquitectura, podería ser associado a considerações de carácter compositivo e tipológico: poder-se-ia falar, portanto, de equilíbrio entre as partes de um organismo arquitectónico, conceito este que sugere uma referência às regras compositivas e formais internas de um edifício, que ordenam, por exemplo, a estrutura compositiva de uma fachada e a relação harmónica e proporcional entre as suas partes – a *venustas*, em termos vitruvianos – ou então à organização planimétrica de um edifício, em relação ao seu programa, aludindo portanto àquela ideia que, a partir da experência do Iluminismo, e em particular aos escritos de Quatremère de Quincy, podería ser designada por organização tipológica equilibrada – o conceito que, na sua relação com a função para a qual o edifício é projectado e realizado, Vitruvio definía recorrendo ao termo *utilitas*. Ou enfim, reiterando a referência à ideia de exequibilidade de um edifício do ponto de vista da sua realização material, à capacidade de uma ideia projectual de ser materializada sem violar as leis físicas que garantem a sua existência, duração e segurança.

Se parece inevitável fazer referência a três aspectos que remetem à tríade vitruviana de *venustas utilitas firmitas* – aqueles que foram entendidos como princípios fundamentais da arquitectura clássica, determinada pela redescoberta e pela interpretação teórica renascentista sobre a arquitectura romana – é porquê estes conceitos constituiram a referência teórica praticamente inevitável para a arquitectura ocidental durante um arco temporal de, pelo menos, três séculos, antes do período "moderno", cujas origens temporais podem ser identificadas, hoje bastante consensualmente, com o Iluminismo, e porque, numa perspectiva crítica, eles mantém, embora com designações diferentes, uma relevância incontornável no discurso sobre a arquitectura contemorânea.

2. Um aspecto recorrente dos escritos teóricos sobre a arquitectura e a cidade, redigidos ao longo de séculos de história da "arte de construir" – se a arquitectura couber nesta definição – consiste na procura constante de uma razão primigénia, de uma origem, de um princípio absoluto, de um modelo primordial, ao qual remeter a explicação das formas materias dos artefactos que o homem constrói no intuito de adaptar o ambiente onde vive às suas exigências de sobrevivência.

Exemplos interessantes desta procura daquilo que poder-se-ía definir como uma "etimologia" das formas do construído encontram-se, por exemplo, em alguns dos escritos do historiador da arquitectura polaco Joseph

Rykwert, como *The Dancing Column* (1998) ou *The Idea of a Town* (1988), mas principalmente num texto de grande importância e de alguma forma paradigmático de uma certa renovação da abordagem aos estudos teóricos sobre a arquitectura entre os anos '70 e '80 do século XX, *On Adam's House in Paradise*, de 1981.

Neste ensaio, Rykwert descreve as tentativas que, ao longo da história da arquitectura ocidental – embora o capítulo final do texto tente ultrapassar o limite geográfico do mundo ocidental antigo para ampliar, com a ajuda da antopologia, a procura das raízes e das constantes de algumas formas construídas a tradições e expressões culturais diferentes daquelas que o termo "ocidental" designa. Pode-se lembrar, aqui, que, por este termo, entende-se uma tradição cultural e histórica correspondente a uma vasta área geográfica, que se extende além dos limites territoriais da região europeia, para abarcar toda a àrea correspondente à bacía mediterrânea e, mais a Nascente, a Mesopotâmia, a Pérsia e a região do Indo, correspondente a uma área de influência cultural indoeuropeia – diferentes autores, arquitectos ou teóricos da arquitectura, figuras que muitas vezes coincidem, empreenderam a partir da descoberta e das reinterpretações do único tratado conhecido da antiguidade sobre a arquitectura, o *De Arquitectura* de Vitruvio, no sentido de identificar as origens das formas materiais e dos princípios organizativos dos edifícios que o homem constrói.

A procura, ou, em alguns casos, a livre interpretação que se aproxima à invenção, de um arquétipo das formas arquitectónicas e dos seus significados, cuja permanência na tradição tratadística ocidental é, segundo Rykwert, identificável desde as primeiras traduções e interpretações renascentistas do texto vitruviano até à produção teórica de finais do século XIX e começo do século XX, constitui não só uma categoria crítica funcional ao objectivo de explicar e interpretar as arquitecturas do passado, mas também um instrumento operativo para a actividade de projecto, um critério normativo capaz de justificar opções tipológicas e estéticas através de princípios insofismáveis, indiscutíveis precisamente por ser primigénios, ou, melhor, por ser entendidos e aceites como tais.

Na construção da sua argumentação, Rykwert faz referência a uma conceito, cuja representação por imagens, através do meio de expressão tradicional dos arquitectos, ou seja o desenho, ou por descrições figuradas, atravessa, de forma mais ou menos explícita, toda a produção tratadística ocidental, dela sendo quase a razão última: a ideia do edifício primordial, da primeira constução que o homem edificara, a primeira casa ou, dito de outra forma, a casa do primeiro homem. A metáfora à qual Rykwert recorre para clarificar esta ideia coincide com o título do ensaio: a casa de Adão no Jardim do Éden.

Na perspectiva de Rykwert, a procura de um modelo primigénio de edifício, associável, sempre segundo o autor, à imagem da casa do primeiro homem da tradição bíblica, constitui, na historiografía arquitectónica, um princípio metodológico recorrente, que de alguma forma traduz a necessidade de questionar e, se possível, identificar as significações últimas do acto de construir, aquilo que, de forma talvez um pouco atrevida, foi acima designado por "etimologia das formas construídas".

Um dos aspectos relevantes implícitos na própria imagem metafórica escolhida por Rykwert para esclarecer a sua tese consiste na impossibilidade de reconhecer e identificar este significado como componente autónoma do acto de projectar e construir. De facto, todo o ensaio rykwrtiano alude à necessária coexistência, no discurso sobre as origens e as significações das formas arquitectónicas, de dois conceitos complementares, embora radicalmente distintos e, de alguma forma, opostos: o de "artifício" e o de "natureza".

Não parece possível mencionar a hipotética casa primigénia, original – a casa do primeiro homem da tradição bíblica, Adão – sem fazer, ao mesmo tempo, referência à sua localização, ao Paraíso terrestre, que, na mesma narração, corresponde ao mundo originado pela Criação Divina, ainda não povoado pelo homem, não sujeito à sua intervenção, portanto, metaforicamente, coincidente com um conceito absoluto de natureza.

De alguma forma, o próprio conceito de "casa", raíz e arquétipo de qualquer arquitectura realizada ou imagina-

da, assume valores e significações relativas, determinadas pela referenciação a um conceito diferente – oposto – que, por enquanto, pode designar-se pelo termo "natureza". A hipótese de uma associação, ineludível, de complementariedade entre as noções de "artifício" e de "natureza", é um tema que atravessa não só o ensaio de Rykwert, mas, em geral, a maior parte da produção crítica e teórica sobre o fenómeno arquitectónico e urbano, constituindo provavelmente uma das categorías mais significativas e eficazes na interpretação da arquitectura como forma de expressão humana – ou, noutros termos, como artifício significante. O paradigma da natureza aparece, de facto, tanto ao nível da analogia formal entre elementos naturais e elementos construidos – partes de edifícios ou, no limite, edifícios na sua totalidade – como ao nível das narrativas simbólicas:

"In architecture, perhaps more so than in any other mode of human expression, concepts have been realized in spaces and forms more than just once removed from nature. Over time, this individual removal from nature, seen cumulatively, has furthered the figurative distance between former references and current valences. Archaeological reconstructions of such "origins", revaluations of current valences in terms of these origins and their degree of removal, have often produced speculative narratives, legends, histories and myths." (Wang, 2000: 42)

3. Estas considerações intodutórias apresentam-se como indispensáveis para abordar uma reflexão mais abrangente sobre o valor do termo "equilíbrio" em relação à arquitectura, que corresponda *in primis* a uma tentativa de aproximação ao conceito que este termo subentende, fundamentada numa análise da sua origem que prescindisse, de alguma forma, das utilizações correntes do termo, para verificar a sua aplicabilidade ao específico âmbito disciplinar tratado.

A etimologia do termo "equilíbrio" remete ao latim (Diz. Etimologico), como palavra composta pelo adjectivo *æquus* (=igual) e pelo substantivo *libra* (=balança). De facto, o conceito de equilíbrio pressupõe a existência de dois termos, seja qual for a sua natureza, ou o seu carácter, relacionados por um princípio de equivalência, equiponderantes.

Uma aproximação ao significado de "equilíbrio" permitiría portanto afirmar que esta palavra subentende a existência de conceitos, quantidades ou termos distintos que, de alguma forma, interagem, ou são confrontados. Pode-se falar de existência de um estado de equilíbrio entre quantidades distintas – no mundo físico – ou conceitos – no discurso – se existir uma compensação mútua dos efeitos determinados pela acção individual de cada termo, ou pela sua simples coexistência.

Reflectir sobre o significado do termo "equilíbrio" em relação à arquitectura e ao urbanismo poderá corresponder portanto a esclarecer a natureza, o carácter, a essência de cada um dos termos desta relação de "mútua compensação de efeitos".

Se ao longo da história das teorías sobre a arquitectura e a cidade muitas foram as hipóteses e propostas de explicação das origens e do significado do construir, fundamentadas em aspectos de carácter funcional ou simbólico de acordo com a sensibilidade cultural de cada época e de cada autor, uma premissa parece consensual: a presença de uma comunidade humana num território é caracterizada pela modificação e reorganização consciente do espaço físico e do meio ambiente para o adaptar às exigências da mesma comunidade.

Noutras palavras, a presença e a fixação num território de qualquer comunidade humana é caracterizada por um nível elevado de artificialização do espaço e este processo de artificialização responde ao mesmo tempo a exigências de ordem funcional – criar as condições de segurança e abrigo necessárias à sobrevivência e ao desenvolvimento de actividades – e simbólica – no sentido de uma reorganização consciente, intencional do espaço, o que permite estabelecer relações de significado com a cultura, os mitos e a narrativa de uma comunidade.

O que parece ser relevante, no contexto de um discurso sobre a arquitectura, é que esta reorganização do espaço para a sua adaptação às exigências de subsistência de uma comunidade – aquilo que pode ser designado por "artificialização" do espaço, e que o torna habitável – responde ao mesmo tempo a motivações de carácter funcional

– abrigar e proteger o habitante das intempéries, das ameaças externas, etc. – e a motivações de carácter simbólico, não menos relevantes, na medida em que as formas da arquitectura – a sua materialização, que, em si própria, consiste num processo de transformação e organização de materiais e elementos constructivos – veiculam, como numa narração, significados relacionados com a identidade cultural, a memória, o imaginário, os mitos e as crenças de uma comunidade.

O facto de que a presença de uma comunidade num território se manifeste através da reorganização intencional e significante do espaço para o adaptar às necessidades da própria comunidade sugere então que os dois termos associados numa relação de mútua compensação – equilíbrio – ou, pelo contrário, de oposição – desequilíbrio – possam ser de alguma forma associados à ideia de uma intervenção, impulsionada intencionalmente pelo homem, no sentido de introduzir um grau de artificialização num contexto ambiental preexistente, "natural". Sería portanto possível avançar a hipótese de uma explicação da relevância do conceito de "equilíbrio" em arquitectura em termos de relação entre as duas categorías de "artifício" e de "natureza".

A descrição sumária do fenómeno arquitectónico e urbano em termos de modificação da organização e da conformação do espaço no intuito de o tornar habitável – com toda a complexidade de significados que este termo implica – não sería contudo suficiente para definir com maior precisão os limites e os termos da relação acima descrita e que parece constituir um do aspectos mais significativos da intervençaõ do homem no território, sem antes tentar uma aproximação ao valor e aos possíveis significados veiculados pelo termo de "natureza".

Como já sugerido através da análise das teses de fundo do ensaio de Rykwert, a afirmação que a essência do acto de construir reside na ideia de uma intervenção intencional, por parte do homem, no sentido de modificar um contexto natural preexistente para o tornar habitável, contém, *in primis*, uma referência ao espaço físico onde a intervenção se realiza.

Contudo, o acto inicial da construção, o acto de "fundar", de "lançar os alicerces", de um edificio ou de uma cidade, dificilmente acontece num espaço que se possa definir completamente "natural", se por esta designação se entender un lugar virgem, nunca antes sujeito à intervençõ humana.

O dado físico objectivo que constitui o contexto ambiental no qual o homem, isoladamente ou organizado numa estrutura social, intervém para construir a sua habitação individual – a casa – ou comum – a cidade – dificilmente (a não ser que se trate talvez de um local absolutamente desertico, como talvez só a Antárctica) se apresenta como um espaço intacto, nunca antes sujeito à acção do homem.

Mais frequentemente, o território onde o homem intervém para construir as suas casas e as suas cidades, é um território onde são visíveis e reconhecíveis os indícios da sua própria acção modificadora e reorganizadora, tanto a nível físico como a nível simbólico. Sistemas de relação, como o simples traçado de um caminho num território livre, ou sistemas produtivos, como a plantação intencional de espécies vegetais, são suficientes para introduzir no espaço uma uma hierarquia, física e de valores abstractos, e determinar a sua "antropização", a passagem do desconhecido para o *locus* habitável. As já citadas palavras de Wang – a arquitectura como forma de espressão humana – aludem à necessária associação, no fenómeno arquitectónico e urbano, entre tranformação física e determinação de valores abstractos.

A transformação física determinada pela arquitectura pode portanto ser entendida como uma narração, referida aos valores culturais de uma comunidade a ela associados, e ao mesmo tempo os seus significados podem ser representados, em termos de metáfora, através de analogías e símbolos retirados da própria matriz cultural que determina. (Os dois níveis de leitura apresentam uma contradição só aparente, se se pensar nas palavras de Ricoeur (1986: 7):

Anche se la metafora fa parte, tradizionalmente, della teoria dei «tropi» (o figure del discorso) e il racconto della teoria dei «generi» letterari, gli effetti di senso prodotti dalla metafora e dal racconto dipendono dal medesimo fenomeno centrale: l'innovazione semantica.

É aliás significativo que a datação dos mais antigos vestígios conhecidos de culturas urbanas, trazidos à luz em sítios arqueológicos da área mesopotâmica, coincida com o aparecimento da escrita, ou seja com a capacidade de fixar e transmitir conteúdos abstractos e narrativas complexas através de um sistema organizado e codificado de símbolos. Por outro lado, o aparecimento do fenómeno urbano corresponde à estruturação de sociedades organizadas de forma complexa impulsionada pelo desenvolvimento da agricoltura e pela consequente sedentarização de comunidades que estabelecem, com o território cultivado, isto é, transformado artificialmente, uma relação estável de permanência e fixação.

Neste sentido, o território cultivado, organizado para finalidades produtivas e económicas relacionadas com a subsistência de uma comunidade, é um dado físico preexistente que, contudo, sería inapropriado definir como "natural".

Mesmo pensando noutro paradigma, oposto, de estratégias de subsistência baseadas por exemplo na caça e no nomadismo – sedentarização e nomadismo, agricultura e caça, Abel e Caim, na tradição bíblica, constituem os dois paradigmas opostos, mas complementares, de organização das comunidades humanas – o território atravessado na costante deslocação à procura de recursos naturais é organizado, num sentido figurado, através de hierarquias e associações de carácter simbólico: poder-se-ia referir os mitos de criação e as narrativas sobre o imenso território australiano das tribos aborígenes.

Seria mais apropriado, neste caso, recorrer, mais do que à noção de "natureza", à noção de "paisagem", conceito que, além da referência à imagem, à representação de um ambiente físico – o termo "paisagem" começou a aparecer na linguagem corrente, através do francês *paysage* (Azevedo, 2001: 9) no século XVI, num contexto cultural, o da arte flamenga, que o elege a tema dominante da pintura. A origem do conceito remonta ao «aparecimento da burguesia italiana e na nova ordem da relação com as terras, relacionando este facto com o desenvolvimento da cultura humanista» (*ibidem*: 11), em particular com o desenvolvimento da representação do mundo físico através da perspectiva – contém a ideia de um dado físico organizado, a partir de "materiais", se assim podemos dizer, naturais pela acção do homem; e no fundo, o próprio acto da representação artística é uma forma simbolica de reorganição, cognitiva, do espaço.

Remeter ao conceito de "natureza", em oposição a "artifício", no discurso arquitectónico apresenta-se portanto mais como uma referência a uma condição ideal, primordial, distante no tempo e no espaço, na qual a presença do homem é indiferente ou inexistente. O Jardim do Éden – a imagem que a tradição indo-europeia, e portanto não só a tradição escrita dos textos religiosos das religiões monoteistas ocidentais – onde Adão, possivelmente, terá imaginado e contruido a pimeira casa, a habitação original, tem portanto a função simbólica de aludir a uma condição ideal, de harmonía, que, pelo seu próprio carácter metafórico, não pode ser objecto de experiência sensível, não pode ser visto, embora possa, mesmo assim, ser objecto de representação, porque presente no imaginário do homem como memória abstracta de um estado, que poderíamos definir de "equilíbrio", perdido no tempo do mito e irrecuperável para o homem do tempo histórico.

Uma memória peculiar, portanto, porque memória de algo que nunca foi visto ou vivido, mas capaz de despertar um sentimento de perda irreparável, de nostalgia e um desejo de regresso a uma condição originária, mitológica, contudo viva na imaginação colectiva e na cultura: a presença do tema do paraíso perdido é de facto recorrente na história da arte e apresenta-se sempre como necessário complemento ao artifício da construção da casa do homem, sendo, como tal, objecto de constante re-interpretação e de representação.

É interessante reparar como, mesmo assim, as representações do Jardim do Éden apresentam frequentemente a visão de uma natureza organizada e regulada por leis geométricas e proporcionais, que se traduzem no modelo arquetípico, por exemplo, dos jardins renascentistas da tradição ocidental, ou – com uma conotação marcadamente religiosa – nos claustros conventuais medievais, ou ainda na tradição figurativa e na organização espacial dos pátios e dos jardins palacianos persas e árabes.

Uma natureza ideal, originária e primordial, que é portanto o elemento equilibrador da acção cultural do homem e que, uma vez perdida, torna o estado de equilíbrio impossível, mas desejado e sonhado com nostalgia. É esta aspiração ao regresso ao estado originário de harmonía com a natureza que determina a necessidade de organizar e construir um espaço habitável – a casa, a cidade – o qual, sendo a expressão última do artifício, foncione contudo como uma segunda natureza, alternativa à primeira, uma expansão das possibilidades humanas além das suas limitações biológicas através da evolução cultural:

At some point in our ancient past we began to extend our evolution beyond the limitations of biology by means of human culture. Over time, The most elaborate expression of our culture came to be the city, an environment that replaced nature and would lead to our most profound achievements. (Crowe, 1999: 233)

A referência a uma "natureza" ideal é um modelo recorrente na teoría e na prática da arquitectura, clássica e moderna. o que se transforma, ao longo da história, são os paradigmas através dos quais esta relação é materializada em formas construídas. por exemplo, a arquitectura da renascença aspira a reproduzir na organização do espaço doméstico e urbano a harmonía do universo, tornando a consonância com a natureza (divina) num imperativo moral, enquanto o desenvolvimento pós-iluminista das observações do mundo animal e vegetal e o consequente desenvolvimento das ciências biológicas determina a procura de modelos formais de organização do espaço na estrutura de outros seres viventes.

Contudo, vimos como a razão profunda desta referência constante à "natureza", tanto em termos formais e de organização espacial, como em termos conceptuais, apoia-se e fundamenta-se na tentativa de reestabelecer um relação harmónica com uma condição ideal entendida como perdida e irrecuperável, a partir da consciência da inevitabilidade do recurso ao artifício para satisfazer as exigências materiais e espirituais do homem. Francesco dal Co (1997: 7), sintetiza este conceito, afirmando que:

il senso di ogni divagazione architettonica in null'altro consiste se non in una costatazione melanconica e come ciascuna costruzione non possa che esprimere un sentimento di perdita.

Construir cidades e habitar casas são portanto expressão de uma condição, tipicamente e exclusivamente humana, em que a primigénia e ideal harmonía com a natureza, confinada na atemporalidade do mito, é definitivamente perdida, ou, noutras palavras, correspondem à constatação da impossibilidade de uma relação equilibrada entre natureza e cultura: o homem só e simplesmente pode aspirar a re-estabecer este equilíbrio; pode aproximar-se, no tempo histórico e no espaço físico, a uma relação harmónica com o ambiente; pode expressar o significado desta procura nas formas do espaço físico organizado por ele próprio.

4. Numa reflexão referida à teoría e à prática arquitectónica contemporânea, a questão que podería ser colocada consiste em perguntar quais podem ser as consequências das considerações até aqui apresentadas, numa época em que a consciência do impacto das acções humanas sobre o planeta se torna cada vez mais clara nos seus apectos mais devastadores.

É de facto inevitável constatar que, para utilizar de novo as palavras do arquitecto e teórico Norman Crowe (1999: 230)

The city is the ultimate expression of artifice, a second nature built as an alternative to living exclusively within the natural world. In perfecting this second nature, we have progressively separated ourselves from real nature.

Aqui, Crowe põe o acento numa consequência, imprevisível talvez nas suas reais dimensões e efeitos sobre o meio-ambiente, da necessidade de artificialização do espaço implementada pelo homem através da construção das suas cidades: o facto que a relação de complementariedade entre artifício e natureza esteja a transformar-se numa relação desequilibrada, em que o artifício, entendido como uma segunda natureza, produzida e determinada pelo homem, opõe-se à natureza e sobrepõe-se a ela até à sua potencial destruição.

Na realidade, a percepção da heterogeneidade entre o

mundo físico produzido pela acção humana e a natureza é um conceito que tem, pelo menos, dois milénios, se, já no I Século antes da era cristã, Marcus Tullius Cicero afirmava: «In fine, by means of our hands we essay to create as it were a second world within the world of nature» (*cit. in:* Crowe, 1999: 3).

Quando esta coexistência de duas "naturezas" complementares se transforma numa relação de oposição, de luta ou de exploração, o equilíbrio deixa de existir. Esta constatação, que parece representar com clareza as preocupações ecológicas e ambientais contemporâneas, alude ao progressivo distanciamento entre o homem e a natureza referido por Crowe.

No discurso contemporâneo sobre a cidade, este distanciamento determina, em primeiro lugar, a necessidade de questionar, noutros termos que não as referências culturais a imagens metafóricas retiradas, por exemplo, da narrativa bíblica, a origem e os significados profundos da actividade, exclusivamente humana, de artificialização do espaço, através da construção de cidades. O mesmo autor resume esta questão analizando a possibilidade de observar a própria cidade contemporânea como fenómeno natural:

The speed with which the modern city has come about might suggest that the modern city is «unnatural» compared to the long evolutionay development of the traditional city. On the other hand, the modern city's extraordinary uncontrollable growth might suggest that it is in some way natural, evidenced by the city often appearing to have a life of its own, outside and beyond any citizen's or planner's intentions. (Crowe, 1999: 213)

Contudo, se em vez de observar a cidade como fenómeno autónomo, a atenção for dirigida sobre a cidade como resultado da actividade humana, torna-se necessário constatar que a sua organização e a sua evolução reflectem o carácter da própria atitude humana em relação ao ambiente: «If the city is seen as a natural overgrowth of the human capacity for ideas and invention, then, as noted by Aristotle, it mirrors a fundamental quality of human nature» (*ibidem*: 215). Se, na observação de Aristoteles, esta relação entre natureza humana e mundo natural aparecia como complementar e harmónica – uma reflectía-se na outra como num espelho – a observação do desenvolvimento urbano contemporâneo torna então inevitável a constatação que algo determinou uma crise, um colapso num estado antes percebido como de equilíbrio: «In our success in creating an effective equivalent to nature, we have tricked ourselves. Our man-made environment now desensitize us to nature» (*ibidem*: 233).

Uma visão poética, na sua qualidade de narração e, como tal, capaz de veicular e expressar, através de metáforas, conteúdos correspondentes às sensibilidades culturais de uma época histórica, pode constituir um indício interessante sobre o entendimento contemporâneo daquela relação entre artifício e natureza até aqui descrita. Günther Grass representa esta relação em termos inequivocáveis de conflito, de ruptura de equilíbrios, numa perspectiva decididamente catastrófica:

Pôde-se, sempre, reconhecer o homem pelo lixo que deixa, estratificado em camadas; pois, mais do que o homem, duram os seus dejectos. Só o lixo lhe sobreviveu.
[...]
O legado da espécie humana, inventariámo-lo nós, para a memória. Planícies de lixo, lixo em toda a extensão das praias, vales onde se acumula o lixo. Matéria sintética erra em flocos, garrafas que largam o seu ketchup, indegradáveis. Sapatos, que não são de couro nem de palha, correm sozinhos com a areia, juntam-se em covas cheias de detritos, onde já os esperam luvas de velejar e divertidos animais de banho. Tudo isso fala incessantemente de vós. Vós e as vossas histórias acondicionadas em capas de arquivo transparentes, seladas em sacos frigotérmicos, fundidas em matéria plástica, em chips e clips: a extinta espécie humana.
O que além disso sobrou: nas vossas auto-estradas rola com estrondo a sucata. Aí, não há papel que se coma, apenas toldos puídos à volta dos pilares, das vigas de aço. Espuma coagulada. Como se tivesse vida, uma geleia tremula em películas amontoadas. Por todo o lado, hordas de vasilhas apodrecidas. Das suas cassetes escapam-se fitas de filmes: [...] tudo quanto para vós foi a vida, o riso, as lágrimas em imagens em movimento.
Ah, os vossos cemitérios de automóveis onde dantes se

podia viver! Containers e artigos sortidos de longa duração. Caixas a que vós chamáveis cofres e casas-fortes, estão escancaradas: vomitaram todos os segredos. Sabemos tudo, tudo! E o que armazenastes em recipientes borbulhantes, esquecestes eou classificastes com rótulo falso, nós damos com tudo, com os vossos milhares de depósitos de venenos (...)
Seja: o vosso lixo é, por si mesmo, digno de atenção! É frequente ficarmos a olhar, espantadas, quando uma tempestade traz de longe, por cima das colinas, juntamente com uma poeira brilhante, materiais de construção volumosos para os depor nas terras baixas. Vêde, lá vai um tecto de fibra de vidro a voar! Assim recordamos a presunção do homem: sempre e cada vez mais alto, sempre e cada vez mais arrojo de imaginação... Olhai, vêde como cai e se parte em fanicos o seu progresso! (Grass, 2003: 15, 16)

A única conclusão possível desta visão é aterradora: «... pode ser que seja o fim do homem...» (*ibidem*: 13).

Provavelmente, a única resposta possível e sustentável, no âmbito disciplinar da arquitectura e do urbanismo contemporâneo, podería consistir em traduzir a aspiração ao reestabelecimento de uma relação harmónica com a natureza – descrita até aqui como um carácter próprio e inevitável da cultura urbana, nos termos de uma procura ideal de um "Jardim do Éden", metáfora da relação entre artifício e natureza – em termos de responsabilização pelas consequências da da acção transformadora do homem sobre o ambiente.

O ponto de partida para ulteriores reflexões sobre este tema – que contudo ultrapassariam os limites da presente exposição e que, eventualmente, poderíam ser objecto de futuras investigações – devería então ser procurado numa reavaliação das práticas de projecto e das premissas teoricas nas quais elas se fundamentam, com base em categorías críticas diferentes: minimização e reversibilidade do impacto da intervenção humana no espaço físico, utilização equilibrada de recursos, gestão atenta dos parâmetros energéticos, preocupação por uma mais elevada qualidade ambiental e paisagística.

Nestes termos, talvez possa ser rearticulada, numa perspectiva mais actual, a noção de equilíbrio em arquitectura.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

Azevedo, A.F. de (2001) A construção da ideia de paisagem: contributos de um discurso viajante. *in: Margens e Confluências. Um olhar contemporâneo sobre as artes, nº.3*, "A ideia de paisagem", Dezembro 2001, pp.6÷21. Guimarães: ESAP

Costa, J. Almeida, Sampaio E Melo, A. (1998) Dicionário da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 8ª Ed.

Crowe, N. (1999) Nature and the Idea of a Man-made World. An Investigation into the Evolutionary Roots of Form and Order in the Built Environment. Cambridge (Massachussets) – London (England): The MIT Press

Dal Co, F. (1997) Tra terra e mare. L'architettura di Sverre Fehn. *in*: Norberg-Schulz, C., Postiglione, G. (1997) Sverre Fehn. Opera completa. Milano: Electa, pp.7÷17

Dizionario Etimologico On Line (*em linha*) in: http://www.etimo.it/?pag=hom (*consultado em*: 2006.01.15, h.00:52)

Grass, G. (2003) A Ratazana. Sintra: Revista Focus – Impala Editores

Ricoeur, P. (1986) Tempo e Racconto. Vol. 1. Milano: Jaca Book

Rykwert, J. (1981) On Adam's House in Paradise: The Idea of the Primitive Hut in Architectural History. Cambridge (Massachussets): The MIT Press

Wang, W. (2000) Architecture as Material Abstraction, *in*: The Alvar Aalto Foundation *et al.* (2000) Matter and Mind in Architecture. Hämeenlinna: Kirjapaino Karisto, pp.42÷53

O branding territorial: uma abordagem mercadológica à cidade

Sofia Gaio

Mestre Assistente, Centro de Estudos da Comunicação, Universidade Fernando Pessoa

sgaio@ufp.pt

Luís Borges Gouveia

Professor Associado, CEREM, Universidade Fernando Pessoa

lmbg@ufp.pt

RESUMO

Sendo o marketing territorial utilizado ao serviço da concepção, gestão e promoção dos lugares com o objectivo de aumentar a atractividade junto de públicos internos e externos, as estratégias utilizadas pelos lugares para posicionar e comunicar os seus atributos podem apresentar-se como um instrumento precioso ao serviço da estratégia territorial.

Neste contexto, a marca constitui-se como um elemento nuclear. Sob esta perspectiva demonstram-se as especificidades do processo de construção da marca territorial e argumenta-se acerca da sua relação sinergética com a atractividade e competitividade dos lugares e explora-se a questão sobre como pode a cidade, enquanto território, ser vista como um objecto de marketing e dessa forma falar-se de marcas territoriais.

PALAVRAS-CHAVE

Marcas territoriais; cidade, posicionamento; comunicação, competitividade

ABSTRACT

Being place marketing used to help in the conception, management and promotion of places with the goal of increasing the atractiveness of the city to internal and external publics, the strategies used for places to locate and communicate its attributes are a precious instrument for the place strategy.

In this context the brand is a central element. Under this perspective we demonstrate the specifities in the process of place brands construction and argue about its relation with atractiveness and competitiveness of places and explore how can the city, while territory, be seen as a marketing object and consequently the concept of place branding be used.

KEYWORDS

Place brands; city, positioning, communication, competitiveness

1. A CIDADE COMO PRODUTO DE MARKETING: CONTEXTUALIZAÇÃO

A gestão e a promoção do território constitui desde sempre um dos principais focos da organização social e política essencialmente pela sua influência no *modus vivendi* e pelo seu impacto no desenvolvimento económico. Neste contexto e face aos crescentes desafios impostos numa Europa a 27, pela aceleração da globalização e pelos novos paradigmas de competição, actores sociais, políticos, económicos e académicos tendem, cada vez mais, a assumir e interpretar sob uma perspectiva multidisciplinar as questões relacionadas com a gestão do território e consequente sustentabilidade e competitividade.

Sob ópticas diversas procuram-se modelos que favoreçam o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida nas urbes e simultaneamente potenciem a competitividade que pode ser definida como:

The ability to produce goods and services which meet the test of international markets, whilst at the same time maintaining high and sustainable levels of income, or more generally, the ability of (regions) to generate, while being exposed to external competition, relatively high incomes and employments levels. In other words, for a region to be competitive it is important to ensure both quality and quantity of jobs. (European Commission, 1996)

Sob o pressuposto de que o alcance de uma performance territorial competitiva está em larga medida na dependência daquilo a que denominamos atractividade integrada do território (que resulta da formatação de um território simultaneamente apelativo e do interesse de todos os *stakeholders* territoriais como investidores, residentes, visitantes, entidades públicas, empresas e outros) e que a essência do marketing se caracteriza pelo reconhecimento e satisfação das necessidades da procura resultando essa satisfação de percepções favoráveis que os públicos têm dos produtos, reconhece-se, sobretudo desde a década de 90, a pertinência da abordagem aos lugares numa perspectiva de marketing e a sua promoção como um eixo estratégico para a competitividade (Anholt, 2005; Gertner e Kotler, 2004; Kotler *et al.*, 1999, 2002).

Se atendermos a que os factores críticos de sucesso de desenvolvimento dos lugares estão amplamente associados à capacidade de criação de uma liderança regional com uma visão de futuro, à criação de redes, à promoção do empreendorismo e do envolvimento das populações na agenda regional (Barclays, 2002; Urban and Economic Development Group, 2001), torna-se inevitável a perspectivação dos contributos do marketing para motivar e promover comportamentos orientados a tais finalidades.

De acordo com a *American Marketing Association* (www.ama.org), o marketing dos lugares tem como função *"influence target audiences to behave in some positive manner with respect to the products or services associated with a specific place"* envolvendo, para tal, a análise e satisfação das necessidades dos *stakeholders* de forma a criar relacionamentos vantajosos na relação de troca com estes e aumentar o valor e a atractividade da cidade activando e retro-alimentando o círculo *Expectativa – Acção – Satisfação.*

O place marketing actua, de acordo com Ancarani (2001), para dois tipos de públicos designadamente: os clientes internos (cidadãos residentes, trabalhadores e as organizações instaladas na área) que interessa fidelizar e os clientes externos (cidadãos não residentes, organizações com potencial para se instalarem na área, visitantes de negócio e turistas) que interessa atrair.

A interpretação da cidade como um produto e consequente orientação de marketing assume-se então como um processo dinâmico que toma por base a identidade e activos físicos e psicológicos do território em toda a sua complexidade que visa a configuração de uma dialéctica entre os elementos emissores e receptores do território sendo essa dialéctica construída com base em metodologias e instrumentos de análise e compreensão dos perfis e das necessidades dos públicos e de desenvolvimento de variáveis de marketing-mix territorial adequadas e eficazes para a satisfação das suas expectativas e necessidades e simultaneamente dos objectivos de desenvolvimento territorial.

Não obstante a consensualidade sobre a pertinência de uma abordagem de marketing aos lugares existem diferenças conceptuais e de contexto entre marketing terri-

torial e marketing empresarial que justificam abordagem especifica (Hospers, 2004; Kotler e Gertner, 2002; Kotler *et al*., 1999; Gilodi, 2004; O'Shaughnessy e O'Shaughnessy, 2000), na medida em que, pela sua heterogeneidade e amplitude, o produto territorial é substancialmente complexo e muito dependente da pesada máquina pública, com *timmings* de actuação particularmente longos e onde a sustentabilidade de marketing é nuclear pois os seus objectivos são, para além de económicos, políticos e sociais, devendo no entanto assegurar uma linha de orientação capaz de servir de referencial, independentemente das conjunturas económicas, dos ciclos políticos e dos índices de emprego.

2. FUNDAMENTOS DA MARCA: DA IDENTIDADE À IMAGEM DA CIDADE

No âmbito da actividade do marketing territorial a marca assume-se como um elemento nuclear. *"Brands have become metaphors for consumers"* (Pennington, 2004: 41) e neste sentido o marketing, mais particularmente, o capital-marca das cidades/regiões (pelas representações que incutem e pelo uso estratégico que fazem das variáveis do marketing-mix) potenciam uma ligação sinergética com o desenvolvimento económico contribuindo quer para atrair e reter pessoas e empresas quer para favorecer o co-branding através da extensão da imagem e atributos da marca da cidade aos produtos e *clusters* locais promovendo novas e múltiplas centralidades no território. Neste contexto as técnicas de *branding* utilizadas pelas cidades para identificar e comunicar os seus atributos e mais-valias constituem-se como um instrumento precioso ao serviço da competitividade territorial o que reforça a pertinência da aplicabilidade dos pressupostos de gestão de marca às cidades:

There is an urgent need for a robust analysis of the city as a brand that takes into account a wide range of stakeholders, including the business and local community (...) It is possible to examine the city as a brand using conventional typologies for brand analysis providing sufficient weight is given to different stakeholders. (Trueman *et al*., 2001: 8, 13)

As cidades/regiões possuem identidades com atributos patrimoniais, económicos, tecnológicos, relacionais, sociais e simbólicos que constituem a base dos processos de construção de imagem dos territórios e a marca, através da sua dimensão funcional e simbólica, tem a capacidade de consubstanciar e valorizar essa identidade promovendo identificação e envolvimento com os públicos e simultaneamente distinguindo-a de territórios concorrentes: *"branding essentially involves the creation of a coherent identity (...) which brings forward a set of feelings, values and meanings and which, on that basis, leads to identification with the brand on part of the customer"* (Therkelsen e Halkier, 2004: 4).

Assim, as estratégias de branding territorial actuam num *continuum* entre os atributos do território e o reconhecimento e interesse dos públicos por essas características, ou seja, num *continuum* entre a identidade e a imagem da cidade.

Enquanto a identidade é um conceito emissor, que remete para um fenómeno dinâmico entre a dimensão política, os tangíveis territoriais e os resultados das interacções sociais, económicas, tecnológicas das pessoas no espaço, a imagem é um conceito receptor, pois reflecte a forma como é percepcionada pelos públicos e o processo de construção de imagem de um lugar toma por base um conjunto de sinais e/ou experiências que individualmente podem não ser decisivas na opinião do receptor mas que no seu conjunto se tornam fundamentais para a construção de um juízo de valor.

A imagem remete, então, para conjunto de percepções, associações e juízos de valor dos *stakeholders* e pode ser, no âmbito dos lugares e de acordo com Kotler et al. (1993), positiva e atractiva, negativa, fraca (como consequência de uma baixa *brand awareness*), ou contraditória (quando uns públicos percepcionam a cidade de forma negativa e outros de forma positiva consoante as suas características demográficas e psicográficas, nomeadamente comportamentais e de costumes).

Ainda no âmbito das tipologias de imagens das cidades, Avraham (2004) considera a existência de "imagens abertas" que remete para os contextos em que os públicos estão receptivos a informações sobre a cidade permitindo

que a percepção desta evolua nas suas mentes e "imagens fechadas" que, na antítese das anteriores, estão muito associadas ao conceito de estereotipo remetendo para juízos de valor impenetráveis na mente dos consumidores que não estão predispostos a absorver informação que lhes permita reposicionar o lugar nas suas mentes.

Atendendo a que, fruto da inexistência de um trabalho de marketing territorial, muitas cidades têm uma "imagem fechada" que contribui para a sua estagnação (por estar associada a percepções pouco atractivas para os públicos), o papel do trabalho da marca territorial passa inúmeras vezes por estratégias de *re-imaging* que remetem para a reconfiguração deliberada da representação e imagem da cidade por forma atingir objectivos económicos, culturais e políticos (Smith, 2005: 399) alterando assim os mapas perceptuais e imagens mentais dos públicos relativamente ao lugar que impedem a predisposição para a experimentação e/ou para o envolvimento. Os processos de *rebranding e re-imaging* visam, então, a orientação favorável de comportamentos para a identidade territorial actual e desenvolvimento futuro do local tendo por base uma profunda sensibilidade e orientação aos factores interventivos num processo de construção de imagem.

Extrapolando os tradicionais modelos de construção de imagens corporativas e de produtos pode-se afirmar que as percepções dos públicos relativamente a uma cidade advém de duas formas principais de comunicação – A directa e a indirecta – remetendo a primeira para as formas controladas de comunicação como o product placement, a publicidade, a identidade visual, e outras, e a segunda para os efeitos comportamentais e comunicacionais da interacção e experimentação do território em questão. Nesta mesma linha de pensamento, para Holloway e Hubbard (2001) a imagem advém da interacção directa com a cidade que advém do contacto com a identidade territorial e/ou indirecta que resulta de figurações comunicacionais emitidas pelo território.

Para Avraham (2004) a imagem de uma cidade tende, em termos genéricos, a ser influenciada por factores como:
– As características e dimensão da população e do espaço;
– O seu status ou poder político;
– A sua taxa de crime;
– O número e carácter das instituições nacionais situadas dentro da cidade:
– A sua localização;
– O seu historial;
– O valor turístico e cultural;
– *Product placement* em filmes e séries da televisão que foram filmadas na cidade;
– Natureza e volume de cobertura pelos media;
– Beleza natural e patrimonial.

Esta consciência de que a imagem positiva resulta da interacção entre as características da identidade do local e o esforço comunicacional é fundamental para o abandono das ainda subsistentes abordagens meramente propagandísticas e retóricas à imagem das cidades canalizadas para investimentos meramente de figurativos dos locais, sem a percepção de que a performance e identidade do local são nucleares nos Sistemas de Gestão de Imagem (SIM) pelo de que a imagem intencional deve ser um espelho da identidade do território. A auditoria e o trabalho sobre a identidade deve preceder sempre às estratégias de construção e promoção de imagem.

Neste sentido e para que o esforço de marketing favoreça efectivamente a competitividade, a criação de valor de um lugar numa perspectiva mercadológica deve contemplar não apenas a comunicação dos atributos e posicionamento territorial através de estratégias integradas de comunicação, mas também ter em conta (Rainisto, 2003):

– A concepção e a presença de infra-estruturas e serviços básicos que sirvam as necessidades dos utentes particulares e organizacionais;
– O desenvolvimento de atracções (culturais, financeiras, ou outras) que assegure a dinâmica económica e simultaneamente contribua para a captação de investimentos e atracção de pessoas criando e estimulando novas centralidades;
– O envolvimento e participação de cidadãos, lideres e instituições numa missão partilhada de desenvolvimento territorial contribuindo para atrair pessoas, empresas e investimento.

3. A ESTRATÉGIA DE BRANDING E A DINÂMICA COMPETITIVA DA CIDADE

Killingbeck e Trueman (2002) consideram que a planificação estratégica no âmbito do marketing territorial deve encontrar respostas para questões como:
– 'Onde estamos actualmente?';
– 'Onde queremos estar?';
– 'Como podemos lá chegar?';

No contexto das estratégias de *branding*, os Sistemas Estratégicos de Gestão de Marcas Territoriais visam a promoção nos públicos de determinadas percepções, comportamentos e associações favoráveis ao alcance dos objectivos territoriais e desenvolvem-se um processo que nos propomos sistematizar através da seguinte sequência: (Fig.1)

Este processo contribui, entre outros, para promover a auto-imagem e sentimento de pertença do público interno face à cidade, potenciar dinamismo e empreendorismo, desenvolver capital relacional, favorecer co-branding através da extensão a produtos e clusters, captar investimento externo e atrair visitantes, ou seja –competitividade territorial.

A gestão da marca territorial remete para a construção de um conjunto de imagens do território de forma a promover identificação, notoriedade, *goodwill*, envolvimento e comportamentos favoráveis ao desenvolvimento territorial por parte dos grupos-alvo e tomando por base uma actuação de marketing que contribua para promover o desenvolvimento de uma identidade territorial positiva e competitiva.

A comunicação de marketing territorial tem por objectivo, a par de outras áreas de planeamento e gestão urbana, contribuir para a criação de condições que favoreçam o desenvolvimento e manutenção de relações harmoniosas com os públicos envolventes actuando como um meio para atingir um fim que é o estabelecimento de conexão e do bom relacionamento com os públicos.

Esse bom relacionamento, impulsionado e fomentado pelas técnicas de marketing, resulta essencialmente do uso estratégico e integrado que fazem da comunicação e encontra-se articulado no mapa de conceitos apresentado na figura 2.

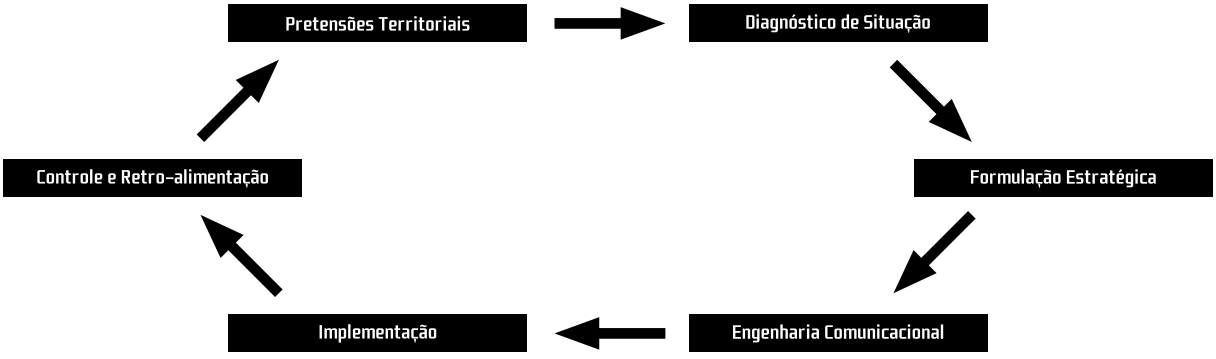


Fig.1 Síntese do Processo de Gestão de Marcas Territoriais

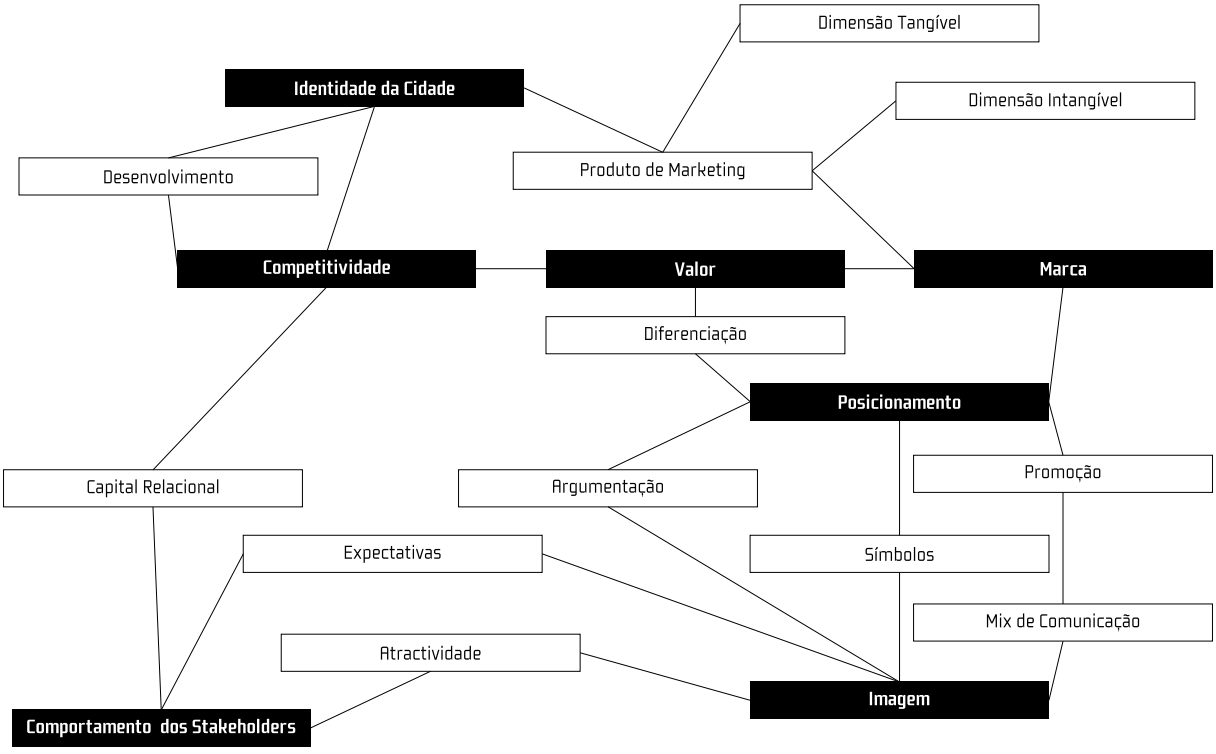


Fig.2 Mapa de Conceitos para Uso do Marketing Territorial

A marca é uma estratégia *pull* que fomenta a procura de informação pelo estímulo comunicacional e visa desenvolver interesse e envolvimento com a cidade através de um posicionamento pré-determinado e a sua gestão eficaz implica a maximização da eficiência dos processos comunicacionais, através do estabelecimento e monitorização de circuitos e canais adequados, bem como, da criação de condições favoráveis a todos os actos comunicacionais.

Numa perspectiva processual a gestão da marca envolve o esforço de seleccionar atributos da identidade da cidade, traduzi-los e comunicá-los através de uma estratégia de posicionamento, materializada por símbolos, argumentos e técnicas de comunicação, que distingam a cidade das concorrentes e representem valor para todos os seus públicos incluindo munícipes, visitantes, empresas, órgãos de soberania, órgãos de comunicação social e outros.

Numa interpretação dos factores que constituem o *brand equity* de uma marca definidos por Aaker (1991) e à luz do *place branding* a marca territorial acrescenta valor e assume-se como um factor dinâmico de atractividade e competitividade do território. Na exacta medida que fornece ao consumidor informação e o conduz no processamento de informações sobre o local, transmitindo confiança no processo de decisão e, ao aumentar a notoriedade e a qualidade percebida, potencia a sua satisfação e fidelização.

A valorização da marca implica a preocupação na promoção de comportamentos favoráveis dos *stakeholders* territoriais, que estão em larga medida dependentes de um trabalho de comunicação integrada, no seu papel estimulador de uma imagem válida, credível, simples, apelativa e distintiva que promova atractividade e expectativas.

Essa estratégia de comunicação é traçada em função dos objectivos, geralmente relacionados com o aumento da notoriedade, mudança ou reforço das percepções, e deve compreender, segundo Pere–Oriol Costa (*Cit in* Rei, 2002):

– Uma visão prévia sobre as opções de comunicação e a definição de um método de actuação eficaz face aos objectivos e ao contexto tendo em conta as acções e reacções dos públicos e o contexto envolvente;
– Perspectiva e visão de futuro;
– A adopção de um posicionamento.

A essência do posicionamento reside no espaço mental que se pretende que a marca ocupe na mente do público (Ries e Trout, 2001). Por outras palavras, o posicionamento representa a forma como a cidade quer ser vista e reconhecida pelos *stakeholders* e para garantir que este transmita associações positivas e contribua para que alcance vantagens competitivas torna–se fundamental que tenha a capacidade de sintetizar a realidade e mais–valias territoriais, seja pertinente para os públicos e comunicado através de todas as manifestações territoriais.

In a deeper, cultural sociology sense, it is above all a manner of introducing order and certainty into what is in principle a chaotic reality. Branding provides people, things and events with a mark…which makes them appear to be part of a whole. Seen in this way brands are not purely a source of differentiation, but also of identification, recognition, continuity and collectivity. (Mommaas, 2002: 34)

A marca e o próprio posicionamento deve ser materializado através de todo o processo de marketing–mix característico do marketing de lugares e que compreende a gestão das variáveis como produto, preço, distribuição, comunicação, evidências físicas, pessoas e processo (Killingbeck e Trueman, 2002). A gestão destas variáveis no seu conjunto deverá garantir a harmonização dos objectivos da marca territorial com a natureza, custo e distribuição dos produtos e serviços territoriais e com as políticas promocionais da cidade. Sendo a marca um instrumento unificador em torno do qual se pode envolver, educar e conduzir os públicos é necessária uma especial focalização nos públicos internos devendo para estes a marca potenciar uma cultura de envolvimento e participação de forma a que estes, além de receptores, se sintam co–autores da marca da cidade pois dessa forma serão necessariamente melhores veículos do posicionamento ambicionado para o território e melhores embaixadores da cidade.

A marca, de forma estratégica e através do recurso a diversos instrumentos, divulga de forma adequada o posicionamento territorial contribuindo para a aproximação entre o posicionamento pretendido e o posicionamento efectivamente alcançado tornando–se, para tal, fundamental definir:

– A marca porquê? – É dimensão da promessa;
– Para quem? – Refere–se aos alvos;
– Contra quem? – Define e delimita os concorrentes.

As respostas a estas perguntas devem derivar de um diagnóstico orientado para as sensibilidades e percepções dos públicos, da identidade da cidade e dos concorrentes e factores exógenos e macro–envolventes que possam exercer alguma influência no desenvolvimento da cidade constituindo os resultados desse diagnóstico a base de construção de uma visão de futuro para o território.

Essa visão de futuro para a cidade permite definir, em termos de marketing, o eixo central de comunicação, também denominado como *Unique Value Proposition* que, de forma a evitar um posicionamento disperso que prejudique a compreensão dos públicos, visa a focalização da promessa da marca numa valia dimensional específica e distintiva da cidade, de carácter funcional ou simbólica, que seja pertinente e apelativa para os públicos minimizando os riscos funcionais, financeiros, sociais e psicológicos associados à compra e interacção com o território.

O posicionamento, através da *Unique Value Proposition* classifica a marca em relação à concorrência e deve espelhar o seu principal eixo/foco de atracção não sendo a sua definição simples correspondendo a uma resolução de âmbito estratégico bastante ponderada pois existe, no âmbito do território, uma dificuldade multidimensional de encontrar um ponto e um espaço de interesse comum a um conjunto de públicos heterogéneos e simultaneamente diferenciador dos territórios concorrentes.

O número de *stakeholders* e sectores envolvidos na actividade de marketing territorial aumenta o grau de imprevisibilidade e complexidade na definição dessa promessa.

Para Therkelsen e Halkier (2004) a procura de um eixo comunicacional que interesse simultaneamente a turistas e empresas conduz ao risco da promessa se tornar dispersa e abstracta (o que corresponde a uma não marca), insípida (não apelando a nenhum público e demasiado semelhante a outras cidades concorrentes) ou orientada apenas a um determinado perfil de públicos deixando os outros de fora. Para os autores a promoção de imagens de interesse comum a áreas funcionais distintas relacionadas com o desenvolvimento territorial (como turismo e investimento) e simultaneamente distintas ou mais fortes do que a concorrência (consoante estratégias de diferenciação ou de *challenger* adoptadas) estão numa clara dependência de uma extensiva cooperação entre actores públicos e privados na concertação de esforços para uma estratégia unificadora que conduzam a uma visão partilhada da cidade e não de esforços fragmentados que dispersem o investimento e consequentemente a marca.

A adopção de uma estratégia de marca *umbrella* para as cidades que identifique objectivos convergentes dos diferentes actores territoriais e assente nessa convergência a promessa permite agregar um conjunto de competências e instrumentos do âmbito do marketing que de outra forma actuariam de forma fragmentada potenciando assim a viabilização e rendibilidade do investimento da comunicação territorial. Tornando-se mais poderosa do que as marcas fragmentadas permite alcançar mais facilmente valias competitivas, maior projecção e notoriedade, melhores condições para o desenvolvimento de parcerias estratégicas, maior facilidade no estabelecimento e desenvolvimento de relações com públicos, capitalizar os investimentos em marketing, aumentar a protecção face à concorrência e ampliar o poder da oferta.

Na procura das tipologias de promessas e num estudo com vista à determinação dos pressupostos diferenciadores entre o branding de países e regiões para o qual adaptam o *Brand Box Model*, Caldwell e Freire (2004) concluem que no modelo bi-dimensional de interpretação e construção de marcas territoriais constituído pelas dimensões de representacionalidade e funcionalidade, ao contrário dos países que são percepcionados mais pela dimensão subjectiva da representacionalidade, as cidades são percepcionadas e avaliadas mais numa dimensão tangível pelo devem edificar as suas promessas mais no âmbito da funcionalidade, ou seja em promessas de dimensão tangível.

Estas decisões de branding devem estar na dependência do trabalho de grupos multidisciplinares de desenvolvimento territorial.

Num estudo acerca dos factores críticos de sucesso do marketing das cidades que teve como estudos de caso as cidades de Helsínquia, Estocolmo, Copenhaga e Chicago, Rainisto (2003) reforça a importância dos grupos multidisciplinares de planeamento neste processo. Trata-se de órgãos que integram além da autarquia local, elementos da comunidade empresarial, consultores de marketing e cidadãos e que são responsáveis pelo processo de planeamento e execução da estratégia de marketing da respectiva cidade. Este tipo de grupo, também mencionado por Kotler *et al.* (1999) como elemento fundamental à implementação de efectivas políticas de lugares, devem focalizar-se na definição e no diagnóstico da condição do lugar (através, entre outras, de uma análise SWOT), no desenvolvimento de uma visão realística e simultaneamente apelativa para a cidade e no desenvolvimento do plano estratégico de mudança que contemple valor acrescentado para o lugar face à concorrência.

Simultaneamente importa que estes grupos atendam e desenvolvam estratégias que potenciem e tornem pública a competitividade da região relativamente áqueles que constituem os principais factores de atractividade identificados por Kotler et al. (1999):

– *Hard factors* que remetem para factores como estabilidade económica, níveis de produtividade, custos, serviços locais de apoio, localização, tecnologias e incentivos financeiros;
– *Soft factors* que estão associados à dimensão mais intangível do território e se relacionam com factores como qualidade de vida, cultura, empreendorismo, flexibilidade e dinamismo.

4. REFLEXÕES FINAIS

A crescente integração das questões relacionadas com o marketing territorial na agenda regional advém do reconhecimento que as técnicas de marketing e promoção podem dar no alcance e na implementação de culturas territoriais competitivas e posturas pró-activas.

Através da marca territorial fomenta-se a atractividade, a conquista de confiança e credibilidade posicionando a cidade e contribuindo para uma dinâmica de desenvolvimento pois face aos novos paradigmas de competitividade as cidades que não tiverem capacidade para se posicionarem no mercado e se auto-promoverem correcta e eficazmente rapidamente entrarão em processos de declínio potenciados por estratégias de marketing mais agressivas de territórios concorrentes.

Reconhecida a pertinência da integração do *branding* na equação da competitividade e da sustentabilidade dos lugares, novos desafios se impõem.

Torna-se pertinente, entre outros, reflectir sobre os recursos e instrumentos, nomeadamente os digitais, disponíveis ao serviço da marca territorial, bem como, os factores críticos de sucesso que contribuem para o processo de definição das estratégias de construção das marcas proporcionando a um dado território os mecanismos de competitividade que mobilizem no seu contexto actividades económicas e sociais que permitam ao território existir a uma escala global.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

AAKER, D. (1991) *Managing Brand Equity, Capitalizing on the Value of a Brand Name*. New York, The Free Press.

AAKER, D. (1996). *Building Strong Brands*. New York, The Free Press.

ANCARANI, F. (2001). *Marketing Places. A Resource-Based Approach And Empirical Evidence From The European Experience*. SDA Bocconi, Research Division Working Paper No. 01/55.

ANHOLT, S. (2005). Some Important Distinctions in Place Branding. *Place Branding*, Vol. 1, Nº 2, pp. 116-121.

AVRAHAM, E. (2004). Media Strategies for Improving an unfavorable city image. *Cities*, Vol. 21 Nº 6, pp. 471-479.

AZEVEDO, A. (2004). *Cidades como Marcas: O Papel da Estratégia de Comunicação no Contexto de Marketing Territorial*. Actas do 4º SOPCOM, pp. 1777-1786.

BARCLAYS BANK (2002), *Competing with the world: a study of the economic development strategies of some of the world's richest regions*.

CALDWELL, N. e FREIRE, J. (2004). The Differences Between Branding a Country, a Region and a City: Applying the Brand Box Model. *Brand Management*, Vol. 12, Nº1, pp. 50- 61.

EUROPEAN COMMISSION (1996). Cohesion and Competitiveness: Trends in the Regions. *6th Periodic Report on the Social and Economic Situation and Development of the Regions in the Community*. European Commission, Luxembourg.

GERTNER, D. e KOTLER, P. (2004). How Can a place Correct a Negative Image. *Place Branding*, Vol. 1, Nº 1, pp.50-57.

GILODI, C. (2004). Territorio e Marketing, Tra Letteratura e Nuovi Percorsi di Ricerca. *Liuc Papers, n. 149, Serie Economia e Istituzioni 13*. (Em linha). Disponível em http://www.biblio.liuc.it/liucpap/pdf/149.pdf (Consultado 13/06/2005)

HOLLOWAY, L. e HUBBARD, P. (2001). *People and Place: The Extraordinary Geographies of Everyday Life*. Harlow, Pearson Education.

HOSPERS, G. (2004). Place Marketing in Europe: The Branding of the Oresund Region. *Intereconomics*, Vol. 39, Nº 5, pp. 271-280.

KAVARATZIS, M. E ASWORTH, G. (2005). City Branding: An Effective Assertion of Identity or A Transitory Marketing Trick? *Tijdschrift Voor Economische en Sociale Geografie*, Vol. 96, N°5, pp. 506–514.

KILLINGBECK, A. e TRUEMAN, M. (2002). *Redrawing the Perceptual Map of a City*. Bradford University School of Management, Working Paper No 02/08

KOTLER, P. et al. (1993). *Marketing Places*.New York, Free Press.

KOTLER, P. et al. (1999). *Marketing Places Europe*. London, Pearson Education.

KOTLER, P., et al. (2002). *Marketing Asian Places*. Singapore, John Wiley.

MOMMAAS H. (2002). City branding. The necessity of socio–cultural goals. In Vermeulen (ed): *City branding. Image building & building images*. Rotterdam, Nai Uitgevers.

O'SHAUGHNESSY , J. e O'SHAUGHNESSY , N. (2000). Treating The Nation As a Brand: Some Neglected Issues. *Journal of Macromarketing*, Vol. 20, N° 1, pp. 56–64.

PENNINGTON, R. (2004). Brands, Culture and Semiotics (Revisited) in Creative Strategy Development. *In:* Cardoso, P. e Gaio, S. (Ed.). *Publicidade e Comunicação Empresarial – Perspectivas e Contributos*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 45–61.

RAINISTO, Seppo (2003). *Sucess factors of Place Marketing A Study of Place Marketing Practices in Northern Europe and the United States*. PhD Thesis, Helsinki University.

REI, J. (2002). *Comunicação Estratégica*. Porto, Estratégias Criativas.

RIES, A. e TROUT, J. (2001) *Positioning: The Battle for your Mind*. McGraw–Hill.

SHIELDS, R. (1991). *Places on the Margin: Alternate Geographies of Modernity*. London, Routledge.

SMITH, A. (2005). *Conceptualizing City Image Change: The 'Re–Imaging' of Barcelona*. Tourism Geographies, Vol. 7, No. 4,pp. 398–423.

THERKELSEN, A. e HALKIER, H. (2004). *Umbrella Place Branding: A Study Of Friendly Exoticism And Exotic Friendliness In Coordinated National Tourism And Investment Promotion*. Working Paper N°26/2004. School for Postgraduate Interdisciplinary Research on Interculturalism and Transnationality – Aalborg University.

TRUEMAN, M. et al. (2001). *Bradford in the PremierLeague? A Multidisciplinary Approach to Branding and Repositioning a City*. Working Paper No 01/04 Bradford University School of Management, Bradford.

URBAN AND ECONOMIC DEVELOPMENT GROUP (2001). Towns and Cities: Partners in Urban Renaissance. (Em linha). Disponível em http://www.odpm.gov.uk/index.asp?id=1127621

A Igreja de Águas Santas – Contribuição para o Estudo da História e Cronologia da sua Construção

Manuel Joaquim Pinto Coelho

Docente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa

manuelc@ufp.pt

RESUMO

Datar as fases de construção dos templos românicos apresenta muitas dificuldades devido à ausência de documentação adequada, encarregando-se o tempo e as obras de ampliação/restauro de apagar os vestígios que poderiam ajudar a fazê-lo. Estes templos começaram a ser construídos na Europa por volta do século XI e em Portugal nos séculos XII e XIII, regra geral pelas Ordens Militares Religiosas, acompanhando a Reconquista Cristã e o consequente repovoamento do território.

No que se refere à igreja de Águas Santas, procurou-se datar as várias fases da construção/ampliação com base em textos documentais nas datas ou marcas, ainda visíveis, gravadas nas suas paredes, tendo sido possível identificar 6 fases. A primeira destas fases, correspondente à construção da colateral Norte que terá sido edificada antes de 1120, sobre um anterior templo visigótico e a última nos anos oitenta do século XX.

Palavras-chave

Igrejas românicas, Águas Santas, Românico, culto Gregoriano, Ordens Militares, Ordens Religiosas.

ABSTRACT

To date the phases of construction of the romanics temples presents a lot of difficulties due to the absence of appropriate documentation, while the time and the enlargement / restoring jobs erase the tracks that could help to do it. These temples began to be built in Europe in the century XI and in Portugal in the centuries XII and XIII, generally for the Religious Military Orders, accompanying the Christian Reconquest and the consequent repopulation of the territory. In what concerns to the Águas Santas's church, people tried to date the several phases of the construction / enlargement based in documental texts in the dates or marks, still visible, recorded in their walls, having been possible to identify 6 phases. The first of these phases, corresponding to the construction of the North collateral that will have been built before 1120, over a previous visigothic temple and the last at the eighties of the century XX.

KEYWORDS

Romanic churches, Águas Santas, Romanic, Gregorian cult, Military Orders, Religious Orders.

40

1. INTRODUÇÃO

O Românico, sendo uma manifestação arquitectónica que aparece em Portugal no período que se seguiu à reconquista, assume a sua principal expressão a partir do início do século XII e perdura até finais do século XIII, muito embora se tenham construído muitas obras em períodos mais tardios.

No entanto, já existem manifestações a partir do final do século XI, que foram trazidas via Europa pelos monges cluniacenses, cistercienses franceses e afrancesados, que acompanharam a introdução da nova liturgia romana, da escrita carolíngia e da reforma monástica.

Segundo Almeida (1971: 68) "*O estudo da reforma monástica é muito importante para a compreensão da arquitectura da época, pois grande parte dos edifícios românicos que chegaram até nós foram igrejas monasteriais*".

Na Europa aparece mais cedo, por volta do século XI, ano 1000, e constitui o grande estilo medieval europeu.

Em Portugal acompanha o crescimento demográfico e a colonização do território que se segue à fundação da nacionalidade e à reconquista, estando na base da estrutura administrativa de organização territorial. Coincide também com as mudanças litúrgicas na religião católica com a introdução do "*culto gregoriano*".

Nesta época assiste-se a grandes avanços na agricultura, com a introdução do arado de vessadouro[1], da tracção animal, do arroteamento[2] de terras, a utilização do estrume como fertilizante e o policultivo, permitindo maiores produções, mais rendimento para os lavradores e proprietários e crescimento demográfico devido à abundância de alimentos. Começou nesta altura o uso do regadio, o cultivo do linho, do milho-miúdo e de outras culturas.

É nesta data que aparece também uma nova rede viária, embora menos sofisticada do que a romana mas, no entanto, mais diversificada. Os caminhos eram identificados pelo nome das povoações para onde se dirigiam: "Caminho de Guimarães", "Caminho do Porto"...

Nesta época aparecem as motivações religiosas para conservação dos "caminhos" e a construção de pontes. Acreditava-se que a peregrinação era uma manifestação de grande religiosidade e de fé e por isso multiplicam-se os centros de devoção.

Aparecem novos centros de romagem e generalizam-se as feiras e os mercados que contribuem para a dinamização do comércio. Cria-se a regalia da "Paz de Feira"[3]. A grande mobilidade das pessoas e dos artesãos que se observa ajuda a compreender a proliferação pelo território da arte românica com semelhança de formas e de ideais.

A construção de qualquer edifício, seja ele uma igreja paroquial, de um mosteiro, de um paço ou de um castelo resultava de uma intenção determinada e amadurecida ao longo de muito tempo por uma comunidade, promotor e artífices que a construíam, (Almeida, 2001: 67-9).

Os edifícios mais importantes estão cheios de significado, o que garantia maior prestígio para quem os mandava edificar.

A arquitectura constitui ao longo dos séculos a parte da arte que tem os custos mais elevados, pela ocupação territorial, pelos recursos necessários, pelo espaço de vivência criado e pela memória social que representa. Os edifícios religiosos assumem um papel especial na arquitectura, pois, além de estarem ligadas ao local, ao ambiente natural e humano, são um testemunho histórico, assumindo um papel simbólico onde as populações revêem a dimensão do seu passado e, por isso, localizavam-se sempre em locais vividos.

A escolha do lugar para a construção dos templos não resulta fortuito e relaciona-se com a tradição, com o imaginário e com práticas do culto cemiterial anteriores ao cristianismo, que estavam na origem da santificação do lugar, assumindo, por isso, grande significado, o que leva a que uma futura reconstrução se fizesse, por princípio, no mesmo lugar (Pereira, 1995: 204-5).

A sacralização está sempre ligada à terra, sendo duradoura. Aquando da construção de uma nova igreja, a escolha do local tem em conta os espaços abençoados, isto é, aqueles que possuem água e arvoredo, os que são pres-

tigiados pelas tradições religiosas, pela sua centralidade, socialmente privilegiados ou por se encontrarem dentro da segurança do castelo.

As igrejas acompanham a ocupação do território, aparecendo integradas nas manchas humanizadas e ocupam, nas zonas sem relevo, as agras junto às veigas[4] e nas encostas, nas zonas de montanha[5]. É em torno delas que aparecem os aldeamentos agrícolas, pois elas têm por função satisfazer as necessidades anímicas e simbólicas das populações, do culto religioso, sendo essenciais para a sacralização dos rituais litúrgicos de: baptismo, casamento e morte.

Um templo Românico, quando construído com rigor, possui razoável dimensão e qualidade de construção, constituindo uma obra cara, cujo valor se desconhece por ausência de registos das despesas efectuadas.

Da análise das obras e do estudo de alguns documentos é possível concluir que alguns dos edifícios foram reduzidos em dimensão, decoração e qualidade de construção devido à falta de fundos para concretizar a intenção inicial (Almeida 2001: 68). Esta ocorrência tanto se verifica em templos de grande envergadura, como a Sé de Braga, como de pequena dimensão como a igreja do Mosteiro de Rio Mau em Vila do Conde, conforme inscrição citada por Almeida (2001: 69) "*Nela o indigno sacerdote Pedro Dias como que pede a S. Cristóvão, em honra de quem a começou, em 1151, que a ajude a concluir*". É ainda mais notória na capela de Fandinhães, na freguesia de Paços de Gaiolo, cuja construção se reduz à capela-mor do primitivo projecto que nunca foi concluído (Almeida, 1993: 14).

A difusão das técnicas de construir é importante na generalização da arquitectura românica, dado que o estaleiro de uma construção dessa época, com dimensão apreciável e construída num tempo razoável, implica uma boa organização. A construção da igreja é iniciada pela cabeceira e, logo que esta estivesse concluída, delimita-se o corpo do templo, dedica-se o altar e pode abrir-se o espaço ao culto. A parte restante da igreja inicia-se com a construção de todos os alicerces dos muros exteriores. Este procedimento construtivo está bem documentado em iluminuras medievais que mostram igrejas em construção em que se pode ver a capela-mor totalmente construída e as paredes da nave a serem construídas aos lanços, como refere Almeida (2001: 70).

Nesta época, os estaleiros são organizados de modo a que primeiro se fizesse o aparelhamento da pedra e só de seguida o seu assentamento, demorando mais o primeiro do que o segundo. A qualidade e a rapidez de construção depende da capacidade de cortar e aparelhar a pedra em blocos de dimensões regulares, de acordo com um plano prévio, para que cada bloco pudesse ser colocado no local da obra que lhe estava destinado. A face exterior do bloco é acabada com cuidado e pode ser siglada, as quatro faces contíguas são bem quadriculadas mas acabadas de forma grosseira, a face interior mantinha-se em bruto o que ajuda o canteiro a determinar a sua posição na parede.

As siglas que se encontram no aparelho de pedra são frequentes e constituem referências de interesse histórico comparáveis aos dos selos dos ourives ou dos notários. Para além de reflectirem o prestígio do trabalho de canteiro podem ajudar a compreender o ritmo da construção, das fases da obra e do número de canteiros. Segundo Almeida (2001: 72) "*Quando possuirmos um bom corpus de siglas, com boas delimitações geográficas e algumas atribuições cronológicas seguras, a história da nossa arquitectura medieval poderá ter um novo avanço*".

A pedra da região onde se encontra o edifício é habitualmente empregue na sua construção: na região Norte predomina o granito local que é empregue no aparelho das paredes, na decoração e na escultura. Nesta região apenas a igreja de Cedofeita no Porto possui dois capitéis, a igreja de Landim em Famalicão possui outros e Igreja de Paderne um friso que foram executados em calcário da região de Coimbra; na região Centro, dada a sua abundância, o calcário é o material utilizado na construção, na decoração e na escultura.

A distribuição espacial dos templos românicos é muito mais contínua e aberta do que os templos moçárabes, que possuem um ritmo mais continuado e com uma amplitude diferente. Esta modelação espacial adaptava-se melhor ao espírito mais teatral da nova liturgia romana acabada de implementar.

O aspecto exterior dos edifícios é mais cuidado, o que está patente nos arranjos dos seus portais. A arquitectura dos templos faz-se para ser admirada também do exterior, pelo que a decoração é mais abundante do que no interior.

A igreja serve para as funções litúrgicas, de que se destaca a celebração da missa. O altar é o centro de toda a cerimónia religiosa e para ele convergem todos os diferentes espaços, em hierarquia diferenciada. O espaço do coro clerical é mais nobre do que uma nave lateral, que pode ser reservada a quem tenha uma condição considerada inferior, ou seja, às mulheres.

A estrutura dos templos românicos baseia-se nos modelos de origem basilical com um corpo de uma ou mais naves, uma cabeceira e, por vezes, um transepto. Esta estrutura mostra-se adequada ao espírito da liturgia, permite o escalonamento por grau de importância dos fiéis relativamente ao altar e adapta-se bem a qualquer dimensão de templo a edificar.

Vasconcelos (1918: 17–8), a propósito da arte românica em Portugal, descreve assim os edifícios:

Os edifícios românicos em geral, quer grandes, quer pequenos, impressionam pela sua estrutura maciça; são arcas quadrilongas, cerradas, orientadas de Nascente a Poente. Paredes cheias, com mui poucas aberturas, simples frestas, que se parecem com seteiras das torres de defesa alterosas, postas às vezes ao lado da igreja. Com efeito podiam servir (e serviram) de fortalezas improvisadas, com a solidez dos seus muros de granito, compostos de silhares cuidadosamente aparelhados em fiadas horizontais. As abóbadas de volta redonda exigem paredes grossas, a que o arquitecto põe de reforço os chamados gigantes ou botaréus, que sobem quase à altura dos modilhões ou estribos da cornija. Além da entrada principal, uma ou duas laterais, bem ornamentadas todas. O campanário levanta-se sobre a empena da frontaria, às vezes com acesso exterior, por uma escada lateral de sólido granito. Telhado de duas águas e na cabeceira o remate tradicional por uma abside redonda ou quadrada, com ou sem capelas absidais, conforme as dimensões do templo, maior ou menor.

2. A IGREJA DE ÁGUAS SANTAS – ESTUDO DA CRONOLOGIA DA SUA CONSTRUÇÃO

A igreja de Águas Santas constitui um exemplo singular da arquitectura românica pelo facto de apenas possuir duas naves: a nave central e a lateral Norte[7]. A nave principal confinava a Sul com o edifício do mosteiro até à data da sua demolição, aquando das obras de ampliação efectuadas no século XIX.

Como acontece com outros templos, a sua construção efectua-se em diversas épocas a que correspondem partes específicas da igreja.

As primeiras referências a Águas Santas datam do ano 1120 num "*breve*" do Papa Calixto II em que, descrevendo os limites do bispado do Porto, cita o mosteiro de "*Aquis Sanctis*" (Azevedo, 1939: 172).

D. Hugo, bispo do Porto, faz um acordo em 1130 com Almerigo e clérigos de Santa Maria de Águas Santas "*pro parata quac vulgo dicitur jantar*" recebendo o bispo uma propriedade que esta igreja tinha em Paramos, Feira, em troca da desobrigação do pagamento dum jantar anual por parte do prior de Águas Santas. Esta Paramos seria a que tinha sido doada por D. Teresa à igreja de Águas Santas em 1120 (Azevedo, 1939: 172–3).

Em 1186 o bispo de Viseu, D. João Pires, e o seu cabido cedem ao mosteiro dos Cónegos do Templo de Águas Santas a terça dos dízimos que lhes pertencem da igreja do Ladário, doados por D. Teresa, apenas reservando um áureo e o terço dos mortórios. Esse documento é assinado pelo prior de "*Aquis Sanctis*", Egas e vários Cónegos do Templo. Segundo Viterbo (cit. in Azevedo, 1939: 172–3) é a prova de que o mosteiro pertencia à Ordem do Templo nessa data.

Ainda Segundo Viterbo (cit. in Azevedo, 1939: 172–3) o mosteiro de "*Santa Maria de Aquis Sanctis*" volta a ser referido na relação dos censos apensa ao Censual do Cabido do Porto no século XIII.

No reinado de Sancho II, a Ordem do Sepulcro é beneficiada com uma doação do rei no valor de 635 libras de ouro, dis-

tribuídas pelo Mosteiro 300 libras, Hospital 200 e Igreja 136, continuando do padroado real.

De acordo com o referido autor, no reinado de Afonso III, nas inquirições de 1258, são referidas como pertencentes ao "*Monasterium Aquarum Sanctarum*" as vilas de Parada, Pedrouços, Ardegães e Rebordãos, esclarecendo os inquiridos que era o rei quem abadava[8] o mosteiro e que Rebordãos pertencia ao couto.

Numa relação das igrejas do Porto, de 1258, de que o rei era padroeiro, consta o "*Monasterium de Aquis Sanctis*", exibindo Frei Pedro Domingues uma carta em que D. Afonso, Conde de Bolonha, o cede à Ordem do Santo Sepulcro.

Em 1264 e 1281 são apresentados pelos reis D. Afonso e D. Dinis, como priores do mosteiro, respectivamente Frei Pedro Frei e Frei Geraldo Cristóvão.

O Monasterium de Aquis Sanctis comparticipa em 1321 com 400 libras e o seu Collegium com 100 libras para a guerra conta os mouros como consta do ánuo ou lotação das igrejas e mosteiros, segundo Viterbo (cit. in Azevedo, 1939: 172–3).

Frei Nicolau de Santa Maria refere, na sua crónica dos Cónegos de Santo Agostinho, que a igreja de Águas Santas é fundada pelos cavaleiros do Santo Sepulcro, sendo dúplice, por nele morarem cónegos e cónegas de Santo Agostinho da ordem Regrante do Santo Sepulcro e diz que a colegiada[9] já existia em 1130. Parece haver aqui alguma confusão, dado que em 1186 o bispo de Viseu o cede aos Cónegos do Templo de Águas Santas e não aos Cónegos de Santo Agostinho. A colegiada contudo existia como se deduz do documento de 1321 por a ela fazer referência independentemente do mosteiro à semelhança de Cedofeita.

Já Pedro Vitorino (1915: 292) citando Santa Rosa de Viterbo refere:

"*…que o mosteiro existia com moradores no ano de 1120; que dez anos depois o povoaram os cónegos de Santo Agostinho com o seu prior; que mais tarde entraram na posse dele os Cónegos do Santo Sepulcro (e não cavaleiros cuja existência entre nós nenhum documento prova) onde se intitulam do Templo e já em 1186 lá estavam; que adjunto ouve também um mosteiro ou colegiada de cónegos (1309). Em 1551 achava-se extinto o mosteiro que foi convertido em comenda da Ordem de Malta*".

Segundo Arroyo (1917: 75):

"*…fiquei eu observando as duas portas principais da igreja: a que olha para Poente, na frontaria, e a do lado Norte, ambas elas do estilo ogival, provavelmente contemporâneas do Mosteiro de Leça do Balio e portanto da primeira metade do século XIV*".

E continuando:

"*Desde logo me pareceu que a capela-mor, de forma rectangular, pela imperfeição dos seus ornatos decorativos e mão-de-obra, constituía a parte mais antiga do edifício, cuja planta, atentas as suas dimensões e distribuição, teria sido mais tarde organizada e adaptada a essa construção primitiva, mas até um pouco forçadamente*".

De acordo ainda com o referido autor "*Porventura teria esta capela-mor constituído a igreja completa dos primeiros tempos do culto cristão nesse lugar*".

Relativamente às fases de construção do Templo diz Arroyo (1917: 83):

"*Tudo porém parece indicar que a construção ou se fez muito lentamente, ou sofreu longos períodos de descanso; porque, como disse e se vê das gravuras, a fachada principal e a torre parecem datar da primeira metade do século XIV. A porta de acesso à torre, fronteira ao absidíolo do Santíssimo, já é francamente gótica. Já também do princípio desse século deveria estar construído o recolhimento das monjas…*.".

De qualquer modo, Arroyo (1917: 87–9) não cita outras fontes para atribuir a idade das várias fases do templo a não ser uma carta, de 2 de Outubro de 1897, do Padre Castro da Cruz que paroquiava na época a vizinha freguesia de Milheiros:

"*…A igreja de Águas Santas, no concelho da Maia, é um templo de singular admiração. Brasão de respeitosa antiguidade, duma arquitectura de rústica beleza por suas colunas,*

capitéis e paredes, bem merece que se esboce o esqueleto da sua primordial fundação, que se perde além de muitos séculos volvidos! O que foi esta igreja, o nome do seu fundador, os povos que têm passado por diante das suas paredes carcomidas, as gerações que se sucederam, as dinastias que houve durante esse tempo ninguém o poderá jamais saber ao certo! Que é de remotíssima antiguidade, atestam-no alguns dos capitéis das suas colunas e os seus emblemas..."

"...Para descrever as mudanças que neste vetusto edifício têm operado a lima do tempo, o gosto dos séculos e os caprichos dos homens, seria necessário dispor de grande esforço.... Consagrarei apenas algumas linhas a esta relíquia dum passado glorioso..."

"...é de fundação anterior à monarquia portuguesa, como parece indicar a inscrição que se deixa ver quase apagada, numa pedra embutida na parede da Capela-mor, junto a uma fresta, pelo lado exterior. Alguns traduzem a era da inscrição por 1056, e outros, com melhor razão, entendem ser 1097, sem dúvida, a época da sua última reedificação."

"Diz-se que foram os templários que reedificaram esta igreja antiga, que é a mesma que ainda existe com pequenas alterações feitas modernamente: Já em 1130 havia a igreja de Aguas Santas, com seu prior e colegiada; e o prior, que então era D. Armerigo, fez a 22 de Fevereiro de esse ano uma composição com o Bispo do Porto, D. Hugo II, dando-lhe um casal em Paramos (na terra da Feira) pelo jantar que era obrigado a dar-lhe todos os anos."

"Houve aqui um antiquíssimo mosteiro: mas ignora-se de que Ordem era e por quem foi fundado. Consta, porém, que teve princípio no século VI da era cristã. Num breve de Calixto II, de 1120, nomeiam-se todos os mosteiros que existiam no limite da diocese do Porto e que, durante o domínio dos mouros, tinham sido usurpados à igreja portuense; e entre eles é enumerado o de Aguas Santas, como já existindo há muitos séculos. Daqui podemos coligir que este mosteiro foi fundado ou nos fins do século V, talvez na mesma tocha do de Vaião, ou então no século seguinte."

"Passou a ser de cónegos e de cónegas de Santo Agostinho, chamado dúplice ou misto, com habitação separada, mas para quem a igreja era comum nos actos do culto. Depois foi só de frades da mesma Ordem. Pelos anos de 1300 passou a comendatários. Tendo os cavalheiros do Santo Sepulcro (hospitaleiros) sido expulsos de Jerusalém pelos turcos, el-rei D. Afonso IV deu este mosteiro aos ditos freires, os quais aqui fundaram um famoso hospital. Foi isto pelos anos de 1340. Ainda depois de ser de hospitaleiros, tornou a ter um colégio de cruzios, cujo prior era de apresentação régia, e foi outra vez misto ou dúplice."

"Assim se conservou até 1492, ano em que el-rei D. João II o extinguiu, unindo-o à Ordem de Malta, de que foi comenda. Havia aqui quatro benefícios simples, que eram apresentados in solidum pelo Comendador de Malta, vivendo cada beneficiado em casas separadas com 140000 reis de renda anual. Tudo isto acabou em 1834. Junto à igreja de Águas Santas ainda há uma casa a que se dá o nome de Casa da Comenda, e o lugar próximo à mesma igreja conserva o nome de lugar do Mosteiro."

"A rainha D. Teresa e seu filho D. Afonso Henriques deram em 1125 ao Mosteiro de Águas Santas os coutos de S. Simão de Gouveia e do Ladário. Também D. João Pires, Bispo de Viseu e o seu cabido cederam ao dito mosteiro o terço das dízimas que lhes pertenciam da igreja do Ladário, na diocese de Viseu..."

"...Voltemos à igreja de Águas Santas. Aquele que visitar esta igreja não perderá o seu tempo. Merecem ver-se a sua porta principal urdida de um montão de colunas de granito, as duas portas travessas, a sua torre acastelada de ameias, as cornijas, os hieroglífos, as estreita frestas da capela-mor, e no interior as colunas, os capitéis, as arcadas. O interior do templo é composto por três naves e por um grande arco em cada nave."

"Modernamente se tem aqui feito obras no interior da igreja, mudando alguns altares e alargando o recinto do templo para a parte do Sul. Estes melhoramentos são devidos a iniciativa do zeloso pároco António de Ascensão e Oliveira, que começou a paroquiar em 1867. Até 1874 a igreja de Águas Santas só tinha duas naves: a principal e a da parte do Norte, de dois arcos ogivais. Por iniciativa do dito pároco, e auxiliado por uma comissão a que ele presidia, fez-se a nave

da parte do Sul, para dar ao templo a forma simétrica que não tinha, e para maior capacidade nos actos do culto. Por essa ocasião, aqueles dois arcos ogivais da nave da parte do Norte converteram–se em um só arco grande. Nesta obra, porém, respeitou–se tanto a arquitectura antiga do templo, que ninguém, ao vê–la, dirá ser obra dos nossos dias."

"Como acontece a muitas igrejas que neste país se vêem por aí, caiadas, pintadas, estucadas (com mau gosto de manifesto vandalismo!) assim estava em 1874 a igreja de Águas Santas. Mas, então foram limpas da cal e gesso, que cobriam, as colunas, capitéis, hieroglíficos e paredes, porque não se ostentava todo o seu valor."

Na parede do lado do Sul, no interior da igreja, lê–se a seguinte inscrição:

"Elegi locum istum in domum sacrificii.,,
Livr. 2º Paralipomena,"

E em seguida estas palavras:

"A primordial fundação desta igreja de tão gloriosas recor–dações perde–se em a noite do passado!"

"Reedificada pelos anos de 1097, só tinha uma nave do Norte com dois arcos ogivais."

"Sendo seu pároco António de Ascensão e Oliveira, em 1874, os arcos converteram–se em um só, a tosca coluna que os sustentava ao meio foi tirada e fez–se esta nave do Sul."

Oliveira (1957: 5–7) faz várias referências à existência de Águas Santas desde datas muito recuadas, baseando–se em bibliografia, de que se destacam autores como Vitori–no (1915), Arroyo (1917), Monteiro (1954) e Fronteira (1945), entre outras, e que na generalidade são coincidentes com os elementos que constam do presente texto.

Segundo este autor o interesse mais importante que encontra na Igreja de Águas Santas:

"...reside no facto de ser um templo românico de duas naves, o único, segundo julgo, existente em Portugal. Todos os que o têm estudado tocam no assunto pela rama. Parece–me extraordinário que este problema, ..., não tenha chamado especialmente a atenção, ...os grandes pioneiros do nosso românico: Joaquim de Vasconcelos e Manuel Monteiro...".

E continua:

"A planta das igrejas românicas, dentro da multiplicidade de cânones regionais apresentava, unitariamente entre outras particularidades, a disposição simétrica das naves que, quan–do não se apresentavam isoladas, eram geralmente três, mais raramente cinco ou sete, mas sempre em número ímpar.
A divisão em duas naves é vulgar em construções da idade média – claustros, salas capitulares, refeitórios – com sepa–ração por arcadas e cobertas por abóbadas independentes".

Afirma que as referências que conseguiu encontrar de igrejas de duas naves são reduzidas e na maior parte sem informação. Justifica com exemplos do que sucedeu em outros lugares, nomeadamente em França e cita René de Lasteyrie no tomo I da sua obra "Architecture Religieu–se en France" "*...todas as naves podem agrupar–se, tanto na época gótica como na românica, em duas categorias principais: as igrejas sem naves laterais, que podem ser de uma ou duas naves e as igrejas com naves laterais...*".

E continua "*...as igrejas de duas naves foram sempre raras e enganar–se–ia quem julgasse que elas são sempre o resultado dum plano preconcebido*".

Acrescentando "*...no século XV, no período de relativa pros–peridade que se seguiu à Guerra dos Cem Anos, muitas igre–jas foram ampliadas, mas como as naves laterais não eram começadas a construir ao mesmo tempo, muitas vezes os recursos faltavam e então ficava o templo com duas naves...*".

Aponta como exemplo provável deste caso "*...a igreja de Mennetou–sur–Cher, com nave do século XIII, na décima quinta centúria em parte reconstruída, sendo–lhe então acrescentada uma nave lateral a Norte...*".

E como exemplo de construção inicial de duas naves, com a intenção de lhe acrescentar a terceira mal houvesse meios "*... a igreja de Grezac, na Charente–Inferieur*".

Fala ainda dos templos paroquiais de Heume, no Puy-de-Dome, do século XIII e de Huiron, no Marne no século XV.

Como variante, Sante-Croix de Rovins, com nave do século XIII e uma dupla colateral do início do século XVI, ainda a Norte.

Salienta ainda "... *que é ao Norte e que depois se verá a razão*".

O autor chama a atenção que é, em geral, nos meios rurais, normalmente com meios económicos mais débeis, que se vão encontrar as igrejas de duas naves. O que não acontece com as dos Jacobinos, nos centros urbanos, onde eram assim planeadas, com o objectivo de melhorar a sua acústica para as pregações.

Segundo o autor "*Quando as duas naves são desiguais o facto curioso, tal como acontece em Águas Santas, como veremos, da lateral estar quase sempre a Norte, ou seja, do lado do Evangelho*".

E o autor interroga-se "...*se haverá uma razão litúrgica que o justifique*?". E conclui que lhe parece que sim!

E passa a justificar dizendo que a orientação dos templos é um dos vestígios que o culto pagão ao Sol deixou no cristianismo e que desde os tempos primitivos as basílicas cristãs tinham o seu grande eixo na direcção Este-Oeste.

Diz ainda que no século IV a porta principal estava voltada a Oriente e era voltado para esse lado, portanto de frente para os fiéis que o sacerdote oficiava a missa, voltado para o lugar que tinha sido o berço da fé e ao mesmo tempo donde nos vem a luz. Essa situação é alterada a partir do século V, pois a liturgia ordena que se invertesse o sentido de orientação das igrejas, colocando-se a porta a Oeste, para que os fiéis também pudessem orar voltados a Este, do mesmo modo que o padre, que passa a estar de costas para os fiéis. Costume que, segundo o autor, apenas se generaliza no Ocidente europeu e entre nós a partir do século VIII, sendo rigorosamente respeitado até ao século XV, com raras excepções e que dessa época em diante foi abandonado, pelo que a partir daí é raro encontrar uma igreja orientada.

O Evangelho, nas primitivas igrejas até ao século V e no Ocidente europeu até ao século VIII, é lido à direita dos fiéis, que é também a do altar. Desde o século V no Oriente e após o século VIII no Ocidente europeu e até à actualidade a leitura do Evangelho faz-se à esquerda dos crentes e igualmente à direita do altar, o que numa igreja orientada fica do lado Norte. Em todas as épocas o Evangelho é considerado mais digno do que a Epístola e esta conclusão advém da maior solenidade com que é recitado.

O Santíssimo Sacramento está colocado, por norma, no altar-mor, mas se por qualquer razão aí não estiver ou se tiver de ser retirado temporária ou definitivamente só pode ser levado para um altar do lado do Evangelho, ou seja à direita do altar-mor e que numa igreja orientada corresponde a um altar do lado Norte.

Segundo Oliveira (1957: 8) são quatro as razões que deram origem a igrejas de duas naves:

– Ampliação por construção de uma nave lateral para aumentar a capacidade da igreja por necessidades de culto;
– Planeamento inicial para assim permanecer temporária ou definitivamente;
– Suspensão da obra durante a construção por falta de meios para continuação da obra;
– Destruição intencional ou derrocada de uma das naves.

E continua:

"De todas as razões apontadas a primeira é a mais frequente, temos de admitir, que na maior parte das vezes haveria a intenção de, mais tarde erguer uma nova nave, dando assim ao templo a simetria habitual; as causas económicas justificariam, na maioria dos casos este procedimento".

Segundo o autor a primeira nave a construir, pelas razões litúrgicas que aponta seria a do evangelho.

Para a segunda hipótese dá como exemplo a igreja dos Jacobinos, cujas plantas definitivas são de duas naves iguais.

Para a terceira hipótese e como exemplo de construção inicial temporária indica a igreja de Grezac, citada

por Lasteyrie; pode no entanto pensar–se numa igreja de duas naves desiguais sem a ideia inicial da simetria; a não conclusão seria justificada pela falta de meios; uma ruína parcial também pode justificar a ocorrência. Nas duas últimas possibilidades a nave lateral tanto pode existir do lado Norte como do lado Sul.

Oliveira (1957: 9) conclui:

"No nosso caso foi indubitavelmente a construção adicional por exigências de culto a causa da anormalidade. Estão aqui nitidamente marcadas várias épocas de construção e as duas naves apresentam sinais francos de serem edificadas a longo intervalo. Não sei se haveria a intenção, de mais tarde construir a nave Sul, mas essa ideia foi, por certo abandonada, porque o convento confinava com a grande nave"

E continua:

"Sendo o absidíolo o de feitura mais arcaica, podemos admitir que ele constituiu a capela–mor da primitiva igreja. Ao ser construída a actual nave principal fizeram–no de forma que, a que então passou a ser lateral, ficasse do lado do Evangelho. Realmente, à primeira vista esta hipótese é plausível, porque os capitéis do absidíolo, tanto os exteriores com os interiores, são de fábrica pré–românica, e teriam sido reaproveitados de uma construção anterior."

E questiona:

"Porque não o teriam feito ao edificar a grande nave, se esta fosse a primitiva?"

Esclarecendo que:

"Contra esta posição está, por exemplo, o facto da faixa bilhetada que orna externamente as paredes da abside que se encontra fragmentada a Norte, se encontrar deste lado bruscamente interrompida junto da capela lateral o que, se a construção da primeira tivesse sido posterior, por certo teria sido realizado de modo diferente".

O autor informa que:

"Manuel Monteiro dá a nave lateral como consequência da ampliação sofrida pela abside".

Com efeito Monteiro (1954: 55–6) indica como fases prováveis da construção do templo:

– Ampliação da abside[10] rectangular no ano de 1168, de acordo com a indicação da epígrafe gravada na silharia da parede exterior Sul;
– Aditamento da colateral Norte, com aproveitamento de capitéis da construção pré–românica, sendo o absidíolo em hemiciclo, solução semelhante à de S. Pedro de Leiria, que o autor diz ser da mesma data e acrescento de uma torre defensiva que ficava saliente à primitiva fachada;
– Abertura de uma porta de maiores dimensões na parede Norte desta nave lateral, aumentando deste modo a iluminação interior do templo;
– Alteamento e prolongamento da grande nave, nos fins do século XIII, até à parte Poente da torre com a qual ficou alinhada com a nova frontaria e englobada no perímetro geral. O alteamento permitiu a inserção na testeira Leste da nave de uma rosácea sobre o arco triunfal e outra na frontaria Poente, para além da porta principal bem desenhada e ricamente decorada.

Oliveira (1954: 10) acrescenta:

"As maiores deformações foram as do padre Ascensão e Oliveira que ele tão orgulhosamente mandou gravar numa lápide…."

Quanto às quanto às modificações posteriores há ainda a salientar em 1874:
– Elevação do pavimento da igreja e a subsequente construção dos degraus que ocultam as bases da maior parte das colunas da porta principal;
– O inestético janelão da mesma fachada;
– As aberturas sineiras da torre que substituíram as frestas primitivas;
– A inarível cúpula que coroa a mesma;
– A sacristia que tapou por completo o absidíolo Norte;

Mais recentemente, nos anos 80, a Direcção Geral Monumentos Nacionais procedeu a diversas obras no templo:

– Demolição de uma parte da sacristia construída no século XIX para libertar o absidíolo circular que coroa a colateral Norte;
– Fecho da porta de comunicação da sacristia para a capela–mor e abertura de nova porta noutra localização;
– Recuperação de elementos das fachadas e coberturas;
– Demolição das paredes da colateral Sul que simulavam uma torre;
– Recuperação de pavimentos interiores;

Oliveira (1957: 11) sugere que se passe agora à parte mais interessante do exterior do monumento: a fachada Sul da abside. Refere que "*A data da sua construção está gravada nesta parede e diz–nos que na era hispânica de 1206 ou ano de Cristo 1168, segundo Pedro Azevedo, mas de 1256, ou seja, de 1218, segundo J. Fronteira*".

Um reputado estudioso do Românico (Almeida, 1978: 177) apresenta uma cronologia para construção das diversas fases do templo que se afasta da proposta por Manuel Monteiro:

– Absidíolo circular e colateral Norte no século XII com aproveitamento dos capitéis de fábrica pré–românica;
– Abside rectangular século XIII;
– Torre de defesa no extremo da colateral Norte e nave principal até ao limite da torre, ficando esta destacada da fachada, século XIV.

Este autor ignora as obras posteriores, visto que não as considera, e bem, como pertencentes à época românica, pelo que nem sequer as refere.

Como podemos observar existem divergências entre os diversos autores relativamente às datas de construção de cada uma das fases da igreja. Essa ocorrência resulta, por um lado da falta de registos e por outro de alguma confusão da leitura e interpretação da documentação disponível, senão veja–se o que se escreveu na obra "Tesouros Artísticos de Portugal" (Almeida, 1980: 57).

"*... a igreja foi muito prejudicada pelas obras que lhe fizeram em 1874, durante as quais lhe acrescentaram a nave Norte...*"

E continua:

"*Na época românica, singularmente, a fachada foi franqueada por uma torre sineira rectangular, encimada por uma pirâmide com cornija de merlões assente em cachorrada...*".

A confusão é de todo desnecessária pois relativamente à ampliação da igreja de que resultou a construção da colateral Sul até existe uma lápide que descreve as obras efectuadas, quem as mandou executar e a data da sua conclusão:

"Elegi locum istum in domum sacrificii."
Livr. 2º Paralipomena,
"A primordial fundação desta igreja de tão gloriosas recordações perde–se em a noite do passado!

"Reedificada pelos anos de 1097, só tinha uma nave do Norte com dois arcos ogivais.

"Sendo seu pároco António de Ascensão e Oliveira, em 1874, os arcos converteram–se em um só, a tosca coluna que os sustentava ao meio foi tirada e fez–se esta nave do Sul."

Pelo que não se compreende o motivo da confusão, pois os autores da referida publicação trocaram inexplicavelmente o Sul pelo Norte e pronto!

Quanto à torre a confusão apenas se limita à construção da pirâmide que a encima e que foi construída já no século XIX ou XX. Ver os comentários de Vitorino (1915: 294) e de Oliveira (1957: 11) a propósito da cúpula de tijolo que encima a torre.

3. INTERPRETAÇÃO DAS FASES DE CONSTRUÇÃO DA IGREJA DE ÁGUAS SANTAS

A interpretação feita pelo autor do presente estudo tem em conta as informações veiculadas na bibliografia citada e as observações feitas no edifício que permitiram a elaboração de uma hipótese e conclusão que se diferenciam de certa maneira das aventadas até agora.

Embora não tenha chegado a conclusões de uma clarividência inatacável espera–se ter dado algum contributo, apresentan–

do uma nova abordagem, que se não trouxer certezas, pelo menos, abre novamente à discussão a cronologia das diversas fases de construção da Igreja de Santa Maria de Águas Santas.

A data de construção da primeira fase do templo permanecerá para sempre um mistério pois não existem quaisquer registos que permitam esclarecer este enigma. As únicas informações disponíveis referem-se a registos como uma "*breve*" do papa Calixto II do ano de 1120 e um acordo entre D. Hugo bispo do Porto e Almerigo e clérigos acerca de um jantar que o mosteiro tinha de dar anualmente ao bispo do ano de 1130.

Existem registos mais ou menos confiáveis de quem ocupou o templo ao longo das eras:

– registos da cedência, pelo bispo de Viseu, D. João Pires e o seu cabido, de parte dos dízimos da igreja do Ladário (1186), Inquirições (1258), relações de censos (século XIII), doações (1223–1245), nomeações de abades (1264–1281), relações (1258), etc. que provam quem foram os seus ocupantes ao longo dos tempos. Por eles podemos inferir que o templo já existia nessa altura, porém desconhecem-se as dimensões e as datas de construção que lhe correspondem.

Observando o edifício verifica-se que a sua construção não foi feita de uma só etapa e que ao longo dos séculos foram muitas as alterações que sofreu.

Pelas razões apontadas e tendo em conta os preceitos litúrgicos é de crer que a primeira parte da igreja a ser construída fosse o absidíolo circular e a nave que lhe fica em frente, cuja data de construção será, possivelmente anterior a 1120, uma vez que a "*breve*" do papa "Calixto II" já nessa data se referia ao mosteiro de "*Aquis Sanctis*" o que faz supor que a colateral Norte seja do século XI.

O absidíolo circular e a correspondente nave (figura nº1) são em princípio anteriores à abside rectangular, actual capela-mor, mas muito seguramente anteriores à nave principal. Esta evidência resulta da existência de pedras de remate sobre o arco do absidíolo inclinadas conforme a pendente da água da cobertura do telhado que, inicialmente, seria de duas águas e, com a construção da grande nave, passou a ser de uma só água (foto nº1). Por outro lado, devido aos preceitos da liturgia, a primeira parte da igreja a ser construída seria a do lado do Evangelho.

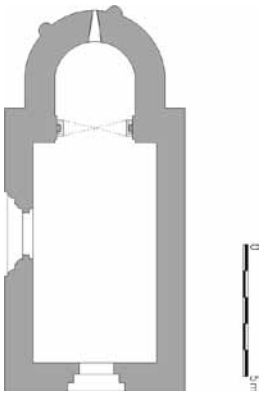


FIGURA 1 Planta da nave colateral Norte, destacando-se o seu absidíolo em hemiciclo coberto por uma abóbada, cuja construção remonta ao século XI ou ao início do século XII

Por necessidades de culto, o templo foi ampliado, tendo sido construída no século XII, no ano de 1168, conforme a inscrição na face exterior da parede Sul, a abside rectangular, actual capela-mor, possivelmente com a intenção de posteriormente lhe se lhe acrescentar a nave central, desta forma o templo primitivo seria a nave colateral Norte.

A actual capela-mor apresenta contudo algumas particularidades que são de facto curiosas e que denotam que a sua forma presente deve resultar de uma eventual ampliação pois os silhares que constituem as suas paredes não são todos de formas paralelipipédicas regulares, mas de pedras irregulares e a sua parede Sul tem uma estranha inclinação das fiadas como se pode observar nas fotos nºs 1 e 2.

A nave principal e a torre quadrangular no topo da colateral Norte foram construídas possivelmente no século XIII ou XIV. A nave principal prolongava-se na mesma extensão da colateral Norte, isto é, até à face posterior da torre que ficava saliente relativamente ao portal Poente da nave, figura nº3. A parede Sul da nave colateral Norte foi vazada através de duas aberturas suportadas por dois arcos cir-

culares de volta perfeita, reunidos numa coluna central que os suportava.

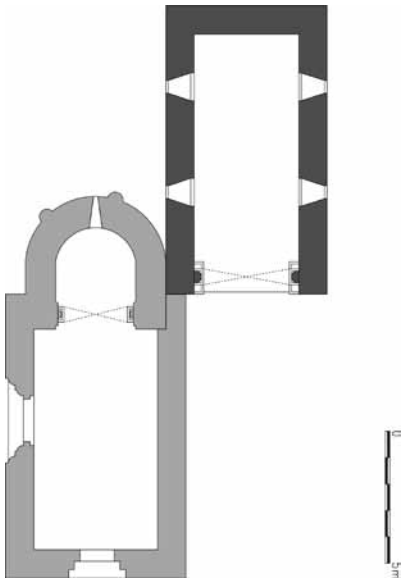


FIGURA 2 Planta da nave colateral Norte e da abside rectangular construída do século XII (1168 conforme inscrição existente na parede exterior Sul)

Ao nível do actual coro existem modilhões internos que apenas podem ser explicados pela existência de uma antiga galilé[11] (foto nº. 4). Para que esta galilé possa ter existido a nave principal terminava no limite posterior da torre.

Já no século XIV a nave principal foi prolongada até ao limite anterior da torre, passando a fachada principal a estar alinhada com ela, (figura nº4). São também desta altura os portais principal Poente e o lateral Norte já de estilo "ogival" como os classificou Arroyo (1917: 75) e que, segundo ele, são contemporâneos de Leça do Balio.

Foi nesta altura que deve ter sido demolida a galilé existente, dando origem ao espaço para a construção do coro que não se sabe se data desta época ou não.

O templo manteve-se sem grandes alterações na sua arquitectura até ao século XIX, data em que tiveram ori-

FOTO 1 E 2 Aspecto do aparelho da parede que pode indicar uma ampliação da capela-mor e inclinação das fiadas da parede Sul da capela-mor e fiadas de pedra irregular no arranque da mesma

FOTO 3 Fiadas de remate da água da cobertura, evidenciando a transformação da cobertura de duas águas num telhado de uma água

gem os maiores desmandos que Arroyo (1917) animada e irritadamente descreve em "Singularidades da Minha Terra", figura nº5.

Com efeito, no século XIX, mais concretamente em 1874, conforme consta da lápide existente na parede da colateral Sul, a igreja sofreu obras de ampliação:

– Construção da sacristia que passou a ocultar o absidíolo em hemiciclo da colateral Norte;
– Construção da nave colateral Sul e respectivo absidíolo de planta rectangular;
– Simulação na sua fachada de um torreão coroado por merlões;
– Substituição dos primitivos arcos que separavam a colateral Norte da nave principal por um único arco abatido;
– Abertura de um vão na parede Sul suportado por um arco igualmente abatido;
– Construção da cúspide de tijolo que encima a torre sineira;
– Alteamento do piso do templo com a consequente colocação de degraus que ocultam as bases das colunas do portal Poente.

Estas obras são, na opinião dos vários estudiosos que escreveram sobre este templo, as que mais contribuíram para degradação da sua expressão arquitectónica original por pretenderem imitar a construção românica, recorrendo a técnicas que não lhe eram próprias. A intenção da ampliação resultou de necessidades de culto que, convenhamos, deu mais espacialidade e funcionalidade à igreja, mas prejudicou de forma irremediável o seu estilo original.

Entre 1985 e 1988 foi efectuada uma intervenção neste monumento com o objectivo de reparar diversas anomalias relacionadas com as coberturas, fachadas pavimentos interiores, entre outras, tendo-se demolido alguns elementos construídos em 1874 pelo padre Ascensão de Oliveira e que mais prejudicavam a imagem do templo. O Jornal de Notícias do Porto publicou uma extensa reportagem em 15 de Janeiro de 1988 que mostra as obras então em curso no templo. Das imagens publicadas com a reportagem podemos ver as obras em curso:

– A sacristia que foi em parte demolida para deixar visível a parede em hemiciclo do absidíolo da colateral Norte;

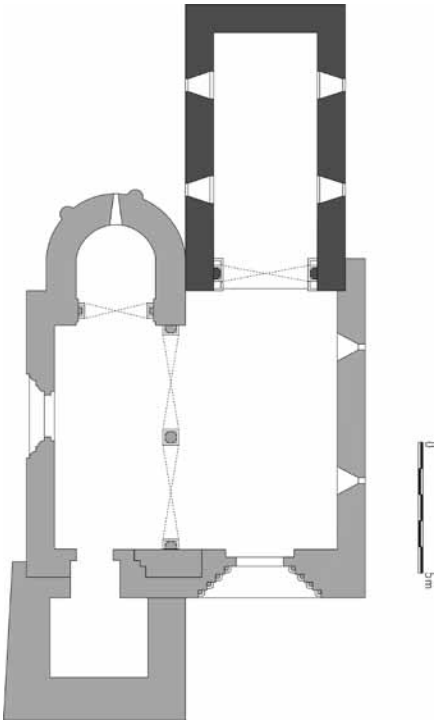


FIGURA 3 Planta da nave colateral Norte, da abside rectangular construídas no século XI e XII respectivamente e da nave central e da torre construídas no século XIII ou XIV.

FOTO 4 Modilhões internos ao nível do actual coro visíveis da parede da torre, que terão servido de suporte à galilé

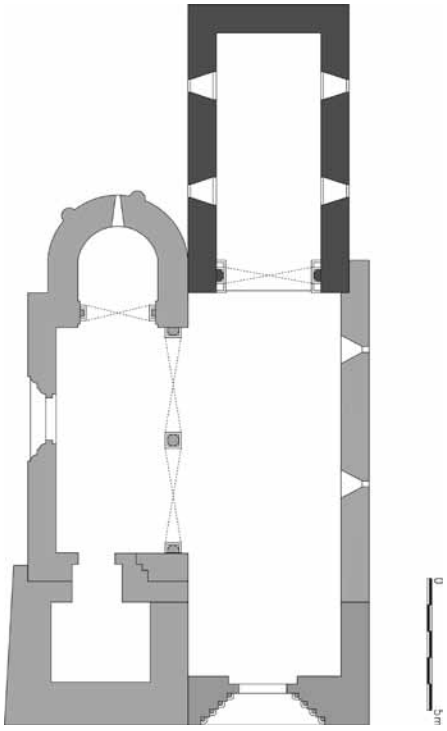


FIGURA 4 Planta da nave colateral Norte, da abside rectangular construídas no século XI e XII, da nave central e da torre construídas no século XIII ou XIV e do prolongamento da nave central no século XIV

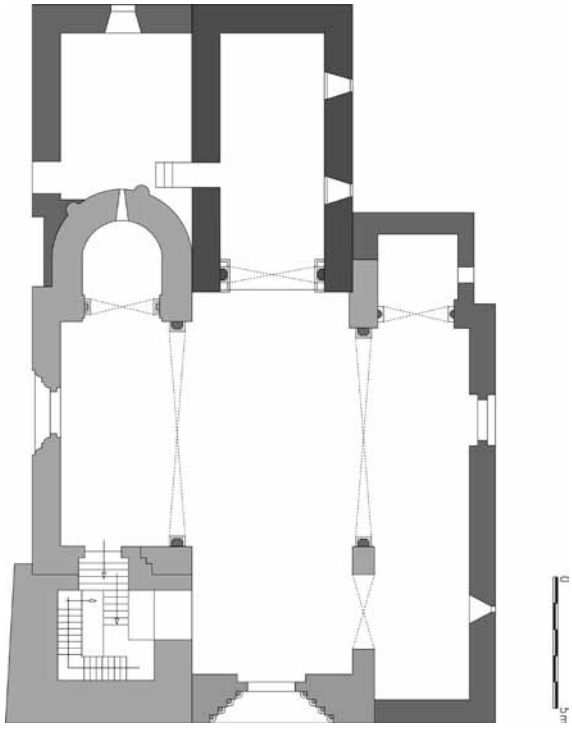


FIGURA 5 Planta da colateral Norte, da abside rectangular do século XI e XII, da nave central e da torre do século XIII ou XIV, ampliação da nave central do século XIV e nave colateral Sul do século XIX

– As paredes que simulavam o torreão construído no limite Poente da colateral Sul foram demolidas;
– Foram feitas reparações nas coberturas e nos pavimentos interiores;
– Foi refeita a instalação eléctrica e a iluminação interior.

No passado, alguns estudiosos, chocados com as diversas adulterações da arquitectura do templo, chegaram mesmo a elaborar gravuras com propostas para uma futura intervenção de recuperação do templo para que este voltasse à estrutura primitiva. Entre eles destacam-se Oliveira (1957: 13) que propõe para uma futura obra de restauro a imagem da figura 7 e Arroyo (1917: 76–81) conta as suas impressões quando passeando pela região visitou a igreja, a ponto de nem no texto conseguir disfarçar a sua irritação, face ao atentado à integridade arquitectónica cometida sobre o edifício românico, a ponto de contar a sua intenção de afrontar o padre Avelino Ascensão, que tinha sido o responsável pelas alterações, que este autor considerava as que mais tinham prejudicado a sua expressão e linguagem arquitectónica.

4. CONCLUSÕES

No presente trabalho abordam-se as primeiras manifestações arquitectónicas que se enquadram no estilo românico, os fenómenos que lhe estão subjacentes no que se refere à temporalidade, às origens, às influências, ao contexto socio-político da época, a sua importância em termos de consolidação e povoamento do território, as motivações religiosas, o imaginário, a tradição e a influência dos cultos anteriores ao cristianismo.

No sentido de determinar os contextos histórico-temporais, relativos à construção do templo em estudo, são

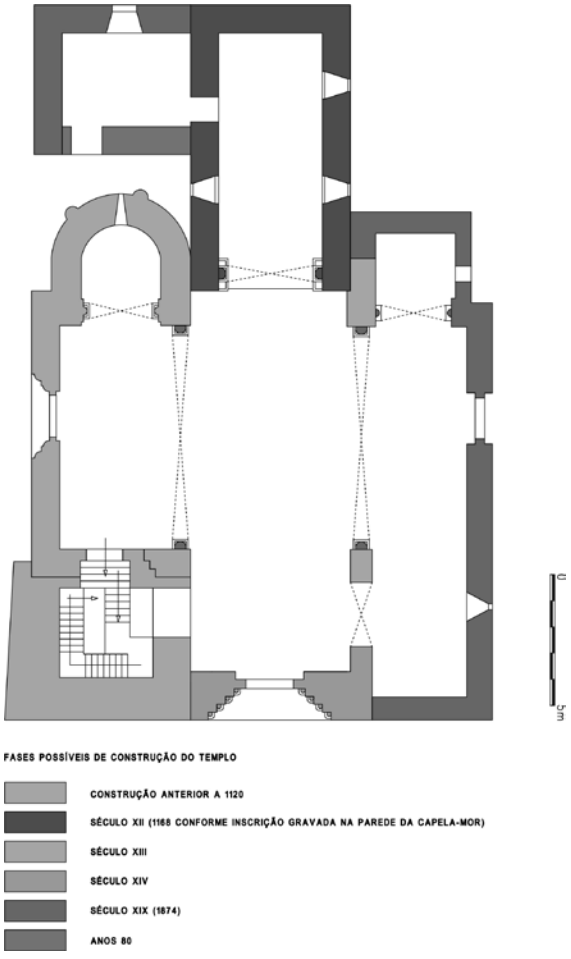


FIGURA 6 Planta do estado actual após a intervenção da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais

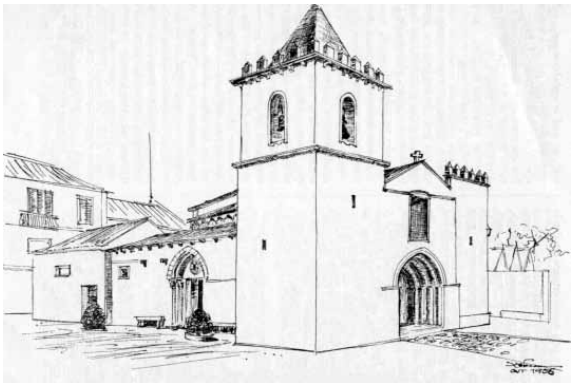


FIGURA 7 Igreja de Águas Santas antes da intervenção da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais segundo Oliveira (1957: 13)

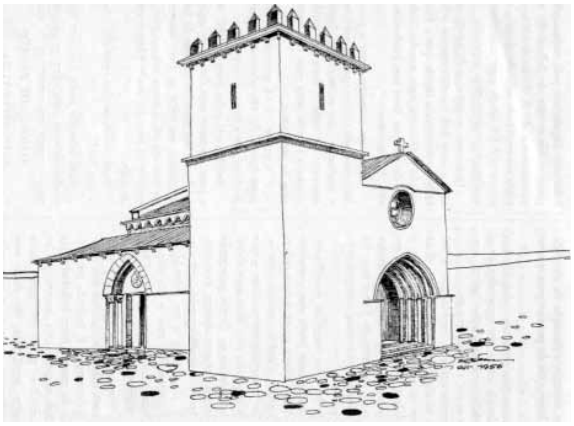


FIGURA 8 Proposta para um possível restauro da igreja segundo Oliveira (1957: 17)

também referidos os documentos dessa época que com ele estão relacionados, directa ou indirectamente, e também os elementos, que possam estabelecer alguma relação com outras manifestações, que lhe tenham sido contemporâneas e que permitem datar o edifício.

São também abordadas questões relacionadas com a prática litúrgica e com as tradições de culto, que permitem a formulação das hipóteses a comprovar através das conclusões esplanadas neste trabalho.

A exploração e visitas ao templo foram essenciais para a compreensão da sua estrutura e testagem das hipóteses formuladas, bem como para a dedução das conclusões a que se chegou, servindo também para compreender os pontos de vista dos vários estudiosos que escreveram sobre este edifício no sentido de o compreender melhor.

Os elementos disponíveis, apesar da extensa bibliografia, não permitem a efectiva datação cronológica das várias fases de construção e as melhores aproximações conseguidas resumem-se a: uma inscrição existente num silhar da parede Sul da capela-mor que aponta como sendo 1168 o ano da sua construção; uma lápide colocada na parede da colateral Sul que refere o ano de 1874 como sendo o da sua última ampliação, bem como da construção dos arcos

abatidos que separam as naves colaterais da nave principal da igreja; uma reportagem do Jornal de Notícias do Porto datada de 15 de Janeiro de 1988 e alguma correspondência trocada entre a Junta da Freguesia de Águas Santas e a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Direcção de Serviços Regional de Monumentos do Norte, datada de 20 de Janeiro de 1984 e 9 de Janeiro de 1985, respectivamente, e que são essenciais para se fazer uma ideia das obras então efectuadas.

Conclui-se também que a bibliografia citada no presente trabalho utilizou, regra geral, as mesmas fontes, ou seja, utilizou documentos que apenas referem a existência de Águas Santas e do seu Mosteiro em determinadas épocas, sem contudo esclarecerem qual o património arquitectónico aí existente nessas mesmas datas. Por outro lado, quase todas as datas apontadas não possuem qualquer suporte, bibliográfico, documental ou registo nos silhares do edifício que possa esclarecer as épocas de construção das diferentes fases do edifício.

As únicas datas credíveis e que estão devidamente documentadas são as que se referem à existência do Mosteiro como a "*breve*" de Calixto II de 1120, o acordo celebrado por D. Hugo, bispo do Porto de 1130 e o prior do Mosteiro, a cedência de dízimos da Igreja do Ladário pelo bispo de Viseu, D. João Pires, em 1186, as inquirições de 1258, as doações no reinado de D. Sancho II, as relações das igrejas do Porto de 1258 entre outras, mas que não fazem quaisquer referências às datas de construção do templo.

As datações, como vimos, apenas podem ser feitas com base em suposições, que permitem propor as datas prováveis para as diversas fases de construção identificadas e que, com razoável probabilidade, poderão aproximar-se da realidade.

Nesse contexto consideram-se como épocas prováveis para a construção da igreja de Santa Maria de Águas Santas as que se indicam na figura nº6 e que passam a descrever-se:

– Colateral Norte – Anterior a 1120;
– Capela-mor – Século XII (1168 conforme inscrição gravada na parede);
– Torre e nave central – Século XIII;
– Ampliação da nave central – Século XIV;
– Colateral Sul e sacristia – Século XIX;
– Obras de conservação e demolição de parte da sacristia (anos 80 do século XX)

FUTUROS DESENVOLVIMENTOS

Este trabalho não pode ser considerado terminado pois as conclusões a que se chegou não são definitivas, ficando por responder a maior parte das dúvidas por falta de material bibliográfico e documental suficiente.

Através de uma investigação de outras fontes ainda não consultadas e de documentação que não foi ainda possível obter, bem como do recurso a métodos de investigação arqueológica, que possam fornecer espólio ou vestígios, que permitam estabelecer relações entre este edifício e outros análogos da mesma época, poder-se-ia avançar mais no conhecimento da história e cronologia deste invulgar testemunho de um passado longínquo e por certo glorioso.

Essa tarefa terá de ser adiada para um outro tempo, em que seja possível conciliar a disponibilidade e a oportunidade de uma intervenção mais profunda no edifício, que permita uma investigação sistemática e esclarecimento das dúvidas e incertezas existentes sobre a história e a cronologia da construção do templo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1971). Primeiras Impressões Sobre a Arquitectura Românica Portuguesa. In: *Revista da Faculdade de Letras – Série História.*/II. Porto, Universidade do Porto.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1978). *Arquitectura Românica Entre Douro e Minho*. Tese de Doutoramento. Porto, Faculdade de Letras do Porto.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, (dir) (1980). *Tesouros Artísticos de Portugal*. Lisboa, Selecções do Reader´s Digest.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1993). *O Românico*, "História da Arte em Portugal"/3. Lisboa, Publicações Alfa.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (2001). O Românico. In: "*História da Arte em Portugal*". Lisboa, Editorial Presença.

Arroyo, António (1917). *Singularidades da Minha Terra (na Arte e na Mística)*. Porto, Renascença Portuguesa.

Azevedo, Agostinho de (1939). *A Terra da Maia* (Subsídio para a sua Monografia)/I. Câmara Municipal da Maia.

Fronteira, J (1945). Monumentos Românicos. In: O Tripeiro – V Série, nºs 1 e 2.

Monteiro, Manuel (1954). *Igrejas Medievais do Porto*. Porto, Marques de Abreu–Editor.

Oliveira, Sousa (1957). *Santa Maria de Águas Santas – Igreja de duas Naves*. Porto.

Pereira, Paulo, Dir. (1995). Da Pré–história ao <<Modo>> Gótico. In: "*História de Arte Portuguesa*"/I. Lisboa, Círculo de Leitores.

Vasconcelos, Joaquim (1918). *Arte Românica em Portugal*. Reeditada em (1992). Lisboa, Publicações D. Quixote.

Vitorino, Pedro (1915). Águas Santas. In: *O Archeólogo Português*/XX. Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 292–7.

NOTAS DE RODAPÉ

1 Arado de lavrar a terra.

2 Desbravamento da terra para ser cultivada.

3 Suspensão temporária dos desentendimentos entre populações durante estes eventos.

4 Caso do mosteiro de Pombeiro, construído no meio das melhores terras agrícolas.

5 Caso da igreja de S. Pedro das Águias, construído encostado às fragas.

7 O facto de se ter construído no século XIX uma nave colateral Sul, com técnicas semelhantes às utilizadas pelo Românico, não faz com que essa ampliação também seja Românica. Trata–se, antes de mais, da adulteração do edifício.

8 Nomear o abade.

9 Corporação de eclesiásticos que, com a obrigação de ofício coral, se dedicam ao culto numa igreja.

10 A fazer fé no que diz Manuel Monteiro, a abside rectangular já existia em 1168 e que a ampliação referida mais não era do que a construção da nave principal.

11 Galeria à frente do portal de uma igreja, normalmente constituída por arcadas. Em alguns casos pode chegar a ocupar toda a fachada principal ou mesmo acompanhar as fachadas laterais, podendo ter dois andares.

Crescimento, decrescimento sustentável e desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Jacinto Rodrigues

Professor Catedrático, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

RESUMO

Este artigo refere-se a uma comunicação apresentada no Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizada em Luanda nos dias 28, 29 e 30 de Novembro de 2006, sob o tema "Dinâmicas, Mudanças e Desenvolvimento no Século XXI". Nos últimos anos o discurso da filosofia ocidental parece ser cada vez mais consensual no sentido de pretender ultrapassar o paradigma mecânico newtoniano, através dum *pensamento ecologizado* que faça ressaltar a achega sistémica e a abordagem da complexidade. Emerge assim uma nova coerência paradigmática, científica e experimental. Até mesmo na vida quotidiana este *pensamento ecologizado* ganha cada vez mais pertinência. O que está a mudar?

No âmbito desta questão, o artigo relaciona e compara conceitos como «crescimento económico», «decrescimento sustentável» e «desenvolvimento ecologicamente sustentável», bem como enquadra alguns dos principais desenvolvimentos teóricos na área no contexto deste paradigma emergente.

Por último, são apresentadas algumas experiências exemplares como base de reflexão dos temas abordados.

PALAVRAS-CHAVE

crescimento económico; decrescimento sustentável; desenvolvimento ecologicamente sustentável; paradigma; ecologia.

ABSTRACT

This article refers to a communication presented in the Congress Luso-Afro-Brazilian of Social Sciences, happened in Luanda on the 28th, 29th and 30th of November of 2006, under the subject "Dynamic, Changes and Development in Century XXI". In the last years, the speech of the occidental philosophy seems to be each time more consensual in the intention to exceed the Newtonian mechanical paradigm through a new *ecologized thought*. A new paradigmatic, scientific and experimental coherence thus emerges. This ecologized thought gains each time more relevancy. Then, what it is about to change? Concerned with this main question, the article relates and compares concepts as "economic growth", "sustainable *ungrowth*" and "ecological sustainable development", as well as it aims to understand the recent theoretical contributions on this field within the outlines of this emerging paradigm. Finally, they are presented some exemplary experiences as a base for reflection of the boarded subjects.

KEYWORDS

economic growth; sustainable *ungrowth*; ecological sustainable development; paradigm; ecology.

58

INTRODUÇÃO

É frequente considerar-se a questão ecológica como uma problemática dos países ricos. Mas é cada vez mais insustentável tal cegueira, pois esta questão é da maior pertinência e diz respeito à humanidade inteira. Há alguns dias, estiveram reunidos em África, no Quénia, na cidade de Nairobi, entre os dias 6 e 17 de Novembro de 2006, mais de 6000 delegados de quase todos os países do mundo que procederam a uma reflexão sobre a mudança climática no planeta. O vice-presidente do Quénia, Moody Awori, declarou que **a mudança climática é uma das ameaças mais graves à qual a humanidade foi confrontada**.

Há alguns dias, o ex-vice-presidente e ex-candidato à presidência dos E.U.A., Al Gore, apresentou um filme "*Uma verdade que incomoda*" em que são referenciadas eventuais catástrofes ecológicas, resultantes, nomeadamente, de perturbações climáticas, se não mudarmos, nos próximos 10 anos, o actual modelo de crescimento económico.

Também, há poucas semanas, o Relatório do economista do Banco Mundial, Nicolas Stern, alertava para uma crescente subida de temperatura no planeta, fazendo prever graves consequências se não se proceder a mudanças estruturais.

É dramático constatar-se que a África, embora seja o continente menos responsável por este modelo de civilização tecnológica imposto a partir do ocidente, é hoje a região mais vulnerável do planeta, como afirmaram os congressistas de Nairobi.

Os efeitos da mudança climática conjuntamente com as consequências negativas dos processos agro-industriais e urbanos implantados em África e o saque dos bens naturais, são hoje cada vez mais visíveis:

a) O lago do Chade (um dos maiores do planeta) tem hoje 1/10 da superfície que tinha em 1963;
b) As zonas húmidas do Quénia e as neves do Kilimanjaro, estão a desaparecer, prevendo-se perturbações climáticas na zona;
c) As epidemias como a malária, cólera, desinteria, sida, etc. dizimam largos sectores da população;
d) Várias catástrofes (inundações diluvianas ao mesmo tempo que desertificações incontroláveis) assolam o continente africano já ferido por guerras e deslocações massivas da população;

É neste contexto que Wansari Muto Maathay, Prémio Nobel da Paz em 2004, criou o movimento cinturão verde plantando, num gesto simbólico e concreto, mais de 30 milhões de árvores, graças, sobretudo, à abnegação e esforço das mulheres africanas.

Esta professora universitária do Quénia, cientista e militante ecológica, declarou que a defesa do meio ambiente é, hoje, o caminho para a Paz. Referiu, no III Forum Internacional de Comunicação (Maathay, 2005):

(...) precisamos de elevar o nível da nossa consciência moral e ter uma perspectiva ética em relação aos recursos naturais (...) . Os países ricos exploram os recursos naturais dos pobres e os poucos ricos dos países pobres fazem o mesmo. A nossa forma de lutar contra a pobreza é lutar contra esta forma de hiperconsumo, não apenas no mundo industrializado, mas também nos países em desenvolvimento onde lamentavelmente estamos copiando o mundo rico em detrimento do nosso povo. Se seguirmos por este caminho corremos um enorme risco (...). É necessário tomar consciência do risco e da gravidade da situação, deixar de pensar apenas nas vantagens a curto prazo para promover políticas de longo prazo.

Nos últimos anos o discurso da filosofia, no ocidente, parece ser cada vez mais consensual no sentido de pretender ultrapassar o paradigma mecânico newtoniano, através dum **pensamento ecologizado** que faça ressaltar a achega **sistémica** e a abordagem da **complexidade.** Emerge assim uma nova coerência paradigmática, científica e experimental. Até mesmo na vida quotidiana este pensamento ecologizado ganha cada vez mais pertinência. O que está a mudar?

Tomando Descartes (1596-1650) como pensador paradigmático do mecanicismo, podemos, no Discurso do Método, revelar a concepção do mundo que vem do séc. XVII até aos nossos dias.

Resumem–se em 5 pontos as linhas essenciais dessa concepção do mundo:

1. O reducionismo, que pretende separar as partes do todo;
2. A identidade analítica, que estabelece limites definidos;
3. A não contradição e o terceiro excluído, que fundamentam o discurso binário da mecanicidade;
4. O causalismo linear, que tende a explicar pelo passado e duma forma determinística o presente e o futuro, excluindo as forças endógenas no processo evolutivo;
5. As etapas do progresso social, sempre evoluindo linear e automaticamente, como resultado do progresso técnico–científico assente na miragem de recursos naturais, sem limites.

Volvidos cerca de 350 anos sobre esta referência cartesiana, a obra de Edgar Morin, publicada na década de 70/80 do séc. XX, revela o *paradigma emergente* em que vivemos opondo aos 5 pontos cartesianos os seguintes fundamentos do novo pensamento orgânico:

1. A *complexidade* explicita um novo olhar onde não é possível compreender os fenómenos sem a relação do uno e do multiplex;
2. O *dialogismo* ou a *interacção simbiótica* revela o fim das fronteiras, mostrando uma realidade dinâmica que não se compadece com o positivismo estático da anterior concepção;
3. A *contradição, a diferença e a biodiversidade* constituem um elemento essencial para conhecer a realidade;
4. O *processo circular* entre causa e efeito, sistemicamente interactivos, e que se opõe à explicação do determinismo linear;
5. A *crítica reflexiva* trazendo o abandono das grandes narrativas metafísicas e exigindo uma pilotagem permanente da consciência sobre os processos fenomenológicos. Em vez de grandes explicações totais prefere–se uma fenomenologia processual e crítica, permanentemente auto–avaliada.

Estas novas preocupações estão ainda longe de serem consensuais.

Gregory Bateson (1977), um dos pioneiros do pensamento ecológico, refere que esta concepção se desenvolve com a interacção dos interlocutores numa constante e sistémica descodificação mútua entre emissor e receptor. Como o pensamento ecológico é dinâmico vai–se metamorfoseando com o impulso endógeno e a ressonância externa. Não é uma revelação caída do céu. Resulta duma simbiose entre as pessoas e da interacção dessas pessoas com o meio envolvente. Assim, este novo processo morfogenético faz–se numa problemática de complexidade sistémica na medida em que os saberes e competências se vão adaptando e mudando nos processos civilizacionais. A reforma do pensamento (Morin, 2002a) vai–se assim revelando face à mudança da sociedade e das instituições, ao mesmo tempo que intervém sobre elas. Daqui resulta a criação sucessiva de coerências, ou seja, de formas paradigmáticas. Porém, esses paradigmas voltarão a metamorfosear–se sem contudo desaparecerem as formas de consciência e pilotagem dessas novas metamorfoses. Deste modo é possível um trabalho de reflexão e organização sobre o próprio pensamento. Esta atitude epistemológica desenvolve metodologias e horizontes do saber que permitem **uma inteligência colectiva**, inteligência simbiótica que, como nos diz Pierre Levy, **mutualiza conhecimentos**. Refere ainda Levy que a noção de ecosistema é particularmente interessante porque permite pensar, simultaneamente, na interdependência do mesmo espaço unitário, a diversidade, a evolução e a mudança. "Torna–se assim possível seguir integralmente os ciclos de transformação no universo simbólico (cultural) em vez de procurarmos na finalidade imediata do circuito disciplinar" (Levy, 2002).

Dito de outro modo, é estabelecer uma forma interactiva do pensar que articule o diacrónico e o sincrónico, o universal e o local, o aqui e agora na metamorfose sequencial dos processos evolutivos.

Esta rede da **inteligênca colectiva** religa **abstracto** e **concreto**, permitindo um olhar **macroscópico** tal como desenvolveu Joel Rosnay (Rosnay, 1975).

Estas são as novas premissas, que dão maior coerência ao paradigma emergente em que vivemos. É preciso, no entanto, desenvolver esta nova maneira de pensar com o **religar conhecimentos** (Morin et al. 1999), tal como tem

vindo a ser propalado pelos filósofos da complexidade e da sistémica, Edgar Morin (Morin, 2002b), Basarab (Nicolescu, 2000), Rosnay e outros. É ainda de referir a necessidade de constituir uma "nova visão do mundo" como assinala Basarab Nicolescu (Nicolescu, 2001).

Basarab mostra-nos como a nova visão do mundo terá que se constituir a partir da intersecção de diferentes domínios do saber. Por isso, diz-nos que a disciplinariedade, a pluridisciplinariedade, a interdisciplinariedade e a transdisciplinariedade não são antagónicas: constituem "as quatro flechas dum só e mesmo arco do conhecimento" (Nicolescu, 2000).

Este novo paradigma abre-se para o descontínuo da física quântica, mostrando a existência de vários níveis da realidade que funcionam com lógicas diversas. Tal como Bachelard, Habermas e Lupasco admitiram, as ciências ético-normativas, o humanismo estético-expressivo e o pensamento técnico-operativo, possuem lógicas diversas que caracterizam modos diferentes da apreensão da realidade: **compreender, descrever e explicar** explicitam registos diferenciados sobre fenómenos e vivências da realidade complexa.

Humberto Maturama e Francisco Varela (Mathiew, 1997), no seguimento do trabalho de Prigorgine, mostram-nos como os seres vivos se caracterizam pelo facto de se auto-construirem constantemente. Este facto, a que os dois biólogos chilenos chamaram "autopoïese", revela-nos que nos sistemas vivos existe " (...) uma rede fechada no plano da organização. No entanto, em relação ao exterior a rede é aberta, assegurando a circulação da matéria e energia necessárias à manutenção da sua própria organização e à regeneração contínua da sua estrutura" (Mathiew, 1997).

Esta abordagem afasta-nos da concepção dum universo totalmente previsível. É uma abertura para a incerteza mas também para a possibilidade duma construção criativa.

Esta forma de pensamento foi concomitante com o desenvolvimento da ecologia. A ecologia, em constante metamorfose, tem vindo a constituir-se como uma teoria científica explicitada do seguinte modo:

a) É uma abordagem sistémica e transdisciplinar;
b) É uma fenomenologia da complexidade;
c) É uma fundamentação dos ecosistemas, baseada na circularidade dos metabolismos e não no determinismo linear, típico das máquinas;

Foi Vernadsky (Vernadsky, 1929), com o livro sobre a biosfera – tese que defendeu em França durante os anos 20 – quem conceptualizou a vida do planeta como uma totalidade. Esta concepção abriu a porta para a teoria dos ecosistemas, considerando assim a vida, como um conjunto indivisível – a biocenose – que se insere (em condições específicas) na matéria bio-inerte, o biótopo.

O desenvolvimento da ecologia foi um longo processo. Desde o seu aparecimento formal, atribuído a Haeckel (a 1ª pessoa a utilizar o termo ecologia), desenvolveram-se muitas contribuições para esta teoria científica. A contribuição de Tansley permitiu a melhor compreensão do estudo dos ecosistemas marinhos e lacustres. Os ciclos bioquímicos da ecologia foram objecto de várias contribuições como Odum e outros. Por outro lado, a teoria dos sistemas de Von Bertalanfy, Neumann e Gregory Bateson alargou as perspectivas metodológicas à investigação ecológica.

Abel Wolman foi um dos primeiros cientistas a trabalhar sobre a sistémica dos fluxos urbanos e nos territórios em geral. Muitos são hoje os especialistas desta temática como por exemplo Giorgio Nebia, Virginio Bettini (Bettini,1998) e outros.

Por outro lado, as investigações sobre os ecosistemas fechados como a reconstituição artificial de ecosistemas que se automantêm, levaram às experiências de Clair Folsome que, nos anos 60, realizou as ecosferas, miniaturas simplificadas da biosfera. Trata-se de um pequeno aquário (uma bola de vidro com água, um pouco de terra e ar) onde uma pequena alga serve de alimento a camarões minúsculos (crill) cujos dejectos servem de alimento à alga e que, por sua vez, são decompostos por pequenas bactérias no ciclo geral de produtores, consumidores e decompositores.

As modelizações destes ecosistemas fechados permitiram muitos estudos aos cientistas russos e americanos, empenhados nas pesquisas sobre naves espaciais.

A experiência mais conhecida foi a da Biosfera 2. Oito "bionautas" viveram num mundo miniatura (uma estufa gigante com 1,2 hectares e com biomas miniaturizados) onde bactérias, vírus, fungos, plantas e animais viviam interligados em ecosistemas complexos.

Isto permitiu o estudo dos processos retroactivos entre as várias comunidades e o biótopo ali preparado.

A experiência da Biosfera 2, tendo embora falhas, permite ainda hoje o estudo significativo destes modelos e simulações úteis ao conhecimento da natureza e do ecosistema, dos fluxos energéticos e do metabolismo circular, muito embora não se deva confundir tais experiências laboratoriais com a realidade dos ecosistemas abertos.

Foram contudo estas experiências que contribuíram para os trabalhos de John Todd que desenvolveu processos de bioregeneração dos ecosistemas.

John Todd, a partir das experiências iniciadas no New Alchimist Institut, criou conjuntos de ecosistemas para a biodepuração de águas residuais. Estas e outras experiências, resultantes da observação de processos da natureza e do conhecimento botânico de certas espécies filtrantes, levaram à realização de inúmeros modelos. Desde as biotecnologias da chamada "bioremediation" até aos jardins filtrantes e aos jardins úteis e agradáveis, sucedem-se uma longa lista de experiências que têm permitido o tratamento biológico das águas usadas, de uma forma cada vez mais perfeita (permitindo a sua revitalização em água potável) e em contextos paisagísticos com preocupações estéticas.

Trata-se de uma visão cada vez mais clara da problemática ecológica e da especificidade de um funcionamento vivo dos ecossistemas (Rodrigues, 2006).

1. O CRESCIMENTO ECONÓMICO

A noção de crescimento económico insere-se numa concepção epistemológica assente no antigo paradigma cartesiano.

Socialmente, a mega-máquina urbana reproduz duma forma alargada a força de trabalho, impondo as relações antagónicas entre a privatização dos bens de produção, nas mãos de um grupo cada vez mais reduzido, enquanto aumenta o número de trabalhadores despossuídos dos meios de produção.

Tecnicamente, a produção baseada na energia fóssil deste mundo-máquina funciona segundo um metabolismo linear que vai esgotando os bens naturais, transformando-os em lixos.

Esse funcionamento é predador dos bens da biosfera ao mesmo tempo que segrega a exclusão social, como referem as obras de René Passet (1996), Jean Marie Pelt (1991), Pierre Rabhi e Nicholas Hulot,(2005), Majid Rahmema (2003) e outros.

Lewis Mumford (1992) analisou a evolução das civilizações e, em particular, o processo de urbanização. Nestas investigações, Mumford revela como os complexos tecno-civilizacionais têm uma morfogénese complexa e são a matriz da mudança histórica das sociedades. Caracterizam-se por uma interacção entre energia, meios técnicos, relações sociais de produção e formas culturais e ideológicas que, num todo mais ou menos coerente ainda que contraditório, formam etapas dinâmicas no processo histórico. São 3 as grandes etapas:

1ª – Civilização Eotécnica – utilizam as forças naturais em tecnologias artesanais e em economia colectora abrindo-se à agro-pecuária, sem grandes pertubações na biosfera.
2ª – Civilização Paleotécnica – desenvolve-se a acumulação primitiva do capital: na europa é destruída a cultura camponesa iniciando-se a proletarização. Realiza-se a dominação dos povos colonizados através do saque. A partir do séc. XVII e até ao séc. XX esta etapa caracteriza-se pelo uso progressivo da máquina a vapor, assente na energia do carvão transformando, através da mercantilização, o valor de uso em valor de troca. A agressão à biosfera faz-se essencialmente pela destruição da floresta e da biodiversidade.
3ª – Civilização Neotécnica – através do processo industrial faz-se o uso progressivo dos motores de combustão aos motores eléctricos, sendo o factor petróleo dominante.

Neste processo, para além das exclusões sociais, aumentam as agressões à biosfera através do esgotamento de matérias-primas naturais e da contaminação dos ecosistemas hídricos, biológicos e geológicos. Generaliza-se a agro-indústria, a indústria militar e a farmoquímica.

Lewis Mumford estudou a evolução das cidades neste contexto mostrando, duma forma paradigmática, a passagem da aldeia à cidade carbonífera e mais tarde à cidade-shoping. Este autor, ao analisar criticamente as referidas etapas, encara este modelo ocidental como um agravamento progressivo da sociedade e da biosfera. Propõe, como alternativa, uma mudança baseada na ecotécnica.

O processo de mundialização, que se consolida a partir do séc. XVI até aos nossos dias, sofreu transformações mas não foram estruturais, ao nível do poder político. Ocorreram adaptações do modelo capitalista às inovações introduzidas pelas diversas formas de sistemas governativos dentro do mesmo parâmetro de exploração do homem sobre o homem e do antagonismo crescente entre a tecnosfera e a biosfera. Sobre esta última etapa do capitalismo liberal, Serge Latouche (2005) analisou-a do seguinte modo:

– Uma desigualdade crescente entre o norte e o sul, entre o centro e as periferias, mesmo no interior de cada país;
– A continuação da pilhagem e a reinvenção da servidão e escravatura mais o trabalho infantil, constituem realidades presentes nos países neo-coloniais armadilhados pela dívida externa e em consequência de governos que servem, muitas vezes, a lógica do imperialismo;
– A destruição dos ecosistemas e as poluições globais constituem o estado permanente do esgotamento e contaminação a que o actual modelo urbano-industrial sujeita a biosfera;
– O fim do estado providência deu lugar à destruição do serviço público;
– A mercantilização ocupou todas as esferas da vida; a troca especulativa hegemonizou o valor de uso;
– O estado-nação desapareceu para dar lugar aos novos patrões do mundo – as multinacionais.

Dentro do "paradigma" do **crescimento**, a economia reduziu-se a uma mera disciplina analítica. A biosfera, como ecosistema global, está ausente dessa disciplina. A integração da economia na bio ou ecoeconomia só muito recentemente foi considerada pelos economistas. O conceito de **bioeconomia** aparece com Nicholas Georgesku Röegen (1971) que iniciou esta problemática teórica entre a relação da economia com a natureza. Actualmente, são muitos os economistas nesta linha da ecoeconomia. Um dos mais conhecidos é Renné Passet, que, com os seus livros "L'economique et le vivant" e "A ilusão neo-liberal", contribuiu para alargar o olhar não reducionista da economia.

A teoria dos ecosistemas permitiu perceber os metabolismos circulares da natureza e entender também os fluxos económicos integrados no ecosistema em geral – biosfera. Por outro lado Serge Latouche desmistificou a "construção duma economia imaginada" ou seja "a invenção semântica" (Latouche, 2005) da economia clássica e neoclássica. Com efeito, essa economia tem como pressuposto ideológico uma percepção especificamente ligada à concepção da mundialização. Também Majid Rahnema (2003) desmistifica o conceito de "pobreza". Distingue a *simplicidade de vida* da pobreza fabricada socialmente para impor um "crescimento" gerador de miséria social em nome de miragens quantitativas do PIB. Estas miragens resultam da pior das colonizações: a colonização do imaginário. Majid Rahnema demonstra mesmo, com numerosos exemplos, que só a simplicidade permite uma riqueza de convívio, fraternidade e qualidade de vida. A "**simplicidade voluntária**" é apanágio dessa cultura de bem estar e de solidariedade desde que fique salvaguardada a resposta às necessidades básicas.

Foi com o triunfo duma física social e duma economização mecanicista da política e duma anti-ética baseada no egoísmo e na predação – darwinismo social – que se consolidou o conceito de crescimento económico, dominante no ocidente. Mas, paradoxalmente, foi também no ocidente que se gerou a crítica ao positivismo mecanicista. É cada vez mais crescente a defesa das relações simbióticas dos ecosistemas e começa-se a querer substituir a concepção "relojoeira do universo", tal como refere René Passet (1996, 2001).

Sobre o ponto de vista global da eco-economia, o que se passou?

a) A utilização das energias fósseis para a construção duma tecnosfera crescente (cidades/ indústrias/ construções em geral/ pavimentação de estradas, caminhos de ferro, etc.) delapidou os bens naturais da biosfera (água/ metais/ petróleo/ árvores/ animais/...).
b) Uma parte substancial desse **capital natural** foi transformada em estruturas mecânicas artificiais que constituem a tecnosfera actual, abrindo um fosso crescente entre o homem e a natureza.
c) Por outro lado é cada vez mais problemático dar resposta a uma população em crescimento exponencial, devido ao progressivo esgotamento dos bens naturais e sobretudo porque os bens de consumo disponíveis são acaparados por uma minoria, enquanto uma larga maioria é obrigada a viver com uma escassa parte do "bolo".

Os trabalhos de Paul Hawken, Amory Lovins e Hunter Lovins (Hawken e tal., 2006) sobre o capitalismo natural e ainda as investigações de Andrée Mathiew e de Mc Donought e Braungarten (McDonought, 2002), no domínio da construção/ território e design, mostram-nos que o desgaste dos bens naturais – "recursos" – tem esbanjado a reserva-herança do fundo natural criada ao longo de biliões de anos. Também se produzem mais lixos contaminantes do que aqueles que a natureza pode regenerar. O problema em termos eco-económicos é que os **serviços eco-sistémicos** da regeneração planetária que a natureza possui (florestas, terras húmidas, oceanos, estuários, etc.) que são **biofiltros** recicladores (autênticos orgãos desta fisiologia planetária) encontram-se obstruídos não dando resposta às necessidades exigidas pela regeneração do capital natural.

Como já dissemos, águas usadas e lixos entopem a biodepuração natural que foi agredida e mutilada pela intervenção antrópica da tecnosfera baseada em energias fósseis e em materiais poluentes. A questão central é:

a) Ecodesenvolver e bioregenerar os ecosistemas de bioregeneração que a natureza possui (reflorestar, melhorar as terras húmidas, renaturalizarcursos de água, etc.);
b) Transformar, no mais breve prazo possível, a tecnosfera e a tecnocivilização em ecotecnosfera e em ecotecnologia. Este foi o sentido das obras dos notáveis investigadores e pensadores desde o pioneiro Patrick Geddes (Boardman, 1978), Lewis Mumford (1992), Jacques Ellul (Porquet, 2003), Ivan Illich (1973), a Schumacher (1980). Uma nova ecocivilização terá de ser construída com essa atitude positiva face à GAIA – a bioregeneração.

Muitos dos ambientalistas ainda não perceberam esta atitude positiva na defesa da **bioregeneração dos serviços ecosistémicos,** só possível com a mudança desta tecnocivilização fóssil para uma ecocivilização. Têm muitas vezes uma atitude defensiva e malthusiana, assentando mais as suas práticas interventivas na **bioremediação**. Contudo, para nós, a bioremediação só tem sentido quando os "lixos" deixarem de ser lixos para se tornarem em nutrientes salubres, isto é, recicláveis e sem deixarem sequelas de contaminação.

Como veremos a seguir, o **decrescimento sustentável** só tem sentido como meio táctico de fazer retroceder a actual tecnosfera para dar lugar a uma eco-tecnosfera, acabando com a utilização das energias fósseis e dos materiais contaminantes e impedindo as injustiças flagrantes criadas pelo fosso entre as sociedades de esbanjamento e dominação sobre as sociedades dominadas e espoliadas.

Bioregenerar os **serviços ecosistémicos** é reflorestar, criar jardins filtrantes e desenvolver uma agro-ecologia criando metabolismos circulares de maneira a que todos os nutrientes retomem o ciclo natural em que nada se perde e tudo se transforma. A ecocivilização não pode ter "lixos". Os "lixos" não serão mais "lixos" mas sim nutrientes duma GAIA rejuvenescida.

Neste contexto bio-regenerativo, o problema demográfico não é o pesadelo que os neo-malthusianos nos querem fazer crer, mas sim a mudança estrutural da civilização que se tem de fazer antes de tudo. A regulação equilibrada entre população e disponibilidade da biosfera regenerada faz-se através de processos educativos e culturais, tendo em vista uma procriação consciente.

Concluindo, o capitalismo industrial com a sua tecnosfera está a destruir o capitalismo natural biosférico. Mantendo o sobreconsumo actual, a sociedade consumista endi-

vidou–se face ao **capital natural,** de que se tem servido, duma forma esbanjadora. Assim, o que chamamos "recur–sos" (petróleo, água potável, minérios, etc.) é uma renda que a humanidade recebeu como herança de 3,8 biliões de anos de vida do planeta. Esta renda, esgotável, está a ser delapidada. Tornou–se hoje, numa dívida que as gerações passadas contrairam. E, se não se mudarem os pressupos–tos dessa sociedade de colonialismo biosférico e de impe–rialismo sócioesférico, as gerações futuras serão expostas à penúria ou o que é mais grave ainda, à catástrofe e ao ecocídeo que as gerações de hoje ajudaram a multiplicar. O compromisso intergeracional rompe–se, deste modo duma forma definitiva.

O investimento intelectual ou seja, o capital "imaterial" na época informacional, ganha hoje, uma importância decisi–va. Esta noosfera consciencializa e revela as contradições entre o capital natural – biosfera– e o capital material – tecnosfera. E por sua vez é também maior a consciên–cia entre as contradições e desigualdades entre as classes sociais – sociosfera.

Tudo isto afecta de uma maneira crescente a gestão saudável e harmónica entre o homem, a natureza e a técnica. Todavia, essa noosfera permitiu a noção de **bem comum**, ou seja do interesse público, sobretudo quando nos referimos à crise ecológica em que nos encontramos. Esta crise ecológica planetária gera amplas plataformas unitárias na defesa de um **bem comum** pela **sobrevivência** da humanidade que corre graves riscos n actual modelo civilizacional. Assim, começa a ser aceite, transversal–mente, como imprescindível, a necessidade da transfor–mação da tecnologia em ecotecnologia, da megamáquina cidade em ecourbanismo e da construção contaminante em ecoconstrução ecologicamente sustentável. O estudo dos metabolismos e a compreensão da pegada ecológica, revelam insustentáveis situações de desigualdade, injusti–ça e exclusão social.

Porém, não tenhamos ilusões: esta causa comum da sobrevivência da humanidade sofre o olhar interessado e interesseiro daqueles que "ganham" com as desigualda–des e injustiças, embora eles ganhem só a curto prazo, no actual sistema de crescimento. Não assistiremos contudo a nenhuma implosão do sistema enquanto essa minoria continuar a ter a capacidade de reproduzir o "modelo" civilizacional e a maioria não for capaz de implementar, progressivamente, um outro mundo possível.

Nesta óptica nasceu o projecto alteromundialista em que é possível assistirmos a várias lógicas diferenciadas de reformistas e radicais que se empenham na mudança da tecnosfera em ecotecnosfera tentando, independente–mente dos contextos, implementar experiências exempla–res que concorram para revelar um outro mundo possível desde já. Ao mesmo tempo, na socioesfera, os direitos sociais e a regulamentação em prol da *causa comum pla–netária* tenderá, no futuro, a tornar ilegal todas as práticas egoístas e suicidárias que levam ao ecocídio da espécie humana. Para que se possam isolar essas práticas egoís–tas e ecosuicidárias vai ser necessário o aparecimento de plataformas reivindicativas, redes de activistas ecológi–cos e as referidas múltiplas experiências exemplares que possam permitir a visualização concretizada de um outro modelo de civilização possível. Reduzir, reciclar, renovar, reutilizar e repensar tenderão a ser acompanhados pela legislação. Por exemplo, os acordos de Kioto e os movi–mentos gerados a partir desta causa comum, poderão ser o nascimento de uma tentativa de participação em novos acordos para a regulação, visando uma harmonização entre a tecnosfera e a biosfera. Mas todos têm de estar comprometidos e não podem estar ausentes, como é o caso actual dos Estados Unidos da América que são res–ponsavéis por 1/3 das emissões de gases com incidência nas mudanças climáticas.

2. O DECRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Só com uma abordagem epistemológica da eco–economia se poderá empreender a crítica do crescimento económico e adoptar a estratégia do ecodesenvolvimento. Porém, o conceito de ecodesenvolvimento tem sofrido também atribulações epistemológicas.

Esta nova concepção, que subentende a bioeconomia, recebeu múltiplos ataques e deturpações. Já em 1974 quando o Clube de Roma se pronunciava criticamente

sobre o mito do crescimento face aos recursos limitados do planeta (tornando assim inviável esta concepção como objectivo planetário) Ignacy Sachs viu retirarem do texto das Nações Unidas o conceito de ecodesenvolvimento que propusera. Henry Kissinger intervira pessoalmente para vetar o termo de ecodesenvolvimento (Naredo, 1996).

Nessa altura, para edulcorar a noção de crescimento, começou a falar-se em desenvolvimento sustentado ou simplesmente sustentabilidade. Com este eufemismo de sustentabilidade o referente "eco" da biosfera ficou anulado. Permitiu-se assim confundir concepções teóricas antagónicas.

Com esta banalização da palavra *sustentabilidade* a economia continuou reduzida a uma técnica contabilística escamoteando a importância duma ruptura entre a visão mecanicista do mundo e uma visão ecosistémica. A biosfera não é tida em conta como "alma mater" de todo o processo económico.

Por outro lado, a visão desta economia neoliberal não leva em conta a vida real das pessoas. A política reduz-se a um marketing de caça aos votos. O crescimento visa apenas os lucros duma minoria cada vez mais concentrada e instalada no poder, alheia aos impactos da fossilizada tecnosfera nos ecosistemas.

Por um lado produzem-se necessidades artificiais e compulsivas que geram destruição enquanto as necessidades básicas (alimentação, saúde e cultura) não são satisfeitas em largos sectores da sociedade.

Assim o actual processo civilizacional, hegemonicamente orientado numa perspectiva neo-liberal, produz exploração e exclusão social ao mesmo tempo que esgota e contamina a biosfera.

"16% da população mundial gasta 86% dos bens de consumo, enquanto que 84% da população mundial sobrevive apenas com 14% dos bens disponíveis." (Laslo, 2004, p.11) Note-se que este fosso tem vindo a crescer duma forma constante, mostrando o carácter concentracionário do capitalismo e suas consequências:
. O centralismo;
. A divisão técnica e social do trabalho;
. Uma tecnosfera fóssil, esbanjadora e contaminante;
. O desenvolvimento desigual das regiões, países e continentes;

Todos estes fenómenos são responsáveis pelos fluxos migratórios de sobrevivência, pelo desemprego e pela concentração de riquezas num lado e miséria no outro, pela formação de ditaduras políticas e genocídios globais, pela "pegada ecológica" entre a cidade e o campo, pelo saque das riquezas naturais de uns países sobre outros países, de regiões sobre outras regiões.

Para que esse processo autofágico, social e ecologicamente, não se torne irreversível para a humanidade é necessário um modelo civilizacional que regenere o **capital natural.** Como temos vindo a dizer, para isso é necessário criar um metabolismo biológico circular que permita reciclar os nutrientes invertendo o processo linear de esgotamento e contaminação. É também necessário que o metabolismo técnico seja reutilizável de maneira a que possa servir uma nova ecotecnosfera.

O conceito pedagógico de "pegada ecológica" dos Professores Matis Wackernagel e William Rees (Wakernagel, 2005), fundamentado também pelo World Wide Fund (WWF), pelo Guia dos Recursos Mundiais (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e ainda pelo Banco Mundial revela-nos que o norte-americano médio necessita de 9,6 hectares bioprodutivos para o seu consumo, enquanto uma grande maioria de povos africanos e asiáticos não atinge 1 ha.

A "pegada ecológica" mundial já ultrapassou a capacidade biológica da terra em produzir bens e absorver lixos. Ela sobreconsome. Vive acima dos seus recursos e das reservas naturais.

Se se generalizasse a utilização massiva das energias fósseis e matérias-primas a toda a humanidade, para se atingirem os consumos médios idênticos aos do cidadão norte-americano, seriam necessários 3 planetas idênticos à terra... Isto já foi reconhecido por muita gente, até mesmo pelo Presidente francês Jacques Chirac!

Por isso, os imperativos sociais e ambientais obrigam a uma mudança civilizacional para a sobrevivência da humanidade. Porém, o desenvolvimento ecologicamente sustentado só pode implantar-se com o decrescimento sustentado ou seja, a progressiva eliminação das fontes de energia fóssil e da produção de materiais esgotantes e contaminantes. Esta temática de decrescimento tem uma difícil aceitação pela eventual ambivalência semântica do seu discurso. Porém, se analisarmos geopoliticamente o mundo, apercebemo-nos, de imediato, que existem duas configuraçãos de países fáceis de localizar no mapa. A faixa de países no hemisfério norte, países que obtiveram maior crescimento, chamados também países ricos, coincidindo no geral com o G8, apresentam maior índice de esbanjamento e poluição. A "pegada ecológica" dessa faixa de países revela os **grandes devedores ecológicos**. É visível, nesta relação do mapa-mundi ecológico, que tais países ao bombearem as riquezas biosféricas para seu proveito tecnosférico, têm uma quota de contaminação do planeta substancialmente maior que outros países. É natural pois que sejam responsabilizados por essa situação. Por isso, embora os atentados ecológicos não se possam analisar pelo espartilho quantitativo e mercantil (pois está em jogo a vida da humanidade e já vimos o quão preverso e imoral pode ser o conceito de poluidor/pagador) importa que as instâncias políticas e internacionais imponham rapidamente a esses países esbanjadores os imperativos para a recuperação de áreas degradadas ecologicamente a nível planetário e obriguem também à redução dos gastos de energia fóssil e materiais não recicláveis.

Para isso, é imprescindível a eliminação de necessidades secundárias e artificiais empoladas pela sociedade de consumo. O descrescimento sustentável não é feito numa lógica de decrescimento por decrescimento. É a redução e metamorfose de um processo produtivista insustentável para dar lugar ao desenvolvimento ecologicamente sustentável. É permitir o aparecimento de uma ecotecnosfera baseada nas energias renováveis, no metabolismo biológico circular capaz de reciclar e regenerar o capital natural planetário. É criar o metabolismo ecotecnológico capaz de reutilizar, no circuito intergeracional, os bens artificiais criados ao longo do processo de humanização.

Esta ecocivilização é uma civilização oposta à civilização do "ter", consumista e predadora. A eco-civilização valoriza a dimensão da conviabilidade, do alargamento da consciência e da criatividade, próprias duma civilização e cultura do "ser", como dizia Erich Fromm (2005).

Neste sentido o **decrescimento sustentável** é um **meio**, um processo imprescindível para fazer surgir, duma forma saudável, o desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Nas palavras de Pierre Rabhi (2006) aparece claramente uma nova ética: "No contexto actual, o decrescimento sustentável, longe de ser uma alternativa regressiva, é um verdadeiro progresso, fundado na escolha de uma lógica que põe finalmente o homem e a natureza no centro das suas preocupações. A economia, a ciência e a técnica, assim como todos os saberes estão ao serviço do homem e da natureza.

Contrariamente a um sistema de exclusão, totalitário e cada vez mais concentracionário, condenado à asfixia, o decrescimento sustentável abre o caminho da criatividade extremamente fértil, à escala humana implicando cada vez mais gente. No entanto, esta opção não terá sucesso se não houver um comportamento individual baseado na moderação e auto-limitação como uma ética de vida e fonte de satisfação interior."

Não interessa ascender a um **crescimento miragem** baseado em competitividades que apenas destroem os bens naturais e aumentam a exclusão social. O choque tecnológico deveria ser ecotecnológico. A ciência e tecnologia deveriam tornar-se em ecotecnologia e os desígnios contabilísticos de critérios quantitativos deveriam substituir-se por mudanças qualitativas de qualidade de vida, de solidariedade, de criatividade e conviabilidade.

3. O DESENVOLVIMENTO ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento ecologicamente sustentável não é uma ideologia pré-estabelecida, um modelo fechado e estático que se possa impor do dia para a noite.

A actual tecnosfera construída sobre os pilares da *energia fóssil* e alicerçada em grande parte de *materiais não recicláveis e não reutilizáveis*, funcionando num metabolismo linear mecanicista, gerador de lixo e de esgotamento de recursos naturais tornou-se inadequada e inviável face à biosfera e aos limites dos bens naturais:

1. A água potável tem vindo a decrescer e metade das terras húmidas desapareceram desde o século passado;
2. A desflorestação tornou-se contínua, destruindo a biodiversidade e as potencialidades agro-ecológicas. Durante o séc. XX metade das florestas foram cortadas;
3. 70% das reservas de peixe do mar estão esgotadas (World Resources Institute, 2000);
4. As poluições globais têm originado sucessivas catástrofes que contribuem para as perturbações climáticas;

Urge portanto substituir esta tecnosfera por uma ecotecnosfera capaz de não colidir com a biosfera. Para isso é essencial estabelecerem-se, a vários níveis, **processos de transição**. Esses múltiplos processos de transição têm que se desenvolver através de um amplo movimento cultural e educativo e com numerosas experiências exemplares: novas escolas, instituições e empresas, em articulação simbiótica e sinergética de modo a que se possam estabelecer profundas mudanças epistemológicas e culturais, científicas e sociais, não apenas a nível das opiniões mas sobretudo na criação de novas atitudes e comportamentos.

Importa substituir todo o paradigma tecno-científico por uma eco-tecnologia baseada em energias renováveis e materiais recicláveis.

Este novo processo, que consiste em valorizar a visão ecosistémica planetária, exige a ultrapassagem do cartesianismo, do ocidentalocracismo e da sociedade de consumo. De facto, o antagonismo entre o actual modelo da tecnosfera e a biosfera, está cada vez mais consciencializado nos cientistas, técnicos e também na população em geral. Existe, portanto, um número cada vez maior de cidadãos envolvidos nesta frente ecológica pois ela é transversal a todas as camadas sociais.

Isto equivale a acabar com o lixo instaurando um processo de metabolismo circular:

1. O lixo deve deixar de ser lixo para passar a ser **nutriente**;
2. O metabolismo do chamado "lixo orgânico" passa a ser **nutriente** biológico da agroecologia e dos ciclos naturais da biosfera;
3. Os lixos tecnológicos passam a ser **nutrientes** da ecotecnosfera que recicla e reutiliza toda a logística tecno-civilizacional num processo de metabolismo técnico circular;

Os diversos grupos sociais, independentemente das relações sociais de interesse, privilégio e poder em que se situam, têm objectivamente uma plataforma comum na sobrevivência. A necessidade de mudança do actual paradigma tecnocientífico para o paradigma ecotecnológico é assim comum a toda a humanidade.

Esta estratégia de ecologizar a civilização tem já numerosos exemplos que prenunciam, com mais ou menos radicalidade, as transformações cada vez mais imperiosas deste actual modelo tecnocivilizacional insustentável.

O resultado do desenvolvimento das investigações da ecotecnologia e as experiências de novas práticas de urbanização e de agroecologia, apontam para a demonstração de que "um outro mundo é possível".

Neste processo de transição empenham-se sensibilidades diferentes e iintenções diversas:
– Uns pretendem inovação e obtenção de novos lucros;
– Outros aspiram ao reformismo social desejando evitar o risco ambiental que julgam ser fatal
– Outros ainda aspiram a soluções simultâneas de adequação ecotecnológica à biosfera e de uma maior justiça na socioesfera.

Vamos aqui analisar algumas experiências em que essas diversas estratégias se articulam, mais ou menos coerentemente, visando uma aspiração comum. São experiências com orientações estratégicas diferentes, em situações económicas e sociais não comparáveis. De qualquer modo a reflexão sobre estas múltiplas experiências ajudam-nos a aprender a aprender.

ESTUDO DE CASOS

Experiências exemplares para reflexão:

1. Um Atelier de Ecoconcepção em Design, Arquitectura e Urbanismo

O arquitecto americano McDonought e o químico alemão Braungarten trabalham em equipa nos E.U.A., Europa e até mesmo na China, revelando que a sua prática interventiva é autónoma da formação económico-social dos países e da sua governação.

McDonought, que se auto denomina ecoarquitecto e eco-designer, pertenceu desde jovem à organização Greenpeace e ainda hoje pretende intervir com a mesma coerência de militante ecológico nos projectos verdes que propõe.

Deseja, em primeiro lugar, solucionar a contradição principal que julga situar-se entre o fosso cada vez mais antagónico da dissipativa tecnosfera dominante e a biosfera cada vez mais limitada em bens comuns. No seu livro "The next industrial revolution" considera essencial promover ecotecnologias e formas de ecourbanismo e de ecoarquitectura.

Toda a sua filosofia consiste em substituir "lixos" por nutrientes, materiais poluitivos por materiais biodegradáveis e reutilizáveis, energias fósseis por energias renováveis.

Aceitando antes de tudo resolver a contradição principal já referida, tecnosfera/biosfera, propõe-se mesmo criar "um bom design que é também bom para os negócios". Pretende assim o empenho das empresas multinacionais e outras assim como dos governos, quaisquer que sejam as orientações políticas, num mesmo objectivo comum de gestão harmónica entre a biosfera e a civilização.

Com Michael Braungarten, seu colaborador próximo, escreve um outro livro, "Cradle to Cradle" (2002) estudando o ciclo do metabolismo tecnológico e do metabolismo orgânico. Propõem-se, através de sistemas de biodepuração, integrar circularmente o metabolismo orgânico de modo a constituir-se uma regeneração constante do capital natural. Por outro lado o metabolismo tecnológico insere-se num fluxo, também circular, que permite a reciclagem e a reutilização dos materiais, integrando-os num processo ecoindustrial.

A filosofia deste gabinete de concepção levou-os à construção de uma ecocidade modelo, na China. Os vários tectos verdes, interligados, permitiram uma larga área de recepção de água pluvial, sistemas de bioclimatização e ainda uma zona de produção de arroz.

Note-se que a China tem vindo a procurar sistemas para um futuro urbanismo sustentável. Dongtan é um projecto de cidade sustentável, considerada a primeira cidade ecológica, junto da periferia de Xangai. A empresa Arup e vários arquitectos mundiais são parceiros associados a esta estratégia que visa baixos consumos e a utilização de energias renováveis. Este projecto estará acabado em 2010, durante a exposição de Xangai e permitirá mostrar várias ecotecnologias como a purificação a água, a paisagem biodiversiva e a bioclimatização dos edifícios construídos com materiais recicláveis.

Nos E.U.A., na antiga fábrica Ford, no Michigan, estão a depurar uma larga zona poluída nas águas, no solo e na atmosfera, através de sistemas construtivos com materiais recicláveis e reutilizáveis onde se inserem protótipos de energias renováveis.

2. BedZed – um eco-bairro da perifieria de Londres

Um conjunto de cerca de 100 apartamentos foram concebidos pela equipa do arquitecto Bill Dunster. Esta edificação é dirigida a uma população maioritariamente com recursos modestos. Este eco-bairro é composto por alojamentos, escritórios, lojas, equipamentos sócio-culturais e serviços multiusos. Foi financiado pela Fundação Peabody, baseando-se em princípios de desenvolvimento ecologicamente sustentado, mostrando a possibilidade de construir a preços acessíveis e com baixos custos de manutenção uma excelente qualidade de vida. Devido a um conjunto de outras iniciativas, os preços de aluguer ou compra de apartamentos (existem as duas possibilidades) acabam por ser mais baratos do que os do mercado imobiliário tradicional.

Este eco-bairro constitui-se a partir dos seguintes princípios:

a) utilização de materiais naturais, recicláveis e reutilizáveis;
b) consumo de energias renováveis (solar, eólica e biomassa);
c) bioclimatização do edifício privilegiando soluções passivas em detrimento de equipamentos sofisticados: articulam-se técnicas de isolamento térmico (paredes com cerca de 50 cm de espessura feitas com materiais isolantes no interior) com ventilação natural, tectos verdes, recolha de águas pluviais para reabastecimento das habitações, reciclagem das águas usadas através de jardins filtrantes que, graças aos sistemas depuradores, são recuperadas e reutilizadas nas regas dos espaços verdes. A orientação dos edifícios, as estufas e a implantação de um sistema geotérmico com bombas de recuperação térmica e a organização dos espaços arbóreos envolventes, reforça o sistema bioclimático.

A pequena central energética utiliza painéis fotovoltáicos para a produção de energia eléctrica, acumuladores termosolares para a água quente, uma caldeira térmica funcionando a lenha resultante da limpeza da floresta e uma eólica. Estes são os constituintes da produção energética, feita em BedZed e com ligação à rede energética central, da cidade.

Os carros utilizados neste eco-bairro são eléctricos e consomem a energia produzida em BedZed.

Estas medidas intrínsecas ao projecto da responsabilidade do arquitecto Bill Dunster, inserem-se ainda noutras medidas socioculturais que os moradores organizaram. Assim, favorecendo a economia regional e poupando no custo dos transportes (prosseguindo com a filosofia do arquitecto Bill Dunster que construíra com materiais da zona), os habitantes realizam uma economia de proximidade: os bens alimentares são provenientes das zonas circundantes.

Em BedZed estabeleceram-se sistemas de múltiplo apoio em relação aos agricultores ecológicos locais, baixando os custos e aumentando a qualidade dos produtos. Note-se que na Inglaterra, a média dos componentes de uma refeição percorre cerca de 3200 km antes de chegar à mesa do consumidor.

3. Um Eco-Parque Industrial na Dinamarca
Em Kalungborg, pequena cidade dinamarquesa de 20 mil habitantes, perto de Copenhaga, construiu-se um parque ecotecnológico numa estratégia simbiótica que interliga interesses complementares, uma central eléctrica, uma refinaria, uma fábrica de construção, um complexo farmacológico e a municipalidade. A esta matriz inicial têm-se vindo a agregar outras empresas que, com novas sinergias, aumentam a simbiose industrial trazendo benefícios nos multiusos das diferentes estruturas produtivas. A fertilização da terra e a alimentação de animais faz-se graças à biodegradabilidade do fluxo orgânico. O vapor de água, proveniente da empresa eléctrica, permite o aquecimento geotérmico dos edifícios da comunidade e ainda o aumento térmico dos tanques de piscicultura. As estufas de horticultura beneficiam também do fluxo circular entre os detritos da alimentação provenientes das cantinas, o estrume e os serviços de compostagem.

Podemos resumir esta filosofia do seguinte modo:
– Construção de modelos topológicos, través de organigramas funcionais em que se estabeleceram diagramas de afinidades;
– Inteligência simbiótica das funções interligadas gerida por um gabinete de especialistas de simbiótica industrial. Trata-se, no fundo, de criar uma inteligência colectiva que abre perspectivas duma nova actividade industrial como uma "cadeia alimentar" de modo a obter a máxima eficácia com os menores custos (gastos energéticos e de materiais).

Note-se, contudo, que esta organização produtiva não foi feita de raíz. Ela intervém no sentido de "remediar" situações não ecológicas procurando num processo de transição usar meios de "bioremediação".

Num processo ideal, em que o sistema surgisse de raíz, as várias empresas funcionando em simbiose, deviam ser elas próprias ecotecnológicas e ecoprodutivas. Nesse sentido a ecosimbiose prevenia desde a origem os problemas que surgem a jusante. Contudo, é útil também pensar-se, quando não existem possibilidades profilácticas, bioremediar doenças criadas pelo processo industrial contaminante.

Esta experiência na Dinamarca teve também repercussões na proposta para uma "city of tomorrow" Bo01, que se está a construir em Malmo, na Suécia. Trata-se de um projecto em que, para além do aproveitamento de sinergias indus-

triais, actividade simbiótica dos principais agentes produtivos da cidade, se realizou uma intervenção de grandes repercussões no domínio da aquitectura e do urbanismo. Participaram neste projecto arquitectos importantes: Calatrava, Wingara, Ralph Erskine, etc. Os edifícios são de materiais naturais e recicláveis e o projecto arquitectura e urbanismo está a ser feito de modo a que haja uma maior socialização dos moradores, num contexto paisagístico com percursos pedonais, parques e jardins biodiversivos. Os edifícios são bioclimatizados graças a este contexto paisagístico e ainda a uma tecnologia passiva bioclimática. A energia é produzida essencialmente graças a uma das mais potentes eólicas da Suécia que, em conjunto com a utilização da energia solar, abastece a nova cidade construída sobre a velha cidade industrial de Malmo.

4. Curitiba – Uma Eco-Pólis no Brasil

A cidade de Curitiba, no Brasil, é um exemplo que articula uma visão ecotecnológica com a implementação simultânea de uma política social, educativa e ambiental.

Configura-se, assim, um desejo de mudança na tecnosfera graças à intervenção social no sentido de mitigar a pobreza e fazer de cada cidadão um gestor consciente da sociedade e do território.

Os princípios básicos do funcionamento de Curitiba são os seguintes:

. O lixo não é lixo. Esta asserção traduz-se nas seguintes acções:

a) Câmbio verde

Trata-se da montagem de um circuito (fluxo) de camiões camarários que circulam em diversas estações de recolha (ecopontos) ligados aos serviços de reciclagem e reutilização que, por sua vez, se conectam aos lugares de compostagem e às hortas. Os nutrientes, o chamado "lixo" que não é lixo, são recolhidos nos ecopontos espalhados pelos bairros com a iniciativa dos utentes – o nutriente orgânico, depois de compostado, constituirá a adubagem da actividade rural. Em troca, os cidadãos que participaram na recolha desses nutrientes, "lixo" recebem géneros alimentares. Exemplo: 4Kg de nutrientes orgânicos equivalem a 1Kg de alfaces;

b)Câmbio técnico

Os nutrientes técnicos, lixo que não é lixo, inorgânico (papel, garrafas e objectos metálicos, etc.) são sujeitos a uma reciclagem e reutilização, nomeadamente por empresas locais, permitindo aos cidadãos que os recolheram, receberem em troca, cadernos, livros, bilhetes de espectáculo e de transportes colectivos;

. A municipalidade de Curitiba estabelece uma prática de cidadania em que várias actividades revelam uma grande preocupação teórica e prática na consciência ecológica e solidária das populações. Transformar uma pedreira abandonada num lago de bioclimatização para a ópera de arame, construída sobre esse lago e a universidade livre do meio ambiente que recupera os antigos postes telefónicos de madeira na sua construção são exemplos dessa prática de cidadania. Neste centro dá-se formação aos cidadãos e aos funcionários municipais no sentido duma melhor participação no projecto municipal. Note-se ainda que a Universidade de Curitiba desenvolve um ensino de grande qualidade no domínio do desenvolvimento ecologicamente sustentado.

No desenvolvimento do apoio mútuo entre os cidadãos e a municipalidade, criou-se também o câmbio de serviços.

Assim, a municipalidade organiza uma simbiose entre ela e os seus citadinos com várias actividades como por exemplo:

. As escolas e liceus cultivam e tratam dos jardins públicos aprendendo botânica e fazendo uma educação prática ambiental. As famílias desses jovens obtêm em troca vasos com plantas medicinais e aromáticas que propiciam uma terapêutica natural.

. A municipalidade planta árvores nos passeios para que dêem sombra às casas e pessoas e os moradores cuidam dessas árvores (regam, etc.). "Nós damos sombra por água".

. A municipalidade criou, através do conceito do *farol do saber*, um conjunto de clubes sociais (instalações de serviços múltiplos). Aí interligam-se, duma forma organizada várias actividades que se complementam e permitem a ajuda mútua entre as pessoas. Assim a polícia municipal protege

as crianças nas actividades de tempos livres durante o dia e de noite asseguram as múltiplas actividades feitas pelos adultos (biblioteca, acções formação, espectáculos etc.). Assim, desenvolve-se um novo civismo entre a instituição camarária e as famílias, salvaguardando a segurança dos citadinos. Por outro lado, os espaços públicos são utilizados em horas diferentes consoante as necessidades das comunidades, rentabilizando os meios logísticos existentes.

A cidade é um ecosistema em que todos participam na gestão e na pilotagem dos diferentes projectos e a formação ambiental é um pilar fundamental dessa ecocidadania num processo de articulação harmónica entre interesses e aspirações, necessidades e desejos (Rodrigues, 2006).

5. Uma Eco-Comunidade em África: Centro Songhai no Benim

O Centro Songhai foi criado pelo frade católico Godfrey Nzamujo. Este padre de origem nigeriana, estudou nos E.U.A. agronomia, economia e informática. Em 1985 estabeleceu-se no Benim onde croncretizou um Instituto Africano de tipo novo que tem relações internacionais. Iniciou-se com uma escola-quinta na periferia de Porto Novo vindo a alargar a sua actividade a vários sítios do Benim e noutros pontos de África.

A sua actividade centrada essencialmente na formação agroecológica, garante um desenvolvimento baseado na criação simbiótica de ecosistemas complementares.

As actividades de produção do sector primário (vegetal, animal e piscícola) articulam-se com as actividades de transformação (sector secundário) onde o instrumental ecotecnológico permite transformar a produção agroecológica e comercializar em seguida os produtos elaborados pelos próprios alunos que fazem uma formação global.

Essa formação propõe uma reflexão sobre os caminhos do desenvolimento para África, permite a aquisição de competências em várias áreas (agricultura, pecuária, tecnologia e informática) visando a autonomização e a ajuda mútua. O desenvolvimento pessoal e social assim como a competência profissional conseguem, na simplicidade de meios, promover bem-estar, qualidade de vida, conviabilidade e riqueza espiritual.

Nzamujo escreveu o livro "Quando a África levanta a cabeça" (Nzamujo, 2002). Nesse livro perpassam as esperanças duma África renovada, abandonando o ostracismo e a destruição a que tem sido sujeita. O carácter extraordinário deste livro é que revela um conjunto de soluções concretas e metodologias eficazes que estão na base do sucesso desta experiência.

O Centro de Songhai, embora contando especialmente sobre as suas próprias forças, não é uma experiência ensimesmada em si própria. Ela tende a reproduzir-se noutros locais, como já vimos, à medida que vai consolidando cada núcleo. Por isso, Songhai existe agora em vários locais de Benim e está já a implantar-se noutros países de África.

A federação entre esses núcleos e também o contacto do Centro Songhai com organizações congéneres à escala mundial, permite um alargamento da consciência e aprender com os outros. Também permite uma maior solidariedade e cooperação.

O Centro Songhai está particularmente ligado aos grupos de formação da Igreja Católica, em especial a Universidade Católica de Lyon, em França, bem assim como a organizações ligadas ao desenvolvimento local.

Formação, documentação e cooperação descentralizada, constituem o eixo decisivo dos contactos que mantém com instituições como o IRFED, CIEDEL e RITIMO.

O contacto informático, as fichas de formação, os cursos, os estágios e os vídeos, são todo um conjunto de instrumentos pedagógicos que mutualizam informações e competências no domínio do desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Graças a esta abertura na troca de saberes e experiências, Songhai participa também em práticas de inovação tecnológica e agro-ecológica. Neste domínio fazem-se várias experiências, nomeadamente a produção de espirulina e a plantação de moringas. A espirulina, alga muito nutritiva e vitamínica, ajuda na luta contra a forme. E a árvore moringa, adaptável a terreno pobres, potencia possibilidades nutritivas, humanas e pecuárias, através das folhas e dos frutos, facilitando ao mesmo tempo a melhoria dos solos

e (graças às propriedades filtrantes das sementes) depura as águas residuais.

Estes casos aqui apresentados estão *"situados"* em contextos específicos, que os diferenciam. Face a estas experiências, pretendemos uma apreciação polifónica que permita, mesmo com as diferenças sócio-ideológicas, aprender.

Alguns destes casos alinham-se num plano da remediação ecológica. Outros são mais regenerativos e levantam questões de fundo em relação ao desenvolvimento.

Tendo em conta as condições sócio-políticas destas experiências, elas têm maior ou menor incidência no plano local ou na estratégia global.

Não são modelos únicos. Expressam acções que terão de ser assumidas no seu todo ou na sua especificidade.

Constituem, contudo, uma possibilidade de mudança de paradigma com diferentes qualidades e desigual intensidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATESON, Gregory (1977). "Vers une ecologie de l'esprit". Paris, Ed. Seuil.

BETTINI, Virginio. Org. (1998). "Elementos de ecologia urbana". Madrid, Ed. Trotta.

BOARDMAN, Philip (1978). "The worlds of Patrick Geddes: Biologist, Town Planner, Re-educator, Peace-warrior". London, Routledge and K. Paul.

DESCARTES, R. "Discours de la Méthode". Ed. Pléiade.

FROMM, Erich (2005). "To have or to be". New York, Continuum International Publishing Group.

HAWKEN, Paul, LOVINS, Amory e LOVINS, L. Hunter (2006). "Natural Capitalism". Rocky Mountain Institute, Snowmass, Ed. Rocky Mountain Institute.

ILLICH, Ivan (1973). "La convivialité". Paris, Editions du Seuil.

LASLO, Ervin (2004). "Tu puedes cambiar el mundo". Madrid, Ed. Nowtilus.

LATOUCHE, Serge (2005). "L'Invention de l'économie". Paris, Ed. Albin Michel.

LEVY, Pierre (2002). *"Cyberdemocracy"*. Paris, Ed. Odile Jacob.

MAATHAY, Wansari Muto (2005). "A professora que ensina o caminho ecológico da paz". (em linha). Dosponível em <http://www.rvb.jor.br/wangari.htm>. (Consultado em 11/11/2006)

MATHIEW, A. (1997). "L'Agora".vol. 4, nº3.

MCDONOUGHT, W. e BRAUNGART, M. (2002). "Cradle to Cradle: Remaking the Way We Make Things". New York, Ed. North Point Press.

MORIN, Edgar (2002a). "Reforma do Ensino". Lisboa, Ed. Inst. Piaget.

MORIN, Edgar (2002b). "Reformar o Pensamento: A Cabeça bem Feita". Lisboa, Ed. Piaget.

MORIN, Edgar, et al. (1999). "Relier des connaissances". Ed. Seuil, Paris

MORIN, Edgar. "La Méthode". Paris, Ed. Seuil.

MUMFORD, Lewis (1992). "Cidade na História". S.Paulo, Ed. Martins Fontes, 1992

NAREDO, José Manuel (1996), "Sobre el origen, el uso y el contenido del término sostenible" (em linha). Disponível em <http://habitat.aq.upm.es>. (Consultado em 11/11/2006)

NICOLESCU, Basarab (2000). "Transdisciplinarity-transdisciplinarité". Lisboa, Ed. Hugin.

NICOLESCU, Basarab (2001). "Manifesto da transdisciplinariedade". S.Paulo, Ed. Triom.

NZAMUJO, Godfrey (2002). "Quand l'Afrique relève la tête". Paris, Ed. Cerf.

PASSET, René (1996). "L'Économique et le Vivant". Paris, Economica.

PASSET, René (2001). "A Ilusão neo-liberal". Lisboa, Ed. Terramar.

PELT, Jean-Marie (1991). "A Natureza Reencontrada".Lisboa, Ed. Gradiva.

PORQUET, Jean-Luc (2003) "Jacques Ellul, l'homme qui avait presque tout prévu". Paris, Ed. Le cherche midi.

RABHI, Pierre (2006). "Revue Terre et Humanisme". Ed. Terre et Humanisme.

RABHI, Pierre e HULOT, Nicholas (2005). "Graines de Possibles". Paris, Ed. Calmann-Lévy.

RAHNEMA, Majid (2003). "Quand la misère chasse la pauvreté". Babel, Ed. Fayard/Actes Sud.

RODRIGUES, Jacinto (2006). "Sociedade e Território-Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado". Porto, Profedições.

RÖEGEN, Nicholas Georgescu (1971). "The entropy law and the economic process". Harvard, Harvard University Press.

ROSNAY, Joel (1975). "Le Macroscope". Paris, Ed. Seuil.

SCHUMACHER, E. F. (1980). "Small is beautiful". Lisboa, Ed. D. Quixote.

VERNADSKY, Vladimir (1929). "Biosphere". Paris, Ed. Felix Alcan.

WAKERNAGEL, Matis e REES, William (2005). "Notre Empreinte Ecologique". Paris, Ed. Eyrolles.

WELTER, Volker M. (2002). "Biopolis, Patrick Geddes and the City of Life". Cambridge, The MIT Press, 2002.

WORLD RESOURCES INSTITUTE (2000). A Guide to the World Resources 2000-1: People and Ecosystems, The Fraying Web of Life.

Um caso de reutilização de património arquitectónico industrial. O Museu da Indústria de Chapelaria de S. João da Madeira

Sérgio Lira [1]
Universidade Fernando Pessoa

RESUMO

O encerramento de uma unidade industrial que construiu um edifício próprio aquando do início da sua actividade, e que com ele cresceu ao longo de muitas décadas de laboração, é um momento especialmente delicado no que respeita ao destino das instalações. Assim foi com a Empresa Industrial de Chapelaria, fundada em S. João da Madeira na segunda década do século XX e encerrada na última década desse século. O edifício era, à data do encerramento, já apenas um objecto truncado, mas, ainda assim, de um interesse significativo. Neste artigo pretende-se dar notícia do processo de reutilização desse espaço, para aí instalar o Museu da Indústria de Chapelaria, inaugurado no ano de 2005.

PALAVRAS-CHAVE

Património Industrial; Arquitectura industrial; Museu de Indústria

ABSTRACT

The closing of an industrial unit, which worked inside a specific building for the period of its existence, is a problematic moment from the industrial heritage preservation point of view. That was the case of the Empresa Industrial de Chapelaria, the main hat industry enterprise of S. João da Madeira (North of Portugal). That enterprise was founded in the early years of the 20th century and ended its activity during the last decade of that century. By that time, the original building did no longer exist as a complete piece but the remaining section was still a significant object in terms of industrial heritage. The main goal of this paper is to describe and comment the process of reusing that building to install the Hat Industry Museum.

KEY-WORDS

Industrial heritage; industrial architecture; Industrial Museum

Nos finais da década de 1990 o Município de S. João da Madeira tomou a decisão de avançar com um projecto que já acalentava há algum tempo: um museu que celebrasse a actividade industrial da chapelaria do Concelho, velha de muitas décadas e notória tanto a nível regional quanto nacional.

Tal projecto tinha já suscitado por parte da autarquia a aquisição de um edifício e de espólio, resultantes, um e outro, do fim de uma das mais significativas empresas de S. João da Madeira, a *Empresa Industrial de Chapelaria*, também conhecida no meio local como a "Empresa" ou a "EICHAP"[2]. O edifício, se bem que truncado de dois terços da sua estrutura original (da planta quadrada de pátio central restava apenas o corpo voltado à rua – ver foto 1) era ainda uma peça extraordinária em termos de arquitectura industrial. Aliás, a parte restante do edifício fora a sua ala nobre, voltada à rua/estrada nacional. Nessa ala haviam estado instaladas algumas das funções vitais da fábrica, como escritórios e áreas de laboração industrial, e ainda zonas de armazenagem. Havia, portanto, um local físico para criar uma unidade museológica. Faltava, entre outros aspectos que não serão o objecto deste texto, desenvolver o programa museológico e coaduna-lo com a pré-existência construída e com o projecto de intervenção arquitectónica (Cf. LIRA e MENEZES, 2001), (LIRA, FERNANDES e SANTOS, 2003).

Nesta fase fomos convidados (LIRA: 2001) a contribuir para uma equipa que se constituía e que era, de início, multidisciplinar: museologia, arquitectura, engenharias, antropologia, ciências da educação, relações públicas e marketing, e outras valências, faziam parte dessa equipa original, a que se juntaram, depois, outras especialidades à medida do avanço do projecto (nomeadamente ciências do património e conservação e restauro). Tomou-se, no seio desta equipa, a decisão preliminar de fazer avançar o projecto em três frentes essenciais: o programa e projecto museológico, o projecto de arquitectura (com as especialidades a ele associadas) e a investigação antropológica. Estas três frentes estavam intimamente coordenadas, para que o projecto global crescesse de forma ordenada e equilibrada, evitando avanços-recuos sempre desinteressantes.

FOTO 1 Fotografia do edifício da EICHAP ainda completo. Apenas resta o corpo voltado à rua.

Uma vez que se tratava de um projecto de museologia industrial, o edifício e o espólio eram essenciais na determinação do cariz da proposta que se apresentaria. Nessas condições, tomou-se por meta respeitar no possível a pré-existência do edificado (LIRA, FERNADES e SANTOS: 2003). Cuidou-se, assim, de compreender a utilização industrial do edifício para reorganizar e reutilizar os espaços de acordo com o organigrama[3] que se desenvolveu no âmbito do programa museológico, de tal modo que pelo menos parte da memória industrial prevalecesse.

Desta maneira, o museu desenvolve as suas áreas procurando atribuir aos espaços ocupados funções museológicas que preservem a memória de utilizações pretéritas, aquelas que esses espaços haviam já conhecido no tempo da produção industrial. Alguns dos casos mais notórios são os que a seguir se referem. A entrada principal do museu coincide com a que foi a entrada principal da fábrica; na parte do edifício onde funcionavam os gabinetes da direcção da fábrica estão instalados os gabinetes do director e restante equipa de trabalho do museu; as antigas áreas de produção industrial recebem as exposições permanentes, relativas à cadeia operatória do fabrico dos chapéus; algumas das áreas de armazenagem da antiga fábrica são usadas como áreas técnicas e de reservas. Desta forma, na organização espacial das áreas funcionais do museu, a memória da antiga fábrica está presente, não apenas nos objectos, nas colecções, nas recolhas *audio* e *video*, em suma nos acervos museológicos, mas também nos próprios espaços arquitectónicos.

FOTO 2 Re-colocação das asnas, depois de trabalho de recuperação

FOTO 3 Reconstrução dos telhados e recuperação das paredes

Por outro lado o projecto assumiu, desde o início, preocupações com o facilitar do acesso a todos. Nesta conformidade, a distribuição dos espaços e respectivos acessos foi pensada de maneira a que todas as áreas do museu, sem excepção, estejam alcançáveis por cadeiras de rodas. Naturalmente, em função dos constrangimentos inerentes a uma pré-existência, os percursos para as cadeiras de rodas são por vezes mais longos que aqueles previstos para locomoção pedestre. Mas o acesso está garantido, tanto para público quanto para funcionários.

Uma outra questão essencial prendia-se com a possibilidade, ou não, de preservar o edificado, do ponto de vista material. Foi realizado um levantamento rigoroso do existente, tanto no que respeita a estruturas quanto no que concerne a materiais removíveis, como estuques, mobiliário embutido na estruturas interiores, caixilharias, paredes interiores não-estruturais e escadarias. A observação minuciosa destes elementos permitiu, numa avaliação precoce, a conclusão de que muitos não se encontravam em estado de conservação possível. Assim também para elementos estruturais em madeira, vigas que suportavam soalhos e colunas de ferro. Os telhados, também estruturados em madeira, estavam num avançado estado de degradação, e, com algumas raras excepções, irrecuperáveis. Nos casos em que os madeiramento dos telhados o permitiram, as peças foram retiradas e recuperadas, tendo depois sido novamente aplicadas no edifício (ver foto 2). Nos casos em que os telhados tiveram que ser reconstruídos (ver foto 3) as telhas, que se re-aproveitaram numa percentagem substancial, e os ornamentos em ferro forjado das cumeeiras, permitiram conferir ao resultado final um aspecto muito próximo do original.

Neste cenário, foi decidido salvaguardar todos os elementos passíveis de recuperação e de reutilização futura e avançar para uma demolição faseada e controlada do interior do edifício. Ao longo desses trabalhos verificou-se que as paredes estruturais estavam, também em muitos pontos, condenadas. A técnica construtiva e os materiais empregues no edifício original (argamassa pobres, pedras irregulares e de pequenas dimensões) não permitiram manter todas as paredes. Nos casos em que tal foi possível, os estuques foram retirados (ver foto 3) e aplicaram-se argamassas novas e materiais isolantes, conferindo depois à parede exterior um aspecto próximo do original. Assim também se procedeu no que respeita à caixilharia, que, sendo nova, ostenta a estética da original.

O edifício actual, na sua ala Norte (a que se encontrava em piores condições de conservação) é estruturado em aço estando a própria estrutura visível (ver foto 4), o que permitiu a solução de "transparência" entre pisos, nas salas de exposição permanente, conseguida pelo emprego de gradeamento. Sobre esse gradeamento foi colocado soalho nas zonas de circulação, para conforto dos visitantes, mas é permitida a circulação sobre o gradeamento, observando assim os visitantes as máquinas também por cima e por baixo. Esta transparência marca toda a área de exposição permanente onde se representa a cadeia operatória,

FOTO 4 Colocação da estrutura interna do novo edifício

só se alterando na última sala, sobre os usos sociais do chapéu, onde as máquinas e os objectos da fábrica não têm lugar. No que respeita à ala Sul, optou-se por soluções mais clássicas, não estando ao alcance da observação dos visitantes as estruturas e as soluções construtivas. Na sala principal do serviço educativo foram remontadas, apesar de terem perdido a sua função estrutural, duas colunas de ferro fundido, que marcam a memória de uma das técnicas construtivas presentes no edifício industrial. Uma vez que se trata de um museu dedicado à indústria, optou-se por deixar visíveis, em quase todos os espaços, elementos técnicos como sejam as condutas de ar condicionado (ver foto 5). Excepção a estar regra foram áreas de trabalho, como por exemplo o Centro de Documentação (ver foto 6). Quanto à fachada, foi recuperada em todos os seus aspectos significativos, devolvendo-lhe a imponência dos tempos de laboração da fábrica. A cor de acabamento foi também objecto de cuidadosa análise, recorrendo-se a fotografias de várias épocas e à memória dos que haviam trabalhado naquelas instalações (ver foto 7).

FOTO 5 Vista da sala de exposição permanente, Piso 0

Outra das preocupações da equipa de projecto prendeu-se com o tratamento do ar interior do Museu (Cf. LIRA, FERNADES e SANTOS: 2003). Tal tratamento implicou um projecto algo complexo, uma vez que a pré-existência edificada implicou opções técnicas singulares. De acordo com as exigência da conservação preventiva em museus, e tendo em conta especificamente os materiais a conservar e a expor neste museu, optou-se por um sistema global de tratamento do ar com controle da temperatura, da humidade relativa e dos ciclos de renovação, bem como filtragem de partículas. O sistema permite ainda definir quais as variações máximas aceitáveis para o ciclo de 24 horas, relativamente aos valores determinados como óptimos para a temperatura e humidade relativa. O controle dos parâmetros acima enunciados pode ser exercido área a área, definindo valores diferentes para diferentes partes do edifício. Tal definição é realizada centralmente, não se permitindo a regulação manual nos locais. São excepção a esta regra, para conforto dos utilizadores, os gabinetes de trabalho, onde é possível a regulação individual da temperatura. O sistema central permite ainda a programação antecipada dos parâmetros já referidos, por exemplo para preparação do auditório para um evento com início marcado. Finalmente, o sistema garante uma pressão no interior do edifício ligeiramente superior à exterior, no sentido de afiançar que não há entrada significativa de ar não tratado.

A distribuição das áreas do museu teve também em consideração os circuitos de circulação dos visitantes e dos funcionários do museu, tanto no que respeita ao controle

FOTO 6 Vista do Centro de Documentação, Piso 1

FOTO 7 Entrada principal do Museu

de acessos quanto no que concerne ao seu dimensionamento. Assim, a circulação dos visitantes faz-se por três vias: acesso livre à loja, ao bar-restaurante e à sala de exposições temporárias; acesso controlado às salas de exposição permanente e acesso condicionado ao centro de documentação. A visita às exposições permanentes faz-se por um circuito dentro do edifício que não obriga a retorno[4]. É absolutamente livre o percurso dos visitantes, tanto em cada área/sala quanto na liberdade de ir e vir, eventualmente repetindo partes da visita já efectuadas. O elevador permite o acesso aos visitantes do piso térreo aos pisos superiores, mas condiciona ao uso de uma chave o acesso ao piso inferior, onde estão localizadas as reservas. O acesso ao centro de documentação faz-se pela escadaria nobre do edifício, objecto emblemático da antiga *Empresa Industrial de Chapelaria*, e que foi reconstruída na exacta localização da original.

Por pisos, o museu é constituído pelas seguintes áreas funcionais[5]:

Piso -1: neste nível está instalado o estacionamento, as reservas visitáveis e não visitáveis, os laboratórios de conservação e restauro, serviços sanitários para funcionários, a cozinha do bar-restaurante e respectivos anexos (armazéns e zonas frigoríficas), espaços de arrumação do museu e áreas técnicas. Os acessos ao piso superior fazem-se por quatro meios, a saber: escadas do estacionamento para o pátio exterior do museu, elevador e escadas que permitem o acesso das reservas à sala de exposição permanente, e escadas que permite o acesso da cozinha ao bar-restaurante; há ainda um monta-pratos que liga a cozinha aos dois pisos do restaurante.

Piso 0: no nível térreo situa-se a entrada principal do museu. Situa-se também neste piso a recepção e a loja do museu, a primeira sala de exposição permanente, bem como o bar-restaurante, a sala de exposições temporárias, o auditório e instalações sanitárias para o público. Da sala de exposição permanente há uma porta de grandes dimensões, voltada ao pátio, por onde é feito o acesso de máquinas e outras peças de volume considerável.

Pisos 1 e 2: as salas de exposição permanente ocupam a ala norte e o corpo central do edifício, respectivamente no piso 1 e no piso 2. O acesso entre as salas de exposição permanente faz-se por rampas ou por elevador. No piso 1 está também localizada a sala superior do restaurante, com acesso directo a partir da sala térrea. Ainda neste piso, mas com acesso pela escadaria nobre, está localizado o centro de documentação e os gabinetes de trabalho, e ainda as áreas do departamento educativo, estas com aceso próprio (ou através da área dos gabinetes, mas apenas para pessoal do museu). Existem também instalações sanitárias para o público e funcionários.

Com a abertura ao público em Junho de 2005, conclui-se a fase de transformação em museu do velho edifício da fábrica. A partir dessa data, com os visitantes[6] e com quem no museu agora trabalha[7], se fará uma nova época da uti-

lização deste edifício. A recuperação do prédio, e a criação de um equipamento cultural como o Museu, pretendeu ser, antes de mais, uma revalorização da própria indústria, fundada na memória dos que nela trabalharam e promotora de desenvolvimento. O edifício da EICHAP, agora recuperado e reabilitado, é uma peça essencial nessa memória que se escoava lentamente. As zonas industriais de S. João da Madeira tenderam a abandonar este sector da cidade onde alguns edifícios industriais, agora abandonados, se vão degradando. Mas a "Empresa" já não ostenta uma fachada decadente. E essa é, talvez, para os sanjoanenses, a primeira imagem do Museu.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Levi Moreira da (1997) *Memórias de Tempos Idos. Subsídio para a História de S. João da Madeira e sua Região*, Cucujães, ed. do autor.

COSTA, Luis (1987) *O Coração da Fábrica. Viagem ao mundo dos Unhas Negras*, S. João da Madeira, Câmara Municipal de S. João da Madeira.

LIRA, Sérgio (2001) "O Museu da Indústria de Chapelaria de S. João da Madeira" *in Antropológicas*, nº 5, Universidade Fernando Pessoa.

LIRA, Sérgio (2002) "O Museu da Indústria de Chapelaria de S. João da Madeira", *in Actas do Colóquio de Museologia Industrial. Reconversão e Musealização de espaços industriais*, Porto, Museu da Indústria, pp 79–88.

LIRA, Sérgio (2003) "Museu da Indústria de Chapelaria de S. João da Madeira – Plano Museológico" *in Actas das I Jornadas de Museologia de S. João da Madeira*, S. João da Madeira, Câmara Municipal de S. João da Madeira.

LIRA, Sérgio e MENEZES, Suzana (2001) "The Hat Industry Museum of S. João da Madeira (Portugal)" *in Museological Review*, Leicester, Department of Museum Studies, vol. 7, pág. 68 a 71.

LIRA, Sérgio, FERNANDES, Suzana e SANTOS, Patrícia Mota (2003) "Projectos: Museológico, Arquitectónico, Ar Condicionado e Ventilação", *in Do Projecto às Colecções*, S. João da Madeira, Câmara Municipal de S. João da Madeira.

NOTAS DE RODAPÉ

1 PhD in Museum Studies, University of Leicester. Professor Auxiliar da Universidade Fernando Pessoa; membro do CEAA, Centro de Estudos de Antropologia Aplicada.

2 A este respeito é possível consultar, entre outros trabalhos (COSTA: 1987) e (COSTA: 1997).

3 Ver anexo 1

4 Para tal foi necessário criar uma escada exterior ao edifício, que permite a comunicação vertical entre os vários pisos, na zona do corpo central. Tal elemento é o único que o edifício recebeu alterando a volumetria exterior original. Esta intervenção assume–se como tal, destacando–se os materiais de construção (estrutura metálica e tapamento em vidro) daqueles empregues nas restantes áreas das fachadas.

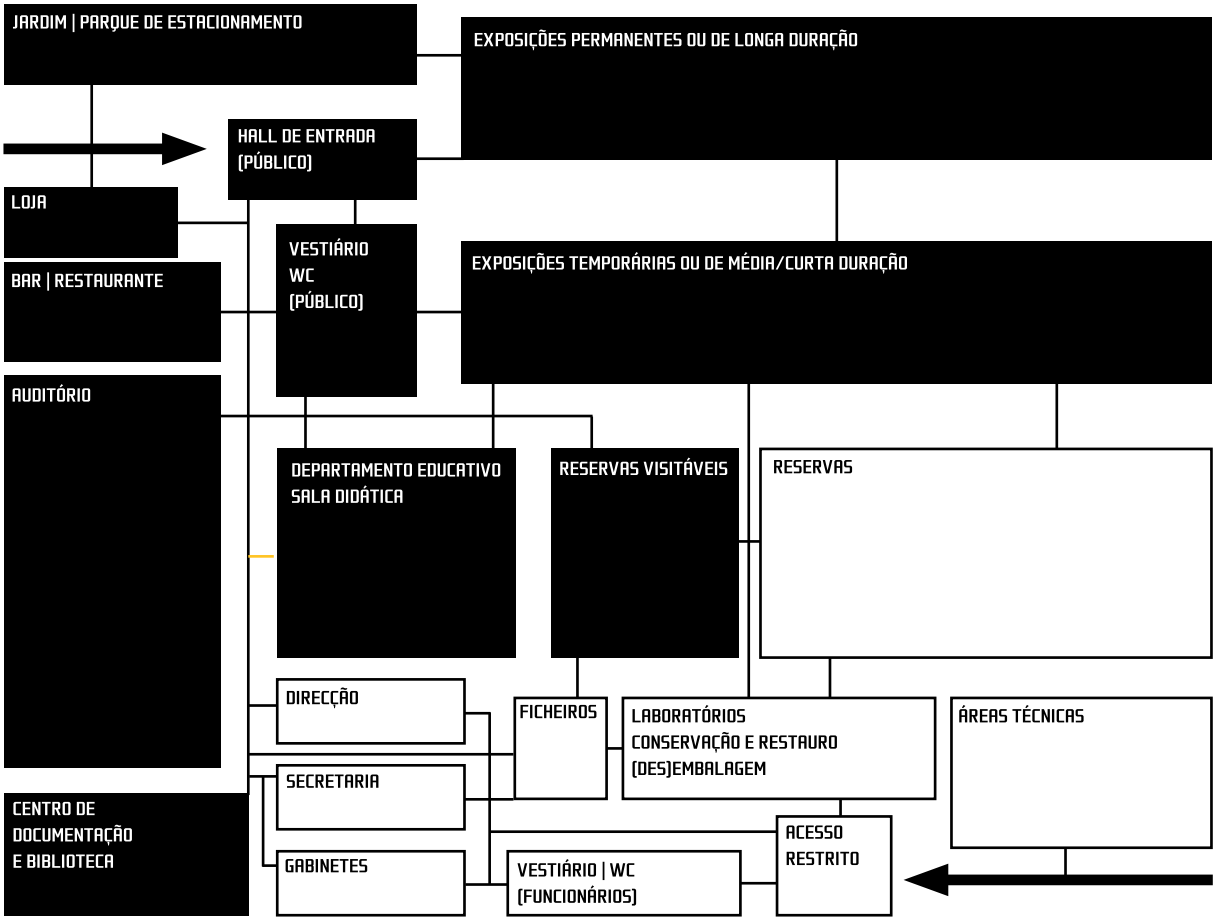
5 Ver Anexo 2, Plantas simplificadas do edifício

6 Até ao momento, Janeiro de 2006, o Museu recebeu já perto de 10.000 visitantes.

7 Um dos actuais funcionários do Museu, o Sr. Méssio Trindade, sempre trabalhou, desde os 10 anos de idade quando ingressou na EICHAP, neste edifício. O Sr. Méssio é a principal fonte oral de informação acerca da "Empresa".

ANEXO 1 Organigrama do Museu

As áreas a assinaladas a negro correspondem aos espaços destinados ao público; as áreas assinaladas a branco correspondem a espaços de acesso reservado. Não há proporcionalidade nas áreas apresentadas no organigrama; apenas de representam as suas relações físicas e de acesso.

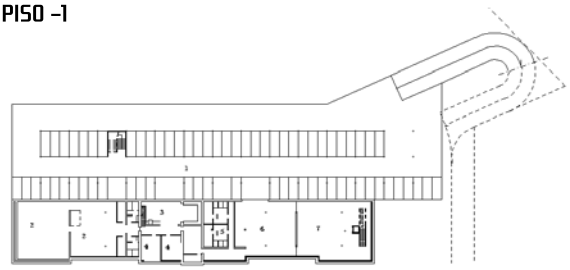


ANEXO 2 Plantas simplificadas do museu

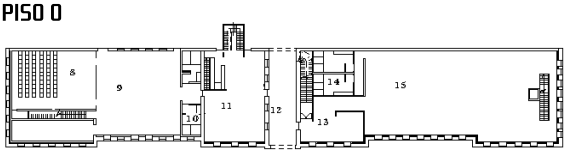
LEGENDA DAS PLANTAS SIMPLIFICADAS:

1 – Estacionamento
2 – Áreas Técnicas e Arrumos do museu
3 – Cozinha
4 – Arrumos da Cozinha
5 – Sanitários dos funcionários
6 – Reservas não visitáveis e Laboratórios de Conservação e Restauro
7 – Reservas visitáveis
8 – Auditório
9 – Sala de Exposições Temporárias
10 – Sanitários
11 – Bar / Restaurante
12 – Entrada Principal
13 – Recepção e Loja
14 – Sanitários
15 – Exposição Permanente
16 – Serviços Educativos
17 – Sanitários
18 – Sala do Restaurante
19 – Gabinetes de Trabalho
20 – Centro de Documentação
21 – Sanitários
22 – Exposição Permanente
23 – Exposição Permanente

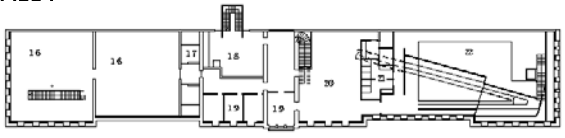
PISO -1



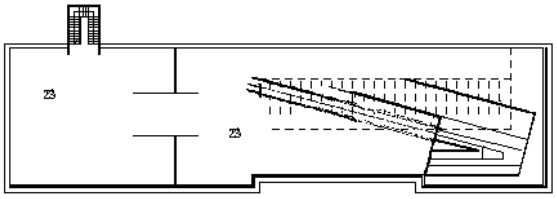
PISO 0



PISO 1



PISO 2



Edifício transparente

Raquel Silva

Aluna da licenciatura em Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Fernando Pessoa

raquelmsilva@portugalmail.com

RESUMO

Na sequência das intervenções do Programa Polis do Porto para a marginal da cidade, nasceu o Edifício Transparente, num controverso, lento e polémico cenário. A obra inacabada do arquitecto catalão Manuel de Solà-Morales, iniciada em 2000 encontra-se em fase de "reconversão" sob a orientação do arquitecto português Carlos Prata.

Uma análise pessoal, fruto da assimilação de todos os dados recolhidos, é aquilo que será possível encontrar ao longo das próximas páginas, numa tentativa de apresentar este projecto como uma obra de arquitectura a conhecer.

PALAVRAS-CHAVE

transparência conceptual, forma, espaço público, espaço privado, megaforma, transformação, continuidade.

ABSTRACT

In the sequence of the interventions prepared by Porto's Polis Programme to the sea side of the city, Edifício Transparente (Transparent Building) was born in a controversial, slow and polemic scenario. The unfinished work of Catalan architect Manuel de Solà-Morales, initiated in 2000, is nowadays passing through a "reconversion" process, under the orientation of the Portuguese architect Carlos Prata.

A personal analysis, fruit of the assimilation of all the collected data, is what it will be possible to find through the next pages, in an attempt to present this project as an architectural work to know.

KEY-WORDS

conceptual transparency, form, public space, private space, mega form, transformation, continuity.

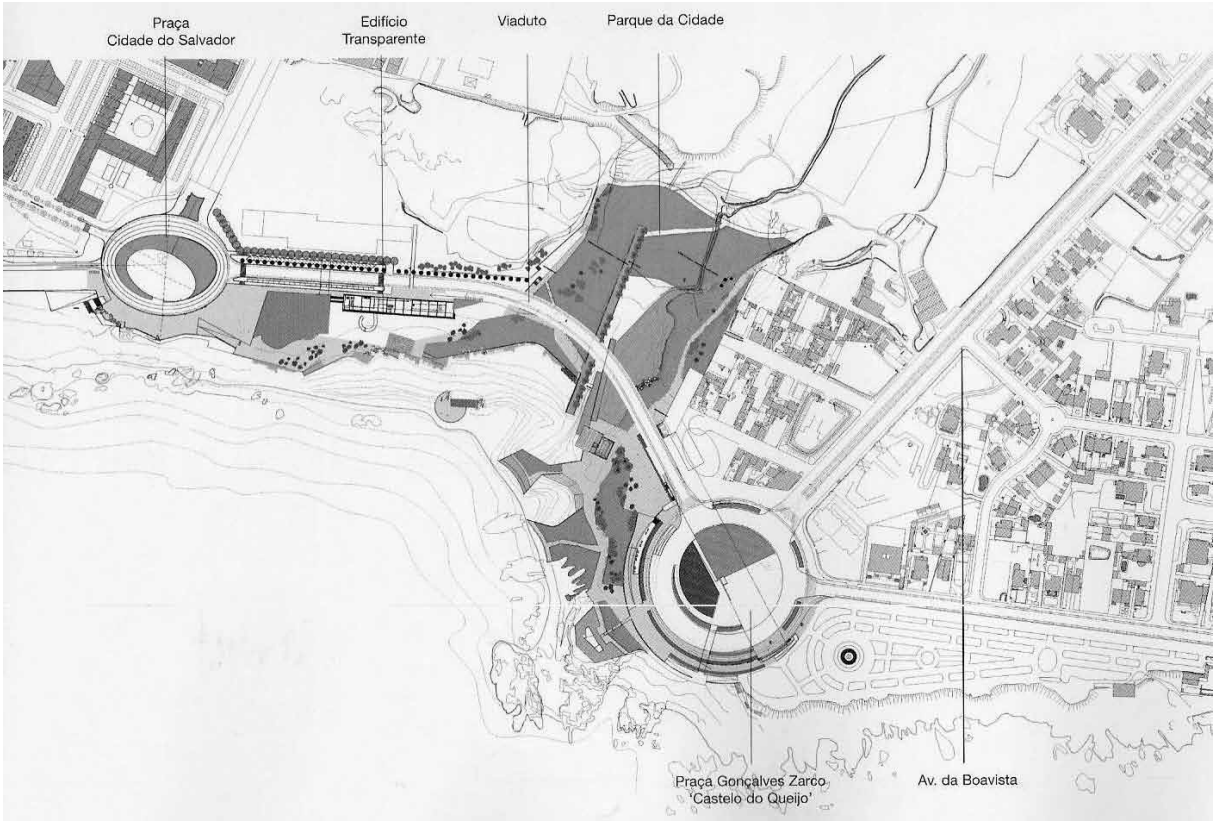


IMAGEM 1 Enquadramento urbano do Edifício Transparente. (Passeio Atlântico, Programa Polis. Lisboa, 2002)

MAIS DO QUE UM EDIFÍCIO, UMA CIRURGIA URBANA

É na marginal da cidade do Porto, numa zona intensamente marcada pela horizontalidade verde do parque da cidade e o azul do mar, que se ergue um dos mais emblemáticos edifícios contemporâneos da cidade do Porto: o Edifício Transparente.

A proposta realizada pelo arquitecto Manuel de Solà-Morales, experiente neste tipo de intervenções urbanas, surge ao abrigo do programa Polis do Porto que, a par com o mesmo programa de Matosinhos, pretendia requalificar toda a marginal da cidade. Por este motivo, é facilmente perceptível a íntima relação entre este objecto arquitectónico, o viaduto, o parque de estacionamento e restante marginal da Foz, através dos percursos que os relacionam e os jogos de encaixe verificados. (imagem 1)

Aquilo que aparentemente possa parecer uma pequena modificação de tecido urbano traduz-se, na prática, numa intensa alteração de relações entre os diversos elementos que compõem esta área (parque da cidade, frente marítima, edifício transparente) através do viaduto. Esta alteração de traçado viário resultou na introdução de novas relações entre os referidos elementos, criando assim um novo tecido urbano com novas vivências e novas relações visuais. (imagem 2)

Numa fase anterior às intervenções do Polis, o traçado viário que unia Gonçalves Zarco à Circunvalação encontrava-se muito mais próximo da frente marítima do que aquilo que hoje se verifica. O parque da cidade expande-se durante este período para os limites que hoje lhe conhecemos. O viaduto introduzido tenciona facilitar esta relação de proximidade entre o parque e o mar, afastando o traçado viário da frente marítima de modo a que se crie uma

vasta área de passeio e lazer, a mesma área que hoje serve de praça ao Edifício Transparente.

A Foz dos passeios pela Praia dos Ingleses e do Molhe prolonga-se agora por Matosinhos numa relação mais intensa e rica em pormenores que pontuam a marginal.

A "MEGA FORMA"

O peso da envolvente provocou a intenção de criar um edifício que relacionasse os diferentes cenários do parque e da frente marítima. Um volume envidraçado, permitiria manter a linha de horizonte a partir do parque, e a sua verticalidade protegeria parcialmente esta zona verde do intenso vento que frequentemente se verifica no local. Um elemento arquitectónico com a função de "rótula"[1] na articulação entre os espaços, como o define o arquitecto Carlos Prata, numa atitude de cedência de protagonismo à envolvente na intenção de Solà-Morales.

O viaduto e a gradual diferença de cotas verificadas desde o arranque do edifício no solo e o parque da cidade, anulam alguma da imponência do volume construído. Contudo, a sua visualização é possível a partir de diversos pontos distintos, o que pode remeter para o despertar da curiosidade do frequentador do parque da cidade ou da marginal para uma aproximação e observação mais pormenorizada no local.[2]

No entanto, é no interior deste camarote de contemplação de paisagens e nas relações por este estabelecidas, que a transparência se verifica no seu princípio de contentor. Esta intenção é assim descrita pelo arquitecto catalão: La apuesta por la abstacción supone en este caso proyectar un edificio "contenedor" – Kenneth Frampton le llamará "megaforma"–, es decidir, una construcción cuya arquitectura no está dictada por un determinado uso, monograficamente, como en el funcionalismo ingénuo, sino por su significación urbana. La opción de forma nasce aqui de una responsabilidad frente al lugar, más como oferta que como obligación; como generadora más que como producto. Deste modo, o arquitecto tenciona introduzir um novo ideal de ocupação do objecto arquitectónico que se distancia dos modelos de ocupação a que estamos habituados.

IMAGEM 2 Alteração do traçado viário durante e cirurgia urbana)

Através do conceito "open space", relembrado a cada subida e descida das extensas rampas de acesso, o arquitecto Solà-Morales transporta-nos para espaços interminavelmente amplos onde novos hábitos de ocupação são introduzidos. Apesar dessa transparência nos remeter para uma certa previsibilidade, há ainda tempo, ao longo deste percurso, para que surjam momentos de surpresa e contemplação como o que acontece quando as escadas de acesso ao quarto piso terminam e se atinge a extensa varanda sobre o mar.

A divisão dos espaços através de estruturas fixas e não translúcidas não foi, definitivamente, opção do arquitecto catalão sendo que a permanente busca pela transparência inegável do interior do edifício esteve associada a uma ausência de programa de ocupação.

A complexidade que verificamos neste enorme contentor durante a sua observação exterior pode ser decomposta em alguns módulos que simplificam a sua leitura. Aliás, a própria assimetria do edifício, remete-nos para essa compreensão parcelar do mesmo, através da qual é possível visualizar níveis de intimidade diferentes. A utilização de materiais distintos em dois panos (um simétrico e outro assimétrico) contribui para essa interpretação na análise dos dois (a)ritmos dominantes.

A planta rectangular com 105 metros de comprimento, 15 largura e 15 de altura orientada a Norte num dos topos e a Sul noutro, possui duas rampas e duas escadas que lhe

permitem estabelecer relação com o exterior além das aberturas à cota dos dois níveis de solo onde se encaixa.

Assim temos um acesso do "piso rua" com a "praça temática" através de uma rampa que rodopia como o mar.
No topo lateral Norte, observa-se uma escada de acesso exterior do "piso rua" ao "piso 1" sendo que o mesmo acontece com a escada existente na frente orientada para o parque da cidade.

A ligar o edifício com o parque da cidade existe uma rampa linear que arranca desde o piso dois passando sobre o viaduto.

À primeira vista, sobressai o ritmo produzido pela sucessão de quadrados envidraçados encaixados em peças pré-fabricadas de betão. Mas, à medida que nos aproximamos do Edifício Transparente, somos despertados pela existência de diversas variações desse mesmo ritmo.

O alçado poente, possui um recorte no "piso2" (quarto andar), que corresponde ao rasgo da já mencionada varanda. Este rasgo, que ocupa pouco mais de metade do alçado, prolonga-se também para o alçado orientado a Sul, numa proporção mais reduzida. A continuidade do ritmo envidraçado, continua após esta quebra, atribuindo um maior nível de privacidade à zona que envolve.

Além do prolongamento do rasgo da varanda á largura do corredor que o acompanha, o alçado lateral orientado a Sul mantém um diálogo de simetria com o alçado oposto.

Contudo, a inexistência de rasgo, a adição de escadas e o parcial revestimento a azulejo do alçado Norte, quebra esta noção de simetria a que somos induzidos.

De volta ao alçado poente, podemos ainda verificar que os dois primeiros pisos a contar do solo, são revestidos a azulejo azul até ao local onde arranca a rampa de acesso à "praça temática". Além do material e cor produzirem uma natural diferenciação deste elemento do restante edifício, essa diferenciação ocorre também a nível dos vãos assimétricos que se rasgam. Numa intensa e proporcionada relação geométrica, as aberturas dispersam-se pela extensa mancha azul, fazendo adivinhar uma das zonas com maior nível de privacidade de todo o edifício. A ligar o ritmo azul com o restante edifício, surge a rampa em espiral que quebra, de forma harmoniosa, qualquer conflito no alçado que pudesse eventualmente existir.

O alçado nascente é, possivelmente, o mais homogéneo. O ritmo envidraçado, é quebrado no topo por um rasgo longitudinal paralelo ao rasgo verificado no extremo oposto. No canto inferior esquerdo surge uma escada de acesso ao "piso1", quebrada em dois patamares. No piso térreo há ainda uma relação com as aberturas de maior dimensão que permitem o acesso ao interior.

O facto de a sua construção estar associada a um projecto de intervenção urbana, levou a que próprio edifício possua alguns elementos que nos permitem fazer essa leitura de conjunto (se ignorarmos, claro está, a forma como este se encaixa no tecido urbano). Uma observação distanciada do local, permite-nos observar que desde o Edifício Transparente, passando pelo muro da rampa de acesso à Praça Gonçalves Zarco, e pelo percursos marítimos junto à Av. Montevideu, são pontualmente utilizados azulejos cuja cor facilmente associamos aos azuis depósitos cilíndricos que encontramos no outro extremo da praia de Matosinhos. Assim, de forma subtil, os diversos elementos são cosidos ao longo de todo o percurso, como que se tratassem de pequenas pistas deixadas para prosseguir. (imagem 3 – Os azulejos azuis)

A (RE) FORMA

As novas alterações introduzidas resultam da necessidade de adaptação do edifício às condições climáticas e a um programa de ocupação até então inexistente. Uma análise atenta permite-nos observar o parcelamento do espaço e um maior preenchimento dos vazios, no projecto com a assinatura do arquitecto Carlos Prata. (imagens das plantas cortes e alçados assinalados na pasta das imagens) que em comum com a proposta inicial do arquitecto Solà-Morales, mantém a intenção de que este seja um misto de espaço cultural e de lazer.

Uma "intervenção no património construído" é a forma como o arquitecto Carlos Prata encara este projecto de reconver-

são e o resultado é um edifício cujo passar do tempo é evidenciado na possível leitura de duas intervenções distintas.

A criação de "boxes" sucessivas quebrando alguma da continuidade dos espaços, emerge da necessidade de atribuição das parcelas aos diversos investidores. Contudo, mantém-se a intenção de leitura global dos espaços, possível através da frequente utilização do vidro nesse processo de parcelamento.

O nome "transparente" induz-nos a uma assimilação do edifício como um objecto translúcido que Solà-Morales descreve como um espaço "vazio no seu interior". Contudo, não tem de o ser na totalidade e, de facto, é isso que acontece com este objecto arquitectónico.

A relação exterior interior poderá dar jus ao nome sobretudo durante a noite, com a existência de iluminação ou durante o dia numa observação de maior proximidade. No entanto, é possível que algumas das alterações introduzidas pelo projecto de reconversão quebrem parcialmente essa leitura "transparente", sobretudo no que diz respeito ao alçado orientado para a frente marítima. Contudo, os elementos de ritmo dominantes não serão alterados nesse gesto de cuidadosa articulação com o pré-existente do arquitecto Carlos Prata

O rasgo da varanda, que permitia acentuar a leitura da peça estrutural de betão armado em forma de "boomerang", poderá ver esta interpretação atenuada alguma, mas não de forma muito significativa.

A principal questão que surge deste cruzamento de ideias é: uma vez que existe uma "transparência conceptual " no interior do edifício, será que faz sentido manter-lhe o nome após a reconversão que contempla o seu parcelamento?

ANÁLISE CRITICA

A intenção do arquitecto Solà-Morales quando projectou este edifício foi a introdução de um objecto arquitectónico num tecido urbano que ele próprio moldou com o intuito de intensificar a vivência nesta zona da cidade. A apresen-

tação deste como um objecto dinâmico, capaz de acolher diversos tipos de actividades no seu interior, variáveis ao longo do tempo, marcou determinantemente a sua proposta. Contudo, a dificuldade de impor este cariz mutável numa infra-estrutura que, ao abrigo do projecto "Porto 2001", pretendia ser portadora de uma mensagem de "avanço tecnológico", de "nobreza", de "excelência",

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Passeio Atlântico 2002, Programa Polis. Lisboa, 2002

Intervenção do Programa Polis em Matosinhos, Polismatosinhos,SA. Matosinhos, 2004

Lameira, G. (2006). (Re)habi(li)tar a arquitectura in: *Arquitectura e Vida,* 76/Novembro, 44,45,46,47,48,49,50,51,52,53.

NOTAS DE RODAPÉ

1 Dados recolhidos pela autora no decorrer de uma entrevista realizada ao arquitecto Carlos Prata a 8 de Novembro de 2006)

2 imagens da pasta plantas, cortes e alçados – gentilmente cedidas pelo Arq.to Carlos Prata

NORMAS PARA O ENVIO DE ORIGINAIS

1. A revista A OBRA NASCE entende que os trabalhos remetidos são originais, não foram ainda publicados e não foram enviados a nenhuma outra publicação.

2. O original e as cópias de cada texto serão enviadas em papel e disquete, indicando o processador de texto usado (Microsoft Word), ao Conselho de Redacção da Revista. Não se devolverão os originais nem as cópias. A direcção é:

Conselho de Redacção da Revista A OBRA NASCE
Faculdade de Ciência e Tecnologia
Universidade Fernando Pessoa
Rui Leandro Maia
Praça 9 de Abril, n.º 349 | 4249-004 Porto | Portugal
Telefone: 225071327
Endereço electrónico: rlmaia@ufp.pt

3. O artigo deve ser escrito a espaço duplo, com letra de tamanho de corpo de 11-12 pontos, e uma extensão máxima de 30 páginas (10.000/12.000 palavras), incluindo gráficos, tabelas, mapas, notas (estas na mesma letra, de corpo 10), apêndice(s) e bibliografia (esta a um espaço). O artigo é precedido das seguintes informações: o título, o nome do autor/a (autores/as), o centro académico de procedência, a direcção postal, o telefone e o endereço electrónico. Nesta primeira página deve aparecer também um breve resumo (com o máximo de 150 palavras), em português e em inglês, e uma série de 5 palavras-chave, em português e em inglês, que descrevam o seu conteúdo. Todos os gráficos, quadros e mapas devem ser acompanhados de um título e de uma referência à fonte de procedência.

4. A bibliografia surge no final do artigo, ordenada por ordem alfabética de autores, segundo o modelo seguinte: apelidos (em maiúsculas), nomes próprios (em minúsculas), ano de publicação (entre parêntesis e seguindo de dois pontos; distinguindo a, b, c, no caso de um/autor/a ter mais do que uma obra citada no mesmo ano), título do artigo (entre aspas) ou do livro (em itálico), nome da revista (em itálico, no caso de artigo), lugar de publicação (no caso de livro), volume e número da revista (no caso de artigo) e páginas (precedidas de dois pontos).

5. As notas devem ir em pé de página e numeradas em ordem crescente. A primeira nota consistirá no centro académico, no telefone e no endereço electrónico do autor/a do artigo.

6. As citações devem realizar-se dentro do texto. Por exemplo: ... (Miranda, 1997: 345-348); e se o nome do autor citado fizer parte do texto, deverá ser seguido com a data de publicação e as páginas dentro de parêntesis: ... Miranda (1997: 345-348).

7. O Conselho de Redacção da Revista acusará a recepção dos originais. O artigo entregue para possível publicação será revisto pelo Conselho de Redacção da Revista e submetido à avaliação de dois especialistas anónimos, excepcionalmente em número de três quando o juízo emitido pelos dois primeiros seja de carácter diametralmente oposto. Em reuniões semestrais, o Director e o Conselho de Redacção tomarão decisões sobre a publicação de acordo com os seus critérios e os dos especialistas. A resolução, que será oportunamente notificada ao autor/a, será acompanhada das notas dos especialistas e poderá a publicação ser condicionada à introdução de modificações no texto original. Neste caso, o autor/a deverá remeter as modificações propostas ao Conselho de Redacção, dispondo de um tempo máximo de um mês, a partir da data da notificação, para as realizar e as remeter ao Conselho de Redacção Revista.

8. As provas de impressão serão enviadas ao autor/a pela sua direcção electrónica em formato pdf e deverão ser devolvidas ao Conselho de Redacção da Revista no prazo máximo de dez dias. Não se recebendo nenhuma resposta por parte do/a autor/a, o Conselho de Redacção da Revista entenderá que o artigo está preparado para publicação.

9. Para considerar a sua publicação, é imprescindível que o artigo enviado cumpra os requisito previamente definidos.

10. Os conteúdos dos textos e as respectivas imagens são da responsabilidade dos autores.

ficha técnica

Título
Revista A OBRA NASCE nº4

Edição
edições Universidade Fernando Pessoa
Praça 9 de Abril, 349 | 4249-004 Porto
Tlf. +351 225 071 300 | Fax. +351 225 508 269
edicoes@ufp.pt | www.ufp.pt

Direcção
Álvaro Monteiro

Conselho de Redacção
Avelino Oliveira
Luis Pinto de Faria
Rui Leandro Maia

Design e Impressão
Oficina Gráfica da Universidade Fernando Pessoa

Acabamentos
Gráficos Reunidos, Lda.

Tiragem
750 exemplares

Depósito Legal
203 705/04

ISSN
1645-8729

Reservados todos os direitos. Toda a reprodução ou transmissão, por qualquer forma, seja esta mecânica, electrónica, fotocópia, gravação ou qualquer outra, sem a prévia autorização escrita do autor e editor é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

edições UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

ISSN 1645-8729

NOVA ET NOVE
UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

FUNDAÇÃO FERNANDO PESSOA

MINISTÉRIO DA CULTURA

INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS